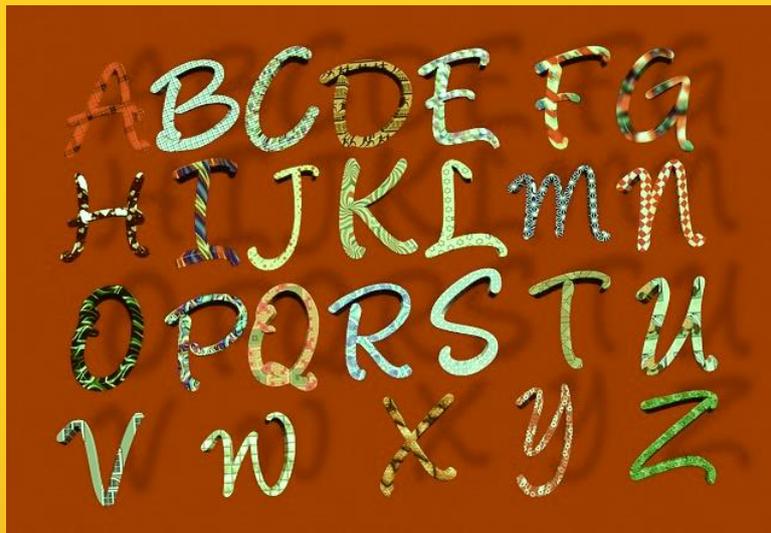


***Ieda Maria Alves
Eliane Simões Pereira
(Organizadoras)***

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS



VOLUME IV

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

Volume IV

Ieda Maria Alves
Eliane Simões Pereira
(Orgs.)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

São Paulo, 2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Marco Antonio Zago
VICE-REITOR: Vahan Agopyan

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Sérgio França Adorno de Abreu
VICE-DIRETOR: João Roberto Gomes de Faria

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL: Ieda Maria Alves - USP
Eliane Simões Pereira

ARTE DA CAPA,
DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO: Eliane Simões Pereira

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aderlande Pereira Ferraz
André Crim Valente
Antonio Luciano Pontes
Claudio Cesar Henriques
Elis de Almeida Cardoso
Ieda Maria Alves
Mariangela de Araújo
Maria Aparecida Barbosa
Mário Eduardo Viaro

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E82	Estudos lexicais em diferentes perspectivas [recurso eletrônico] / organizado por Ieda Maria Alves ... [et al.]. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2014. 107 p. Trabalhos apresentados durante o 8. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012. Modo de acesso : World Wide Web: www.fflch.usp.br/dlcv/neo . ISBN 978-85-7506-235-7 (on-line) 1. Lexicologia (estudos). 2. Neologismos lexicais. 3. Lexicografia. 4. Léxico. 5. Morfologia (linguística). 6. Terminologia. I. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas. II. Alves, Ieda Maria. III. Pereira, Eliane Simões. CDD 413. 028 469.798
-----	---

SUMÁRIO

Apresentação	
Ieda Maria Alves.....	5
▪ Onomasiologia e semasiologia: uma distinção válida nos estudos de neologia?	
Bruno Maroneze.....	7
▪ Definições e marcas de uso nos dicionários para os etnônimos injuriosos	
Deni Kasama e Cláudia Zavaglia.....	22
▪ A dinâmica do léxico: a neologia de empréstimos no contexto da Publicidade	
Elza Contiero.....	36
▪ Dicionários e enciclopédias: contribuições para os estudos da terminologia da área de Educação do Campo	
Fernanda Mello Demai.....	47
▪ A relação entre a cultura e o nascimento de expressões idiomáticas na língua portuguesa brasileira	
Huélinton Cassiano Riva.....	57
▪ Léxico urbano: os sentidos da metrópole	
José Horta Nunes.....	66
▪ A pronúncia em dois dicionários de inglês	
Maritana Luiza Onzi.....	84
▪ Lexicografia bilíngue: considerações sobre uma proposta de dicionário de Espanhol para aprendizes brasileiros	
Odair Luiz Nadin da Silva	95

APRESENTAÇÃO

Ieda Maria Alves

Dando continuidade à publicação de *Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas*, apresentamos o quarto volume da série, que disponibiliza ao leitor uma seleção de textos apresentados por ocasião do VIII Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas. De maneira análoga aos anteriores, esse colóquio apresentou distintos aspectos dos estudos lexicais por meio de conferências, mesas-redondas e comunicações de trabalhos. Foi realizado nos dias 06 e 07 de dezembro de 2012 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Diferentes aspectos dos estudos do Léxico são apresentados neste volume, com textos sobre Lexicologia, Neologia, Lexicografia e Terminologia.

Fundamentando-se na perspectiva teórica da Análise de Discurso, José Horta Nunes apresenta, em *Léxico urbano: os sentidos de metrópole*, uma análise de alguns dos sentidos da palavra *metrópole* em um corpus composto por diferentes tipos de textos. Os sentidos de *metrópole* são analisados na relação com outras unidades lexicais, como *região metropolitana*, *conurbação*, *gestão urbana*, *megalópole*, *cultura da periferia*, *cinturão imobiliário*, *governabilidade*, *governança*, que se apresentam em uma mesma conjuntura sócio-histórica.

Três trabalhos abordam a análise de neologismos, sob distintas perspectivas. Em *Onomasiologia e semasiologia: uma distinção válida nos estudos de Neologia?*, Bruno Maroneze aplica a distinção entre os conceitos de semasiologia e onomasiologia a unidades lexicais neológicas construídas por derivação sufixal. Conclui que esses conceitos podem trazer importantes perspectivas de pesquisa para o estudo da criação lexical. Com enfoque em expressões idiomáticas neológicas, Huelinton Cassiano Riva estuda, em *A relação entre a cultura e o nascimento de expressões idiomáticas na língua portuguesa brasileira*, os culturemas - símbolos culturais, extralinguísticos, oriundos de costumes, estereótipos ou valores culturais - que mais têm promovido o nascimento de novas metáforas e, conseqüentemente, de novas expressões idiomáticas. No artigo intitulado *A dinâmica do léxico: a neologia de empréstimos no contexto da publicidade*, que trata especificamente da neologia por empréstimo, Elza Contiero analisa estrangeirismos da área publicitária empregados em revistas destinadas a adolescentes.

A Lexicografia revela-se presente em três artigos. Deni Kasama e Claudia Zavaglia analisam, em *Definições e marcas de uso nos dicionários para os etnônimos injuriosos*, como os etnônimos (unidades lexicais designativas de grupos étnicos, raciais ou sociais), com conotação ofensiva, são inseridos e tratados em dicionários de grande circulação do português brasileiro. Em *A pronúncia em dois dicionários de inglês*, Maritana Luiza Onzi analisa um aspecto pouco estudado no âmbito dos estudos lexicográficos, a informação fônica. Toma como corpus dois dicionários monolíngues da língua inglesa e busca verificar se tais obras fornecem aos usuários informações satisfatórias sobre a pronúncia das palavras-entrada. No âmbito da Lexicografia Bilíngue, Odair Luiz Nadin da Silva apresenta, no texto intitulado *Lexicografia bilíngue: considerações sobre uma proposta de dicionário de Espanhol para aprendizes brasileiros*, a proposta de um dicionário bilíngue espanhol/português direcionado a adolescentes brasileiros, aprendizes de espanhol como língua estrangeira.

Apresentamos, por último, o trabalho de Fernanda Mello Demai, denominado *Dicionários e enciclopédias: contribuições para os estudos da terminologia da área de Educação do Campo*, que cruza duas subáreas do Léxico, a Lexicografia e a Terminologia. A Autora analisa a terminologia da Educação do Campo empregada em um dicionário terminológico e em uma enciclopédia, enfatizando as diferenças e a complementaridade que caracterizam esses dois tipos de obras.

Aos leitores, boa leitura.

Setembro de 2014

ONOMASIOLOGIA E SEMASIOLOGIA: UMA DISTINÇÃO VÁLIDA NOS ESTUDOS DE NEOLOGIA?

Bruno MARONEZE

Universidade Federal da Grande Dourados
brunomaroneze@ufgd.edu.br

RESUMO: Este trabalho procura discutir a validade dos conceitos de onomasiologia e semasiologia para os estudos de neologia. Entendemos que a criação de um neologismo pode ser encarada como um processo onomasiológico (do conceito à denominação) e a interpretação de um neologismo, como um processo semasiológico (da denominação ao conceito). Em outros termos, o criador de um neologismo parte do conceito que tem em mente para encontrar a melhor forma de expressá-lo linguisticamente (onomasiologia); já o decodificador de um neologismo parte de uma expressão neológica para identificar o(s) significado(s) pretendido(s) por ela (semasiologia). Ao analisar o neologismo sob uma ou outra perspectiva, diferentes questões podem ser propostas: a) onomasiologicamente, quais são os recursos linguísticos à disposição do falante para criar um neologismo com o significado pretendido; quais recursos são mais adequados às intenções comunicativas específicas do criador do neologismo; que fatores fonológicos, sintáticos, semânticos etc. influenciam a escolha do mecanismo de criação lexical; etc. e b) semasiologicamente, quais são os significados possíveis de determinado neologismo; de quais mecanismos o ouvinte pode lançar mão para interpretar adequadamente o neologismo; etc. Exemplificamos nossa argumentação com a análise de neologismos formados por sufixação, integrantes da Base de neologismos do português brasileiro contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Neologia; Onomasiologia; Semasiologia; Morfologia; Semântica.

INTRODUÇÃO

A distinção entre onomasiologia e semasiologia é bastante tradicional nos estudos do léxico. Neste trabalho, propomo-nos a avaliar a relevância dessa distinção para os estudos de neologia. Inicialmente, delimitamos os conceitos de onomasiologia e semasiologia, bem como os de mecanismos e causas da criação lexical, também relevantes para esta discussão. Em seguida, apresentamos análises de unidades lexicais neológicas a partir de uma e de outra perspectivas para, ao final, argumentarmos a favor da relevância dessa distinção.

Os dados neológicos aqui analisados integram a *Base de neologismos do português brasileiro contemporâneo*, do Projeto TermNeo (disponível em <http://www.fflch.usp.br/dlc/neo/>), e foram objeto de análise de trabalhos anteriores (MARONEZE, 2005, 2011). Parte das reflexões aqui expostas também já foi apresentada em trabalho anterior (MARONEZE, 2011). Também buscamos complementar a análise com dados abordados em trabalhos de outros autores (como ALVES, 2004a, 2004b).

CONCEITOS TEÓRICOS: ONOMASIOLOGIA E SEMASIOLOGIA, MECANISMOS E CAUSAS DA CRIAÇÃO LEXICAL

A distinção entre onomasiologia e semasiologia pode ser colocada como uma distinção entre duas perspectivas de análise: na perspectiva onomasiológica, parte-se do significado (ou conceito) para se chegar ao significante. É em tese o percurso mental feito pelo emissor, que precisa encontrar uma expressão linguística para o conceito que quer expressar. Na Lexicologia, análises onomasiológicas se preocupam em responder perguntas como “Que expressões linguísticas são possíveis para determinado conceito?”

Já na perspectiva semasiológica, parte-se do significante para chegar ao significado. É em tese o percurso mental feito pelo receptor, que precisa dar significado à expressão linguística pronunciada/escrita pelo emissor. Na Lexicologia, análises semasiológicas se preocupam em responder perguntas como “Quais são os significados possíveis para determinada expressão?”

A seguinte citação de Geeraerts (1997, p. 17) é esclarecedora:

Given that a lexical item couples a word form with a semantic content, the distinction between an onomasiological and a semasiological approach is based on the choice of either of the poles in this correlation as the starting-point of the investigation. Thus, the onomasiological approach starts from the content side, typically asking the question ‘Given concept x, what lexical items can it be expressed with?’ Conversely, the semasiological approach starts from the formal side, typically asking the question ‘Given lexical item y, what meanings does it express?’ In other words, the typical subject of semasiology is polysemy and the multiple applicability of a lexical item, whereas onomasiology is concerned with synonymy and near-synonymy, name-giving, and the selection of an expression from among a number of alternative possibilities.¹

Além dessas duas perspectivas, também é relevante, para a presente discussão, apresentar a distinção entre mecanismos e causas da criação lexical, de acordo com Geeraerts (1997, p. 102)²:

a) os *mecanismos* de criação lexical constituem-se no leque de possibilidades de criação;

b) as *causas* da criação lexical são os fatores que fazem um indivíduo realizar uma dessas possibilidades.

Os mecanismos de criação lexical correspondem, *grosso modo*, aos processos tradicionalmente descritos nas gramáticas: derivação, composição, neologia semântica etc. São as várias possibilidades que o sistema linguístico oferece. Em relação às causas, Geeraerts (1997, p. 92-93 e 103-106) afirma serem duas: a *expressividade* e a *eficiência*.

A expressividade (entendida como “necessidade de exprimir”, e não como “vivacidade, animação”) refere-se àquela que é provavelmente a função mais primordial da linguagem: a comunicação. Nesse sentido, a criação lexical ocorre para que os falantes possam exprimir algo que ainda não tem um meio adequado para tal. Pode acontecer quando surge um novo objeto, uma nova descoberta, uma alteração na visão de mundo de uma cultura, ou mesmo pela necessidade de denominações afetivas, eufemísticas, como a criação de *tumor maligno* como eufemismo para *câncer* (GEERAERTS, 1997, p. 105).

A eficiência refere-se à necessidade de “otimizar” o sistema linguístico: a criação lexical ocorreria para trazer eficiência comunicativa à língua. Seria, portanto, uma causa interna ao próprio sistema linguístico. O exemplo, bastante claro, trazido por Geeraerts (1997, p. 92-93), é a resolução do conflito homonímico entre as palavras para “galo” e “gato” no sudoeste da França, estudado por Gilliéron³. Naquela região, as evoluções fonéticas das palavras para “galo” e “gato” resultaram na forma homonímica *gat*, o que causaria problemas na comunicação em comunidades agrícolas. Dessa forma, os falantes tiveram que criar outras denominações para o galo. Portanto, a criação lexical, aqui, é motivada pela necessidade, interna ao sistema, de otimizar a comunicação, evitando um conflito homonímico. Ainda segundo o autor, esse seria um caso do “princípio de isomorfismo”, segundo o qual as línguas tenderiam a uma relação biunívoca entre forma lexical e significado lexical (p. 105).

Dessa forma, duas seriam as causas da mudança lexical: a expressividade (externa à língua, de base social, cultural ou pragmática) e a eficiência (interna à língua, visando à “otimização” do sistema). No entanto, a distinção não é rigidamente estreita: deve-se ter em mente que o princípio da eficiência é subordinado ao da expressividade: na feliz formulação do autor, “if there were no communicative intentions to be fulfilled, there would be no need for an efficient organization of the language that is used in fulfilling those intentions”⁴ (GEERAERTS, 1997, p. 108). Portanto, os dois princípios causais devem ser antes vistos como complementares em vez de competitivos. Blank (1999, p. 65) prefere unificar os dois conceitos num único princípio, o de *eficiência comunicativa* (ingl. *efficiency of communication*), que é ao mesmo tempo “the general purpose of communication and the general motivation behind language change”⁵ (BLANK, 1999, p. 65).

A nosso ver, a relação entre os mecanismos e as causas da criação lexical pode ser entendida com o recurso aos conceitos de onomasiologia e semasiologia. Inicialmente, abordamos a questão do ponto de vista onomasiológico.

A PERSPECTIVA ONOMASIOLÓGICA

Para abordar a questão do ponto de vista onomasiológico, imaginemos um falante que se vê diante da necessidade de criar uma nova unidade lexical. O problema que esse falante tem pode ser formulado na seguinte pergunta:

(1) Dada uma determinada causa (ou motivo) para criar uma unidade lexical, qual mecanismo (dentre os disponíveis na língua) é o mais adequado?

A criação lexical é, dessa forma, vista onomasiologicamente como uma atividade de resolução de um problema concreto. A solução encontrada pelo falante poderá ser julgada adequada ou não de acordo com certos critérios. No entanto, a tarefa do linguista que se dedica ao estudo da neologia não é encontrar a melhor solução para esse problema (essa tarefa é do falante⁶); a pergunta que o linguista se propõe a responder é:

(2) Por que o falante julgou essa solução a mais adequada?

Ou, formulada de outra maneira:

(2') Por que para essa determinada causa (ou motivo) o falante preferiu empregar esse determinado mecanismo (e não outro)?

Acreditamos ser essa a principal pergunta norteadora dos estudos onomasiológicos de neologia⁷. Ela pode ainda ser desdobrada em duas:

(2a) Que fatores influenciam o emprego de determinado mecanismo?

(2b) Por que esses fatores influenciam os mecanismos dessa forma?

Responder à pergunta (2a) é tarefa relativamente fácil, se comparada à pergunta (2b). Vários trabalhos têm se dedicado a mostrar como fatores fonológicos, sintáticos, semânticos, discursivos etc. podem influenciar no emprego de um ou outro processo (composição, derivação prefixal ou sufixal, tais ou tais prefixos ou sufixos etc.). Podemos citar como exemplo nossa própria Dissertação de Mestrado (MARONEZE, 2005), em que descrevemos fatores fonológicos, morfológicos, sintáticos etc. envolvidos na escolha de um ou outro sufixo nominalizador. Para responder à pergunta (2b), por sua vez, é necessário ter em mente uma concepção teórica do funcionamento da linguagem em geral e da criação lexical em específico. Neste trabalho, adotamos a concepção de que as respostas a (2b) devem envolver *explicações funcionais* que justifiquem os fatores da resposta a (2a); em particular, explicações capazes de relacionar os mecanismos às causas, ou seja, que mostram por que razão o mecanismo envolvido é o mais adequado para a causa requerida.

Para tornar mais clara essa discussão, trazemos dois exemplos de respostas a essas perguntas. O primeiro é a unidade lexical neológica *historicização* (ou qualquer outra em *-ização*), extraída de Maroneze (2005). Em relação a ela, a pergunta (2) pode ser formulada como em (3):

(3) Por que, para exprimir a ação de historicizar, o falante preferiu empregar o sufixo *-ção* (e não *-mento* ou *-agem*)?

Podemos dividir a pergunta (3) em duas:

(3a) Que fator(es) influenciou(aram) o falante a empregar o sufixo *-ção*?

(3b) Por que esse(s) fator(es) influenciou(aram) dessa forma?

Em Maroneze (2005, p. 39-42), levantamos uma possível resposta para a pergunta (3a): o sufixo *-ção* é o único sufixo nominalizador que pode unir-se a bases verbais formadas com o sufixo *-izar*; é um fator de natureza morfológica, portanto. Contudo, constatar a existência dessa restrição não a explica ou justifica: faz-se necessário, assim, explicar por que o sufixo *-izar* exige o emprego de *-ção*. Uma possível resposta é que a junção de ambos os sufixos encontra-se altamente incrustada na mente (cf. LANGACKER, 1991, p. 48 para uma descrição mais detalhada da teoria envolvida); trata-se, portanto, de uma resposta de ordem *cognitivo-funcional*, que pode ser parafraseada como “o sufixo *-izar* exige o emprego de *-ção* porque dessa forma o processamento cognitivo da linguagem é de algum modo facilitado”.

O segundo exemplo que aqui trazemos é a unidade lexical neológica *apitação*, analisada, juntamente com outras em *-aço*, por Alves (2004b, p. 84). A pergunta relevante pode ser formulada como em (4):

(4) Por que, para exprimir o protesto feito com apito, o falante preferiu empregar o sufixo *-aço* (e não, por exemplo, expressões compostas como “apito-protesto”)?

O emprego desse sufixo, como mostra a autora, é relevante principalmente porque remete a um fato histórico específico, o chamado *paneleço* de 1973, no Chile. O motivo de o falante ter escolhido esse sufixo é, portanto, a necessidade (implícita ou explícita, consciente ou inconsciente) de remeter o leitor a esse fato histórico; trata-se de um motivo de ordem *comunicativo-funcional*, que pode ser parafraseada como “o sufixo *-aço* foi escolhido porque transmite de forma mais adequada a ideia pretendida pelo falante”.

Como se pode perceber, os dois⁸ tipos de explicação conseguem relacionar adequadamente os mecanismos e as causas da criação lexical. No entanto, nem sempre essas explicações se apresentam de forma clara; muitas vezes só são percebidas a partir de determinadas concepções teóricas. Não obstante, acreditamos que o linguista deve sempre se guiar pela busca por esse tipo de explicação.

FATORES QUE INFLUENCIAM A SELEÇÃO DO MECANISMO

Está evidente, portanto, que há vários mecanismos disponíveis ao falante que tem a necessidade de criar uma unidade lexical; a escolha de um desses

mecanismos é condicionada por vários fatores, abordados pelas perguntas 2a e 2b, formuladas anteriormente. Cabe agora tecermos algumas considerações sobre a natureza desses fatores.

Inicialmente, deve-se reconhecer que esses fatores podem ser de natureza linguística ou extralinguística, como afirma Štekauer (2001, p. 7):

It is postulated that the selection of one of the options at hand is always influenced by both linguistic (productivity, constraints, etc.) and sociolinguistic factors (education, profession, social background, influence of one's former linguistic experience, etc.)⁹.

Neste trabalho, por razões eminentemente metodológicas, fixar-nos-emos nos fatores de natureza linguística¹⁰. Estes podem apresentar-se de duas formas: a) como características (em geral semânticas) que devem estar presentes no neologismo formado; ou b) como restrições que devem estar presentes na(s) unidade(s) lexical(is) que serve(m) de base à formação do neologismo.

Os fatores de tipo (a) dizem respeito principalmente aos efeitos semântico-comunicativos pretendidos pelo emissor, ou seja, este escolherá o mecanismo de criação lexical mais adequado para expressar o significado pretendido, incluindo seus aspectos conotativos e estilísticos. Isso pode ser exemplificado com o seguinte dado, analisado em Maroneze (2005): para substantivar o adjetivo *dondoca* (referente a mulher fútil), o falante opta por criar o neologismo *dondoquice* (em vez de *dondoquidade* ou *dondoqueza*, formados com outros sufixos concorrentes), porque o sufixo *-ice* reforça as conotações afetivas ou mesmo pejorativas pretendidas pelo criador.

Os fatores do tipo (b) constituem-se em condições que devem estar presentes para que determinado mecanismo de criação lexical possa ser aplicado; essas condições também podem ser entendidas como restrições que impedem a aplicação de determinado mecanismo. Tais restrições podem ser fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas ou textuais, ou mesmo uma combinação dessas. Ilustramos com alguns exemplos extraídos de Maroneze (2011).

Restrições de natureza fonológica que condicionam o emprego de determinados prefixos ou sufixos parecem ser raras na língua portuguesa. Um exemplo é a tendência de verbos terminados em *-i[C]ar* (em que C representa qualquer consoante) receberem o sufixo *-ção* em vez de seus concorrentes *-mento* ou *-agem* (ROCHA, 1999, p. 22), o que explicaria formas neológicas tais como *glicação* e *paparicação*. Outras línguas apresentam mais fatores fonológicos condicionantes, como o inglês, em que o sufixo nominalizador *-al* só se une a verbos oxítonos (PLAG, 2003, p. 61).

O tipo de fator morfológico que mais influencia os mecanismos de formação de palavras diz respeito a restrições de co-ocorrência entre dois ou mais afixos. Por exemplo, verbos prefixados tendem a ser nominalizados com o sufixo *-mento* (MARONEZE, 2005, p. 80), e adjetivos formados pelo sufixo *-vel* são exclusivamente substantivados com o sufixo *-(i)dade*, em vez de *-eza* ou outro concorrente (como *reparabilidade* e *treinabilidade*; MARONEZE, 2011, p. 94-96).

Restrições de natureza semântica envolvem características de significado que devem estar presentes na base para que o mecanismo possa ser aplicado. Exemplificamos com os sufixos concorrentes *-(i)dade* e *-ice*, os mais frequentes formadores de substantivos a partir de adjetivos. O primeiro tende a unir-se a adjetivos de função semântica especificadora, enquanto o segundo tende a unir-se a adjetivos de função semântica qualificadora (MARONEZE, 2011, p. 94-97).

Costuma-se considerar como exemplo de fator condicionante de natureza sintática a restrição da maioria dos sufixos a determinadas classes gramaticais de base; por exemplo, Plag (2003, p. 63) afirma ser de natureza sintática a restrição do sufixo inglês *-able* a verbos. No entanto, uma questão pode ser levantada: haveria fatores condicionantes “puramente” sintáticos, ou estes não seriam reflexo de um fator semântico subjacente? Ou seja, ao afirmarmos que determinado sufixo se une a verbos, estaríamos nos referindo à categoria sintática de verbo ou a características semânticas presentes em verbos e também requeridas pelo sufixo? Se adotarmos uma postura contrária à separação rígida entre sintaxe e semântica, e talvez mesmo a precedência da semântica sobre a sintaxe (cf. CROFT; CRUSE, 2004, p. 2), os fatores condicionantes de natureza sintática (e talvez mesmo morfológica) poderão ser entendidos como de natureza semântica. Dessa forma, preferimos analisar as restrições sintáticas como casos especiais das restrições semânticas.

Por fim, podem-se considerar também restrições de natureza textual-discursiva na seleção de um ou outro mecanismo de criação lexical. Provavelmente os fatores textuais que mais influenciam o emprego de determinados mecanismos de criação lexical são os relacionados ao gênero e ao domínio textual-discursivo. Podemos citar trabalhos como Rocha (1999), que mostra que gêneros dissertativos favorecem mais o emprego de substantivos abstratos derivados de verbos do que os gêneros narrativos; Alves (2000) aponta diversos prefixos, como os intensivos, que são mais frequentemente empregados em textos publicitários; além de vários trabalhos da área de Terminologia que têm mostrado como certos domínios (Medicina, Informática etc.) favorecem o emprego de certos mecanismos de criação lexical.

É importante assinalar que as restrições ao emprego dos mecanismos raramente funcionam de forma categórica; são na verdade tendências, mais ou menos fortes, mas que sempre podem ser rompidas.

Na perspectiva onomasiológica, portanto, descrevem-se os mecanismos e as causas da criação lexical; na perspectiva semasiológica, analisam-se os fatores envolvidos na interpretação dos neologismos. Na seção seguinte, abordaremos algumas questões envolvidas no estudo semasiológico da neologia.

A PERSPECTIVA SEMASIOLOGICA

Conforme já descrevemos, a abordagem semasiológica parte do significado para chegar ao significado, focando-se em perguntas do tipo “Quais são os significados possíveis para determinada expressão?”. Evidentemente, a distinção entre onomasiologia e semasiologia coloca-se como de natureza teórico-metodológica; empregamo-la aqui para efeitos de clareza da exposição,

reforçando que, no ato de criação lexical, ambos os tipos de questões apresentam-se simultaneamente.

Se, na perspectiva onomasiológica, devemos imaginar um falante que precisa criar uma unidade lexical, para compreender a perspectiva semasiológica, imaginemos um indivíduo que precisa interpretar essa nova unidade. O problema desse indivíduo pode ser formulado na forma de uma pergunta dividida em duas partes:

- (5a) Quais são os possíveis significados desse neologismo? e
 (5b) Qual(is) deles foi(foram) pretendido(s) pelo emissor?

Procurar responder a ambas as perguntas é tarefa do receptor¹¹; ao linguista, por estar fora da situação comunicativa, compete responder apenas à pergunta (5a)¹². Para tanto, observará as mesmas evidências que se apresentam ao receptor. Abordaremos duas dessas evidências, relacionadas à mudança de classe gramatical, apresentadas aqui separadamente, mas que são relacionadas: a composicionalidade do neologismo e a polissemia dos mecanismos de criação lexical.

A COMPOSICIONALIDADE NA INTERPRETAÇÃO DOS NEOLOGISMOS

Em muitas teorias semânticas, entende-se que o significado de uma expressão linguística complexa é de alguma forma resultado dos significados de cada uma das partes da expressão. Isso é conhecido como “princípio da composicionalidade” e pode ser formulado da seguinte forma (CRUSE, 2000, p. 67):

- (6) O significado de uma expressão linguisticamente complexa é uma função composicional dos significados de seus constituintes linguísticos.

O princípio da composicionalidade apresenta-se em versões mais ou menos relativizadas segundo cada teoria, mas nunca é negado em absoluto. Procuraremos mostrar aqui em que medida ele opera na interpretação de neologismos formados por derivação.

Como exemplo, tomemos o neologismo derivado *novelizar* (MARONEZE, 2011, p. 48-49). Podemos considerar o seu significado como a “soma” do significado de *novela* com o significado de *-izar*. Assim, o significado composicional de *novelizar* pode ser descrito como “tornar novela”, assim como *humanizar* é “tornar humano”, *batizar* é “tornar batizado” etc. No entanto, uma definição como “tornar novela” não consegue abarcar a totalidade do significado do neologismo. Transcrevemos a seguir o contexto próximo em que ele foi criado:

Segundo um diretor da própria Globo, a popularização do JN não é uma escolha adequada. “Não adianta querer <novelizar> o telejornal para satisfazer ao público”, afirma esse diretor da emissora. “Isso é ingenuidade.” (Veja, 30-set-98)

Observamos, assim, que o significado de *novelizar* pode ser mais bem descrito por “transmitir características típicas de novela a (o telejornal)”, o que nos mostra claramente que existe mais no significado de uma unidade lexical complexa do que a soma dos significados de suas partes. Essa constatação nos faz reavaliar o alcance do princípio da composicionalidade. Uma solução possível seria afirmar que o significado linguístico da expressão complexa refere-se apenas àquela “porção” de seu significado que pode ser “calculada” composicionalmente; quaisquer traços de significado “a mais” seriam atribuídos à influência de fatores contextuais e/ou extralinguísticos e, portanto, objeto de estudo da Pragmática ou da Filosofia da linguagem. Essa é a postura adotada pelas teorias que postulam uma separação clara e estrita entre Semântica e Pragmática, como a Semântica Formal.

Outra possibilidade é relativizar o conceito de composicionalidade, afirmando que esse princípio não é suficiente para *determinar* o significado de uma expressão, mas apenas *sugeri-lo* ou *ativá-lo*. É o que faz Langacker (2008, p. 42) ao afirmar que a linguagem apresenta apenas uma *composicionalidade parcial*; o significado, segundo o autor, é fundamentalmente de natureza enciclopédica e uma separação rígida entre Semântica e Pragmática é inviável. Neste trabalho, aderimos a essa concepção, sem nos determos nos pormenores da argumentação do autor, que pode ser encontrada em Langacker (2008, p. 27-54).

Parece adequado, portanto, distinguir dois níveis de significado de um neologismo formado por derivação: o *significado composicional*, passível de ser “calculado” em função dos significados de seus elementos formadores, e o que pode ser chamado de *significado lexical*, idiossincrático, decorrente de fatores variados, tanto linguísticos quanto extralinguísticos.¹³

Embora distintos, esses dois níveis são sem dúvida relacionados entre si. Talvez seja possível pensar no significado lexical (ou pelo menos parte dele) como uma extensão do significado composicional pelo emprego de processos metafóricos, metonímicos e outros. Ou seja, talvez seja possível prever, ao menos parcialmente, o significado lexical a partir do composicional. Além disso, no processo de incorporação do neologismo ao léxico da língua, o significado lexical convencionalizar-se-á e pode transformar-se seguindo vários rumos. Questões desse tipo vêm sendo cada vez mais abordadas pelas teorias semânticas de orientação cognitivista, em especial a partir dos estudos sobre metáfora (LAKOFF; JOHNSON, 2002) e metonímia (PANTHER; RADDEN, 1999), e constituem-se num campo importante da pesquisa semasiológica. Em Maroneze (2011, p. 93-163), mostramos como a metonímia parece operar na relação entre ambos os níveis de significado. Alguns exemplos são:

CARACTERÍSTICA PELO SEU POSSUIDOR: *dickensiano* e outros empregos de *-ano* (MARONEZE, 2011, p. 138-139)

AÇÃO PELO SEU AGENTE TÍPICO: *buarquear*, *malufar* e outros verbos neológicos (MARONEZE, 2011, p. 159)

A POLISSEMIA DOS MECANISMOS DE CRIAÇÃO LEXICAL

A polissemia pode ser definida como a associação de dois ou mais significados a um único significante. É um fenômeno massivamente presente nas línguas naturais e que vem merecendo cada vez mais estudos no âmbito da Semântica Cognitiva, conforme afirma Silva (2006, p. 1). No entanto, este mesmo autor afirma que ainda “[s]ão escassos os estudos sobre polissemia lexical e (menos ainda) gramatical do Português” (SILVA, 2006, p. 7).

Assim como as unidades lexicais, os mecanismos de criação lexical também podem apresentar polissemia. Especificamente em relação aos sufixos, há diversos trabalhos que abordam o fenômeno. Apresentaremos alguns deles a seguir, sem a pretensão de sermos exaustivos.

Os sufixos aumentativos e diminutivos talvez sejam os afixos cuja polissemia tem sido mais extensamente descrita. Cunha e Cintra (1985, p. 88-93), por exemplo, descrevem seus vários empregos com bastante detalhe; autores do campo da Estilística, como Lapa (1968, p. 84-88) e Martins (1997, p. 114-116), também dedicam várias páginas à descrição da polissemia dos aumentativos e, principalmente, dos diminutivos. Isso se deve ao fato de que essa polissemia ocorre, via de regra, no sentido de trazer novos significados de caráter afetivo. Cabe mencionar ainda o trabalho de Silva (2006, p. 219-244) sobre a polissemia do diminutivo sob o olhar da Semântica Cognitiva.

Se a polissemia dos sufixos de grau é já bastante descrita, mesmo nas gramáticas tradicionais, o mesmo não se pode dizer a respeito de outros tipos de sufixos. Por exemplo, se Cunha e Cintra (1985) por um lado dedicam várias páginas à descrição dos sufixos de grau, por outro, em relação aos demais sufixos, limitam-se a enumerá-los com suas acepções (p. 94-100), mostrando serem em sua maioria de fato polissêmicos, mas sem se debruçar sobre suas particularidades de uso.

Em relação aos sufixos polissêmicos afetivos descritos em trabalhos de Estilística, o manual de Lapa (1968) praticamente não menciona nenhum além dos diminutivos; já Martins (1997) é mais abrangente, chamando a atenção para sufixos formadores de substantivos que “podem acrescentar (não obrigatoriamente, insistimos) um tom pejorativo, jocoso, pitoresco, um tom de recriminação” (p. 116), tais como *-ice*, *-ismo*, *-agem*, *-ção* etc.; bem como sufixos formadores de adjetivos (*-oso*, *-udo*, *-ento*, *-esco*, *-oide* etc.) e verbos (*-inhar*, *-icar*, *-itar* etc.) que apresentam empregos afetivos.

Mais recentemente, devem ser destacados os trabalhos do Grupo de Morfologia Histórica do Português, coordenado pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, que se foca em descrever as várias acepções que os sufixos da língua portuguesa apresentam em sua diacronia. Alguns dos sufixos analisados por esse grupo são *-eiro* (VIARO, 2006), *-ista* (AREÁN-GARCÍA, 2007), *-nc(i)a* (LACOTIZ, 2007), *-mento* (FREITAS, 2008), *-(i)dade* (SIMÕES, 2009) e *-agem* (GONÇALVES, 2009), entre outros.

A polissemia está presente também nos sufixos empregados na formação de neologismos. Analisando neologismos das décadas de 1980 e 1990, Alves (2004a, 2004b) descreve a polissemia de sufixos como *-ite*, *-oide*, *-ol* (2004a, p. 37-39) e *-aço* (2004b, p. 83-84), entre outros; em trabalhos anteriores (MARONEZE, 2005, 2011), também descrevemos a polissemia de diversos

sufixos, como *-ção*, *-agem* e *-nc(i)a*. Conforme mostram esses trabalhos, o estudo dos neologismos pode revelar quais mudanças vêm ocorrendo no significado dos mecanismos de criação lexical, em particular dos sufixos. Nesse sentido, e relacionando a polissemia com a distinção entre significado lexical e construcional, também caberia indagar se essa polissemia estaria relacionada apenas ao significado construcional ou se envolveria ambos. Para não estender a discussão, remetemos à leitura de Maroneze (2011, p. 52-54 e a tese como um todo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação das duas perspectivas (a onomasiológica e a semasiológica) e de suas decorrências para o estudo da neologia, caberia indagar se essa distinção não seria na verdade equivalente à distinção entre morfologia e semântica. Afinal, a perspectiva onomasiológica parece se concentrar mais em problemas de ordem morfológica, enquanto a perspectiva semasiológica aborda questões semânticas.

Sem deixar de notar que de fato existe essa ênfase, acreditamos que, ainda que em menor grau, tanto a semântica quanto a morfologia estão presentes em ambas as perspectivas. Como exemplo, observamos a existência de restrições semânticas ao emprego de determinados mecanismos, conforme já apontado, bem como o recurso a noções morfológicas na distinção entre significado composicional e significado lexical.

Com este artigo, propomos que os conceitos de onomasiologia e semasiologia possam nortear as pesquisas no âmbito da neologia. Acreditamos que esses conceitos podem trazer importantes perspectivas de pesquisa para o estudo da criação lexical.

NOTAS

(1) “Posto que uma unidade lexical pareia uma expressão com um conteúdo semântico, a distinção entre uma abordagem semasiológica e uma onomasiológica é baseada na escolha de um dos polos dessa correlação como ponto de partida da pesquisa. Assim, a abordagem onomasiológica parte do lado do conteúdo, indagando tipicamente a questão “Dado o conceito *x*, com que unidades lexicais ele pode ser expresso?” Por sua vez, a abordagem semasiológica parte do lado formal, indagando tipicamente a questão “Dada a unidade lexical *y*, que significados ela expressa?” Em outras palavras o objeto típico da semasiologia é a polissemia e a aplicabilidade múltipla de uma unidade lexical, enquanto a onomasiologia preocupa-se com a sinonímia e a quase-sinonímia, a nomeação e a seleção de uma expressão dentre uma quantidade de possibilidades alternativas.” (Tradução nossa)

(2) O trabalho de Geeraerts (1997) refere-se principalmente à mudança lexical de natureza semântica (que os estudos de neologia denominam “neologia semântica”), mas suas considerações podem ser estendidas para todos os tipos de mudança lexical. O autor ainda fala de um terceiro ponto, a difusão da mudança pela comunidade linguística, que não será abordado aqui.

(3) Trata-se de um estudo dos mais conhecidos, mencionado em praticamente todos os manuais de Linguística Românica, porém nem sempre adequadamente referido. A referência correta (*apud* GEERAERTS, 1997) é GILLIÉRON, J.; ROQUES, M. *Études de géographie linguistique*. Paris: Champion, 1912.

(4) se não houvesse intenções comunicativas para serem satisfeitas, não haveria necessidade para uma organização eficiente da linguagem empregada para satisfazer essas intenções (Tradução nossa).

(5) o propósito geral da comunicação e a motivação geral por trás da mudança linguística (Tradução nossa).

(6) A adequação ou inadequação de determinada unidade lexical neológica dependerá essencialmente, a nosso ver, de seu sucesso comunicativo, ou seja, de ela ser mais ou menos capaz de comunicar a intenção original de seu criador; uma questão de ordem pragmática. Entretanto, podem-se estabelecer critérios prescritivos para julgar tal adequação, como ocorre nos organismos de planificação neológica.

(7) Evidentemente, essa pergunta deve ser encarada como uma trilha, um roteiro de investigação; os reais fatores envolvidos (tanto linguísticos quanto extralinguísticos) podem se multiplicar de tal forma que jamais se terá uma resposta plenamente adequada.

(8) Acreditamos que a distinção que estabelecemos entre explicações cognitivo-funcionais e comunicativo-funcionais é menos rígida do que parece à primeira vista: muitos fatores que tornam a comunicação mais efetiva também podem contribuir para facilitar o processamento cognitivo e vice-versa.

(9) “Postula-se que a seleção de uma das opções disponíveis seja sempre influenciada tanto por fatores linguísticos (produtividade, restrições etc.) como sociolinguísticos (escolaridade, profissão, história de vida, influência da experiência linguística anterior etc.)” (Tradução nossa).

(10) Não pretendemos desenvolver aqui maiores discussões a respeito da divisão entre os dois tipos de fatores, fixando-nos nos linguísticos. No entanto, pode-se argumentar que ambos os tipos referem-se à mesma motivação subjacente, a *eficiência comunicativa*.

(11) Assim como o ato onomasiológico de criação lexical, a interpretação adequada de um neologismo é, em última análise, uma questão de ordem pragmática, que envolverá até mesmo fatores como a disposição do receptor em interpretar. As análises linguísticas que realizamos são apenas parte do problema.

(12) Ainda assim, apenas no que se refere às possibilidades linguísticas; haverá sempre inúmeros significados decorrentes de fatores contextuais, que fogem ao escopo das análises semânticas.

(13) Rainer (2005, p. 421) afirma que essa distinção já é tradicional nos estudos sobre formação de palavras em alemão; nessa língua, os termos empregados são *Wortbedeutung* (significado lexical) e *Wortbildungsbedeutung* (significado composicional ou construcional).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Um estudo sobre a neologia lexical**: os microssistemas prefixais do português contemporâneo. 2000. 594 f. Tese (Livre-Docência em Lexicologia e Terminologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ALVES, I. M. **Neologismo**. Criação lexical. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004a.

ALVES, I. M. A unidade lexical neológica: do histórico-social ao morfológico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri e KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). **As ciências do léxico**. v. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004b. p. 77-87.

AREÁN-GARCÍA, N. **Estudo comparativo de aspectos semânticos do sufixo -ista no português e no galego**. 2007. 2 v. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04102007-144618/>>. Acesso em: 04 jan 2011.

BLANK, A. Why do new meanings occur? A cognitive typology of the motivations for lexical semantic change. In: BLANK, Andreas; KOCH, Peter (Orgs.). **Historical Semantics and cognition**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 61-89.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: CUP, 2004.

CRUSE, D. A. **Meaning in language**. An introduction to Semantics and Pragmatics. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FREITAS, É. S. S. de. **Em busca do mento perdido**. Análise semântico-diacrônica do sufixo -mento, no português. 2008. 2 v. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-29092008-151130/>>. Acesso em: 04 jan 2011.

GEERAERTS, D. **Diachronic prototype semantics**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

GONÇALVES, A. A. G. **Diacronia e produtividade dos sufixos -agem, -igem, -ugem, -ádego, -ádigo e -ádiga no português**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível

em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-30112009-142459/>>.
Acesso em: 04 jan 2011.

LACOTIZ, A. **Valores semânticos dos sufixos -ança/-ença -ância/-ência no português**. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-28012008-112539/>>.
Acesso em: 04 jan 2011.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução de Mara Sophia Zanotto (Coord.). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.

LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar: descriptive application**. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LANGACKER, R. W. **Cognitive grammar: a basic introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.

LAPA, M. R. **Estilística da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

MARONEZE, B. O. **Um estudo da nominalização no Português do Brasil com base em unidades lexicais neológicas**. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARONEZE, B. O. **Um estudo da mudança de classe gramatical em unidades lexicais neológicas**. 2011. 199 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTINS, N. S. **Introdução à Estilística**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

PANTHER, K.; RADDEN, G. (Eds.). **Metonymy in language and thought**. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

PLAG, I. **Word-Formation in English**. Cambridge: CUP, 2003.

RAINER, F. Semantic change in word formation. **Linguistics**, Antwerp, v. 43, n. 2, 2005, p. 415-441.

ROCHA, L. C. de A. A nominalização no português do Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 1999, p. 5-52.

SILVA, A. S. da. **O mundo dos sentidos em português**. Polissemia, semântica e cognição. Coimbra: Almedina, 2006.

SIMÕES, L. **Estudo semântico e diacrônico do sufixo ‘-dade’ na língua portuguesa**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04022010-161225/>>. Acesso em: 04 jan 2011.

ŠTEKAUER, P. Fundamental principles of an onomasiological theory of English word-formation. **Onomasiology Online**, Eichstätt, v. 2, n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.ku-eichstaett.de/SLF/EngluVglSW/stekauer1011.pdf>>. Acesso em: 04 jan 2011.

VIARO, M. E. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo -*eiro*. **Estudos Lingüísticos**, São Paulo, 2006, v. 35, p. 1443-1452.

DEFINIÇÕES E MARCAS DE USO NOS DICIONÁRIOS PARA OS ETNÔNIMOS INJURIOSOS

Deni KASAMA
Universidade Estadual Paulista (doutorando, bolsista CNPq)
dkasama@gmail.com

Claudia ZAVAGLIA
Universidade Estadual Paulista
zavaglia@ibilce.unesp.br

RESUMO: Etnônimos injuriosos são unidades lexicais que designam um grupo étnico, racial ou social, com conotação ofensiva, dirigidas a um ou mais indivíduos que não fazem, necessariamente, parte de tais grupos. Neste trabalho, analisamos como essas unidades lexicais são inseridas e tratadas em e por dicionários, com o intuito de verificar se a acepção injuriosa conotativa é marcada por algum tipo de rótulo de uso, tais como “pejorativo”, “depreciativo”, “informal”, “figurado”, “popular” entre outros. A análise se dá a partir de uma comparação entre verbetes extraídos de grandes dicionários da língua portuguesa do Brasil de circulação impressa (Aurélio e Houaiss) e on-line (Aulete Digital e Michaelis). Por se tratarem de unidades lexicais que ocorrem com mais frequência na língua falada, apresentamos ainda uma fonte de dados linguísticos que acreditamos ser válida para atestar e melhor descrever os etnônimos injuriosos, tarefa que, como apresentamos neste trabalho, se dá nos dicionários de maneira pouco consistente.

PALAVRAS-CHAVE: Etnônimos injuriosos; Dicionários; Marcas/Rótulos de uso.

INTRODUÇÃO

Dicionários constituem importante obra de referência de um povo. Nele encontram-se descritos elementos linguísticos e culturais, bem como os usos de tais elementos, que, certamente, estão sujeitos a variáveis determinadas por fatores extralinguísticos que circundam aquele que fala/escreve, assim como aquele que ouve/lê. Nesse sentido, faz-se necessário que o consulente seja advertido quanto ao fato de que um dado item lexical pode assumir variadas conotações a depender, justamente, de seu contexto de uso. Observamos, neste trabalho, como as marcas de uso (também chamadas na literatura de “etiquetas”, “rubricas”, “rótulos”) são utilizadas em grandes dicionários brasileiros para uma tipologia lexical que se apresenta cada vez mais tabuizada, a saber, os etnônimos injuriosos, cujo conceito apresentamos mais adiante. Dado o caráter controverso dessas unidades lexicais (ULs), o exame de suas marcas de uso (ou a ausência delas) mostra-se bastante relevante. A

partir dessa observação e análise nos dicionários, pretendemos também colocar em foco a problemática que tais etiquetas representam para a Lexicografia, neste caso, a brasileira.

Borba (2003) menciona a imprescindibilidade e complexidade desse tipo de informação que compõe a estrutura interna de um verbete:

Num dicionário de usos uma informação importante relaciona-se com a variação tanto espacial, [...] como social, no mesmo espaço mas considerada quanto aos diferentes registros utilizados pelas pessoas nas diferentes situações da vida social. Os dicionários costumam dar este tipo de informação por um conjunto de rótulos, tarefa complicada e feita de forma irregular em nossos dicionários. (BORBA, 2003, p. 315)

Nessa mesma esteira, podemos observar a problemática em tela do ponto de vista do consulente da obra por meio de um exemplo de unidade lexical também tabuizada, os chulismos:

De fato, até que ponto o lexicógrafo pode decidir rotular com uma marca ou outra certa unidade lexical, a partir do momento que ela pode migrar de um campo para o outro de uma hora para outra? É desejável que os dicionários monolíngues de língua geral tragam essas marcas de uso, mas é necessário também que o consulente tenha em mente a dificuldade enfrentada pelo lexicógrafo ao registrá-las em seus verbetes. [...] Para estrangeiros que estejam aprendendo o português, a meu ver, é essencial informar-lhes que ao empregar a unidade lexical caralho, mesmo em intensificadores do tipo pra caralho, em diálogos informais, eles estarão empregando uma unidade lexical considerada chula e um tabuísmo em nossa língua. (ZAVAGLIA, 2012, p. 258)

Como apresentar-se-á mais adiante, ao observamos os etnônimos injuriosos e sua etiquetagem, nos dicionários analisados, evidenciamos que não há um consenso quanto a essa sinalização e que tais itens lexicais, assim como os chulos, conforme exposto anteriormente, configuram-se, na sociedade, um tabu, cujo uso deve ser cuidadoso.

Este artigo encontra-se assim dividido e apresenta: (i) algumas controvérsias históricas entre dicionários e grupos étnicos e como as marcas de uso representam uma tentativa de se apaziguar tais polêmicas; (ii) os dicionários monolíngues brasileiros que utilizamos para o levantamento de tais itens lexicais; (iii) exemplos de como se dá a inconsistência na marcação de tais usos; (iv) uma possível metodologia para tornar a aposição de marcas de uso junto a definições injuriosas mais consistentes.

ETNÔNIMOS, DICIONÁRIOS E MARCAS DE USO

Robert Burchfield, editor chefe dos dicionários Oxford entre os anos de 1971 a 1984, relata que na década de 20, no Reino Unido, o periódico *Jewish Chronicle* serviu de praça para protestos que diziam respeito à acepção “usurário inescrupuloso e regateador” associada ao verbete “judeu” no *Pocket Oxford Dictionary*. Os editores passaram, então, a indicar, no verbete do dicionário, por meio de uma rubrica, que se tratava de um uso depreciativo e o *Jewish Chronicle* publicou, em 24 de outubro de 1924, um artigo no qual expressava gratidão pelo acolhimento da solicitação, expresso em forma de indicação de uso, por meio de uma marca de uso. Segundo o autor, H. W. Fowler, o editor do dicionário escreveu para R. W. Chapman, editor-chefe na Oxford University Press, dizendo:

Aquele que faz dicionários deve registrar o que as pessoas dizem, não o que ele acredita ser aquilo que elas devem educadamente dizer: como você desenharia a linha entre esse insulto a uma nação e outros como ‘Dutch courage’, ‘French leave’, ‘Punic faith’, ‘the Huns’, ‘a nation of shopkeepers’, e centenas de outros? A verdadeira pergunta não é se uma expressão é grosseira, mas se ela é atual. (BURCHFIELD, 1980, p. 16)

Paralelamente, ainda segundo Burchfield, houve, à época, no contexto da lexicografia americana, um movimento que exigia o uso de inicial maiúscula para a lexia “Negro” e o conseqüente abandono de “nigger”, lexia de conotação ofensiva. Pressionados para que registrassem tal mudança em seus dicionários, os lexicógrafos, nos Estados Unidos, argumentaram que ficariam felizes em registrá-la dessa forma se os escritores passassem a usá-la desse modo em seus textos.

A tentativa de se minimizar a repercussão negativa gerada por esse tipo de descrição de uso, segundo Béjoint (2000), foi, justamente, a inclusão de marcas que indicam ao consulente do dicionário tratarem-se de usos com conotação social infamadora, como, por exemplo, a inclusão da letra “R”, com o significado de “uso racial ofensivo” para cerca de 25 palavras, na sétima edição do *The Concise Oxford Dictionary of Current English* (BÉJOINT, 2000, p. 130–131).

Cabe aqui conceituar outro eixo fundamental deste trabalho, que se centra nos itens lexicais que designam “o nome de tribo, casta, etnia, nação etc., e, p.ext., nomes de comunidades (políticas, religiosas etc.) que possam ser consideradas num sentido étnico” (AULETE DIGITAL, s.d., s.v.¹ etnônimo) que são, justamente, os etnônimos. Esse tipo de UL, quando usado como injúria contra um indivíduo, caracteriza o que aqui denominamos de “etnônimos injuriosos” e pode ser exemplificado pela lexia “judeu” que, *a priori*, designa um povo, mas é usado, conotativamente, para ofender qualquer indivíduo que empreste dinheiro e dessa atividade tente tirar vantagem.

Com respeito às marcas de uso apostas aos sentidos pejorativos, o que se espera é encontrar uma etiqueta diaevaluativa (segundo a classificação de

Hausmann, 1977 *apud* WELKER, 2004, p. 131), como “pejorativo” (utilizada pelo dicionário Houaiss), ou “depreciativo” (no caso do dicionário Aurélio). Com efeito, “pejorativo” é a etiqueta encontrada, no dicionário Houaiss para o sentido “pessoa usurária, avarenta” s.v. “judeu”. Em acepções com essas marcas, é importante que se observe também se há elementos na própria definição (e não apenas a marca de uso, em geral, abreviada) que façam menção à carga ultrajante do sentido. Assim, uma nota de uso ou um fato etimológico podem também contribuir para o entendimento do sentido que aqui nos interessa: o depreciativo.

Garriga (1994–1995), ao observar as marcas “*despectivo*” e “*peyorativo*” nos dicionários da Real Academia Española, observou que, assim como acontecem com as marcas de uso, em geral, as que acompanham um sentido pejorativo também não são utilizadas consistentemente. Em muitos casos, não são nem mesmo marcas de uso, mas uma informação que indica a pejoratividade dentro da própria definição, ou ainda, no espaço destinado à explicação etimológica.

A seguir, apresentamos os dicionários utilizados nesta pesquisa e descrevemos as razões que motivaram a escolha dessas obras.

OS DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES BRASILEIROS COMO CORPUS

No que tange os dicionários observados, dois deles são considerados, atualmente, as maiores autoridades e referências na lexicografia brasileira: o dicionário Aurélio e o dicionário Houaiss, que possuem versão eletrônica em CD-ROM — mas não versões *on-line* —.² Por outro lado, os dicionários Aulete Digital e Michaelis encontram-se à disposição de qualquer usuário da Internet, sem necessidade de qualquer tipo de cadastro para consulta. Essa facilidade de acesso — e, sobretudo, sua gratuidade — é um fator determinante para que esse tipo de obra de referência alcance um grande público. Um dicionário monolíngue presta-se não apenas a solucionar dúvidas (de sentido, de ortografia, de regência, para citar algumas) dos falantes da comunidade linguística na qual foi concebido, mas também de consulentes cuja língua materna não é o português, como por exemplo, um tradutor estrangeiro que traduz do/para o português ou um estudante de português como língua estrangeira. Com respeito às marcas de uso no *Aulete Digital* (s.d.), *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2010), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2001 e 2009) e o *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (MICHAELIS, 1998) observou-se que, embora eles apresentem os etnônimos injuriosos em suas microestruturas, a maneira como eles são marcados é heterogênea, insuficiente e ambígua. Tais pontos serão objeto de nossas observações nas próximas seções.

A INCONSISTÊNCIA NAS MARCAS DE USO NOS DICIONÁRIOS

Apresentamos, nesta seção, alguns itens lexicais que apresentam, entre suas possíveis acepções, ao menos uma que se revela ofensiva. “Beócio”, embora remeta a um povo que não exista mais (com essa designação) ilustra as diferentes formas de se marcar a acepção injuriosa que lhe diz respeito:

beócio [Do gr. boiótios, pelo lat. boeotiu.] Adj. 1. Da, ou pertencente ou relativo à Beócia, província da Grécia antiga. 2. Fig. Curto de inteligência; ignorante, boçal. 3. Fig. Simplório, ingênuo. • S. m. 4. O natural ou habitante da Beócia. 5. Gloss. O dialeto dessa província. 6. Indivíduo beócio (2 e 3). (AURÉLIO, 2010, s.v. beócio)

beócio (be.ó.ci:o) sm. 1. Pessoa nascida ou que vivia na Beócia (Grécia antiga). 2. Pej. Pessoa ignorante ou simplória. 3. Gloss. Dialeto falado na Beócia (Grécia antiga) a. 4. Da Beócia; típico dessa região ou de seu povo. 5. Pej. Que se revela ignorante ou simplório. 6. Gloss. Do ou ref. ao beócio (3) [F.: Do gr. boiótios, pelo lat. boeotius.] (AULETE DIGITAL, s.d., s.v. beócio)

beócio adj. s.m. (1871) 1 relativo à Beócia, região da antiga Grécia ao Norte e Noroeste da Ática, ou o seu natural ou habitante 2 p.ext. pej. que ou o que apresenta as características atribuídas (pelos atenienses) aos beócios, ou seja, espírito pouco cultivado, indiferença à cultura; grosseiro, boçal 3 p.ext. infm. pej. que ou o que não possui conhecimentos suficientes em determinado domínio; ignorante <é um b. nesse assunto> <um manual b. sobre computação> 4 p.ext. (da acp. 2) que ou o que é simplório, ingênuo ■ s.m. 5 LING dialeto grego que era falado na antiga Beócia ● ETIM lat. boeótus ou boeótius, a, um 'beócio, da região grega da Beócia', do gr. boiótós (HOUAISS; VILLAR, 2009, s.v. beócio)

beócio be.ó.cio adj (gr boiótios) 1 Relativo à Beócia (região central da Grécia antiga). 2 Natural da Beócia. 3 Bronco, estúpido, ignorante. sm 1 O habitante ou natural da Beócia. 2 Dialeto da Beócia. 3 Indivíduo ignorante. (MICHAELIS, 1998, s.v. beócio)

Como se pode observar, os sentidos claramente pejorativos associados ao etnônimo “beócio” (pessoa simplória, de modos rudes) só são marcados como tal por meio de rótulos pelos dicionários Aulete Digital e Houaiss (também sinalizado como “informal”, por esse último). O dicionário Aurélio o registra com um sentido “figurado” e o Michaelis não traz marcação de nenhum tipo. O fato é recorrente nesses dicionários quando comparamos as marcas de uso nas entradas “abade”, “botocudo”, “bugre”, “cafre”, “filisteu” e “negrada”, por exemplo.

De fato, apenas apontar em uma acepção ou outra do dicionário que determinada UL possui um sentido figurado pode não ser suficiente para que o consulente tenha cautela quando for usá-la. Além disso, os sentidos pejorativos são igualmente figurados, já que não são literais, mas uma extensão metafórica deles. Ao referir-se a alguém como um “capadócio”, por exemplo, não se está, necessariamente, aludindo à região de proveniência do indivíduo, mas a um suposto traço de trapaça, canalhice ou ignorância, como pode ser visto na crônica “A quem tiver carro”, de Fernando Sabino (1977), em que a personagem principal, após ter problemas com o carro e tentar repará-lo, sem sucesso, em diferentes mecânicos, refere-se a um deles da seguinte forma: “Resolvi regressar a Niterói. À entrada da cidade a profecia do capadócio se realizou: morreu de novo.” (SABINO, 1977, p. 42)

Outro caso cuja menção é oportuna é o do item lexical “paraíba”. Vejamos:

paraíba² [Do tupi = ‘rio imprestável’.] S. f. 1. Bras. S. Trecho de rio que não pode ser navegado. 2. Bras. Pop. Lésbica. • S. m. 3. Bras. Pop. Operário de construção civil, não qualificado. (AURÉLIO, 2010, s.v. paraíba²)

paraíba (pa.ra.í.ba) Bras. Angios. sm. 1. Árvore da fam das simarubáceas (Quassia amara), de madeira branca e frutos drupáceos, m. que simaruba 2. Árvore da fam. das simarubáceas (Quassia versicolor), de casca amarga e medicinal e drupas comestíveis, m. que pitombeira-de-marajó 3. Trecho do rio que não pode ser navegado: "Por esses espaços ninguém metia lanço, devido a que o rio em seio de sua largura se atalhava de corredeiras - paraíba - repuxando sobre pedregulho..." (Guimarães Rosa, "Ripuária", in Tutameia.) 4. Pop. Mulher de comportamento masculinizado 5. Pop. Depr. Lésbica; MACHONA 6. Pop. Operário da construção civil; PARU; PARAÍBA-DE-OBRA 7. P.ext. Qualquer nordestino, sobretudo o que procura a região sudeste em busca de trabalho; PAU DE ARARA [F.: do tupi pa ' rab + ' iwa] (AULETE DIGITAL, s.d., s.v. paraíba)

²paraíba s.f. (1922) 1 B S. trecho de rio impróprio para a navegação 2 (1950) B infrm. pej. mulher de aspecto e comportamento masculinos 2.1 B infrm. pej. m.q. LÉSBICA 3 p.ext. B infrm. mulher forte, lutadora ❖ s.2g B infrm. 4 operário não qualificado da construção civil 5 p.ext. designação dada a qualquer nordestino fora de sua região ●USO o emprego desta pal. nas acp. 4 e 5 é freq., mas não necessariamente, pej. ● ETIM top. Paraíba (segundo Nasc, prov. do tupi pa'ra 'rio' + a'iba 'ruim, impraticável à navegação') tornado subst. com. ●SIN/VAR ver sinonímia de machona (HOUAISS; VILLAR, 2009, s.v. paraíba²)

paraíba pa.ra.í.ba sf (tupi parauyua) Bot 1 Árvore medicinal simarubácea (Simaruba parahyba). 2 Reg (Sul) Trecho não

navegável dos grandes rios. 3 Ictiol Peixe da bacia do Amazonas. 4 pop Mulher de grande decisão e valentia. P.-mirim: o mesmo que calunga, acepção 1. (MICHAELIS, 1998, s.v. paraíba)

Enquanto o Dicionário Houaiss trata a acepção que se refere à homossexualidade ou a um comportamento masculinizado da mulher como “informal” e “pejorativo”, o Aurélio trata os mesmos sentidos como um “brasileirismo” e de caráter “popular”. Michaelis e Aulete Digital marcam como “popular”, mas esse último apõe também a marca “depreciativo”³ na acepção de número 5. O Houaiss traz ainda uma nota de uso: “USO o emprego desta pal. nas acp. 4 e 5 é freq., mas não necessariamente, pej.”. Ao tratar os usos 4 e 5 como “não necessariamente pejorativos”, indagamo-nos se o dicionário trata-os assim por serem sentidos aceitáveis por operários não qualificados e nordestinos que não sejam necessariamente paraibanos, sem que eles tomem isso como ofensa. Ainda que se trate dessa última hipótese, parece-nos complexo afirmar que a alta frequência atenua o caráter pejorativo do sentido.

Outro fato digno de nota é que, na edição de 2001, o Houaiss trouxe entre as informações etimológicas uma possível origem para o sentido de “paraíba” enquanto “mulher com traços ou comportamento masculino”, conforme se reproduz:

²paraíba s.f. (1922 cf. CF³) 1 B S. trecho de rio impróprio para a navegação 2 (1950) B infrm. pej. mulher de aspecto e comportamento masculinos 2.1 B infrm. pej. m.q. LÉSBICA 3 p.ext. B infrm. mulher forte, lutadora ❖ s.2g B infrm. 4 operário não qualificado da construção civil 5 p.ext. designação dada a qualquer nordestino fora de sua região ●USO o emprego desta pal. nas acp. 4 e 5 é freq., mas não necessariamente, pej. ● ETIM top. Paraíba (segundo Nasc, prov. do tupi pa'ra 'rio' + a'iba 'ruim, impraticável à navegação') tornado subst. com.; p.met., designa seus habitantes ou aplica-se à região nordeste, onde se situa; p.metf. valorativa, é atribuído à mulher forte e lutadora da região; no sentido de 'mulher macho', ocorre no baião Paraíba (Luís Gonzaga e Humberto Teixeira, 1950), cuja letra, referindo-se ao Estado da Paraíba, diz Paraíba masculina, mulher-macho, sim senhor; a partir desses signf. fig. desenvolveram-se novas acp., esp. as pej. ● SIN/VAR ver sinonímia de machona (HOUAISS; VILLAR, 2001, s.v. ²paraíba)

Salienta-se que essa etimologia de um sentido derivado “por metáfora valorativa” não se encontra mais presente na edição de 2009, nem no Dicionário Houaiss *on-line*.

O verbete “paraíba”, que apresenta mais de um sentido pejorativo, no dicionário Houaiss traz mais de uma marca, com nota de uso, e explicação etimológica (na edição de 2001) que poderia explicar a origem de um dos sentidos pejorativos — explicação retirada, entretanto, na versão mais atualizada da obra (2009). Indagamo-nos se não seria de maior visibilidade se essa nota etimológica tivesse sido incluída como exemplo ilustrativo, por

exemplo, se o trecho da canção “Paraíba” não pudesse constar como abonação⁴ ou exemplo do sentido.

Ademais, é de se estranhar que algumas acepções encontrem-se presentes em alguns desses dicionários e outras não. Veja-se por exemplo, os sentidos pejorativos atribuídos à UL “baiano”, no dicionário Houaiss (2001):

¹baiano *adj.s.m.* (1534) 1 relativo à Bahia, estado do Brasil, ou o que é seu natural ou habitante 2 BA relativo à cidade de Salvador BA ou o que é seu natural ou habitante; soteropolitano 3 MA que ou o que veio do sertão (diz-se de gado levado por sertanejos para as feiras de gado do Maranhão) 4 *pej.* m.q. CAIPIRA ('roceiro') ■ *s.m.* 5 MA sertanejo proveniente da Bahia, do Piauí ou de Tocantins, que traz gado para as feiras de gado do Maranhão 6 B S. indivíduo originário ou habitante de qualquer dos estados brasileiros, excetuando-se a região Sul; nortista 6.1 *infrm. pej.* us. tb. como palavra-ônibus disfêmica e preconceituosa, fora do Estado da Bahia, com significados como 'tolo', 'negro', 'mulato', 'ignorante', 'fanfarrão' etc. 7 B S. *infrm. pej.* indivíduo que monta mal a cavalo 8 B S soldado de infantaria 9 DNÇ ETN B NE *ant.* dança de par solto, com meneios acentuados dos quadris e sapateados, em que os parceiros eram escolhidos atirando-se-lhes na frente um lenço, ou com estalar de dedos, ou aceno de mão, ou com umbigada etc. 10 DNÇ MÚS B m.q. BAIÃO ('dança popular') ● ETIM top. *Bahia* + *-ano* ● COL baianada ● ETIM baiana(f.) / *baiana*(s.f.) ● ETIM baiana(f.) / *baianá*(s.m.) (HOUAISS; VILLAR, 2001, s.v. baiano)

O sentido número 4, marcado como pejorativo, remete ao verbete “caipira”, que corresponderia ao verbete número 11 do dicionário Aurélio: “11. *Bras. PI V.* caipira (1).” (FERREIRA, 2011, s.v. caipira), marcado, como se observa, como um brasileirismo e regionalismo do Piauí. O dicionário Aulete Digital faz a mesma indicação, incluindo a etiqueta de pejorativo: “6. *PI Pej.* Indivíduo simples de modos rústicos que ger. mora na roça; CAIPIRA; ROCEIRO” (AULETE DIGITAL, s.d., s.v. caipira). O dicionário Michaelis informa apenas no sentido número 4: “Habitante do campo ou das roças.” (MICHAELIS, 1998, s.v. caipira); o sentido número 7 do dicionário Houaiss faz referência ao indivíduo que não monta bem a cavalo, junto às etiquetas “brasileirismo”, “do Sul”, “informal” e “pejorativo”. No dicionário Aurélio tal sentido encontra-se na sétima acepção, com as marcas “brasileirismo”, “do Sul”, o que se dá também no dicionário Aulete Digital, sob o sentido número 9. O dicionário Michaelis não traz qualquer marcação e o sentido que se aproxima é o de número 3, onde se lê: “3 Indivíduo que não sabe montar a cavalo ou que, para os gaúchos, comete baianadas.” (MICHAELIS, 1998, s.v. baiano). O que chama a atenção é a acepção numerada como 6.1, do dicionário Houaiss, avaliada e marcada como pejorativa e que não encontra equivalentes nos demais dicionários. Identifica-se apenas no dicionário Aurélio uma acepção que apresenta a palavra “fanfarrão” na definição: “5. *Bras. Pej.* Indivíduo fanfarrão, pachola, dado a contar vantagens.”, mas o conjunto de sinônimos que

acompanha a definição do Houaiss é muito maior: “tolo”, “negro”, “mulato” e “ignorante”.

O caso do sentido figurado (e, embora não marcado, seja também pejorativo) atribuído à UL “francês” pelo dicionário Houaiss é mais emblemático:

francês *s.m.* [...] 1 aquele que é natural ou habitante da França
 2 LING língua indo-européia do ramo itálico que se desenvolveu do lat.vulg. na Gália transalpina, com influência do frânc., e se tornou a língua oficial da França e de certos países de civilização francesa ■ *adj.* 3 que nasceu ou habita na França
 4 da França; próprio da França <*civilização f.*> <*a gastronomia f.*> 5 relativo à língua us. na França ou em países de civilização francesa <*a sintaxe f.*> <*uma expressão f.*> 6 que apresenta determinadas características da França ou dos franceses, ou traços que lhes são atribuídos <*o intelectualismo f.*> 7 de autoria francesa <*um filme f.*> 8 *fig.* falsamente delicado; hipócrita, fingido [...] (HOUAISS; VILLAR, 2001, s.v. francês)

A presença de tal sentido é significativa por esse não se verificar em nenhum dos outros dicionários observados (Aulete Digital, Aurélio ou Michaelis). Faz-se, assim, necessário questionar a presença de tal acepção num dicionário de larga circulação como o Houaiss. Ainda que num sentido “figurado”, como indicado pelo próprio dicionário, esse pode causar estranhamento a um falante do português do Brasil que, talvez, reconheça algum traço de “delicadeza” na expressão “sair à francesa”, definida pelo dicionário Aurélio como “sair de fininho” (FERREIRA, 2010, s.v. francesa).

A seguir, discutimos a constituição do *corpus* que serve de base para a compilação da obra lexicográfica, lançando, dessa forma, luz sobre a questão das ausências e presenças de determinadas acepções injuriosas. Como poder-se-á verificar — e como queremos demonstrar — etnônimos injuriosos abundam na língua falada e essa modalidade não é largamente contemplada em grandes *corpora* da língua portuguesa.

LÍNGUA FALADA: O LUGAR DOS ETNÔNIMOS INJURIOSOS

Etnônimos utilizados como injúria são mais prováveis de serem encontrados na língua falada, conforme pondera Roback: “[d]e fato, muitas dessas injúrias [étnicas] ocorrem não no inglês padrão, mas na fala coloquial e gírias” (ROBACK, 1944, p. 247).

Com o objetivo de demonstrar uma maior ocorrência de etnônimos injuriosos na língua falada (o que nos permite atestar a atualidade dessas ULs), bem como verificar a pertinência das marcas de usos atribuídas a essas acepções nos dicionários, tomemos a UL “vigário” e o sentido pejorativo a ela associado, como exemplo, conforme seguem:

vigário [Do lat. *vicariu*, *i. e.*, ‘vicário’ (subentende-se pároco), ‘padre que faz as vezes do bispo’.] **S. m.** 1. Aquele que faz as

vezes de outro. 2. Padre que faz as vezes do prelado. [...] 6. *Bras. MG Pop. Vigarista* (2). [...] (AURÉLIO, 2010, s.v. vigário)

vigário *s.m.* (sXIII cf. AGC) 1 aquele que substitui outro 2 adm.ecles religioso que, investido dos poderes de outro, exerce em seu nome suas funções [...] 5 *MG infrm.* aquele que engana outrem com trapaças; vigarista, velhaco [...] (HOUAISS; VILLAR, 2001, s.v. vigário)

vi.gá.rio *sm* (*lat vicariu*) 1 Aquele que faz as vezes de outro. 2 Padre que substitui o prelado. [...] 8 *Reg (Minas Gerais)* Indivíduo velhaco, espertalhão, finório, sabido. [...] (MICHAELIS, 1998, s.v. vigário)

Como pode-se observar a acepção pejorativa relacionada à entrada “vigário” é marcada nos principais dicionários como um uso regional de Minas Gerais. Observamos, assim, como esse item lexical ocorria de maneira injuriosa no uso cotidiano da língua, tentando ainda observar a origem geográfica do falante.

Atualmente, os *corpora* disponíveis *on-line* como o da Linguateca,⁵ o NILC⁶ e o LAEL⁷ e aqueles que, ao contrário não estão acessíveis na Internet como o *Corpus* de Araraquara (BORBA, 1999) ou o *corpus* do Projeto NURC (CASTILHO, 1990) não possuem, por exemplo, etiquetagem diatópica, informação essa que seria de grande valia para investigações linguísticas. Em se tratando de língua falada, a questão se revela ainda mais complexa, dado que apenas o *corpus* do Projeto NURC e parte do *Corpus* de Araraquara contemplam tal modalidade.

Na tentativa de preencher tal lacuna, em termos de disponibilização *on-line* e atualidade, julgamos a rede social Twitter⁸ uma fonte poderosa de dados linguísticos, na qual a espontaneidade da escrita de seus usuários aproxima-se da modalidade falada. Dessa forma, apresentamos uma metodologia com a qual, a partir de pesquisas realizadas por meio do próprio motor de buscas da rede social Twitter, procuramos observar a ocorrência de ULs (aqui exemplificadas por “vigário” e “baiano”) cujo uso fosse injurioso. Tal verificação dá-se pela inserção da expressão de busca e com uma eventual exclusão de itens lexicais. Por exemplo, no caso de “vigário” há uma alta ocorrência da expressão “conto do vigário”. Exclui-se, assim, tais ocorrências dos resultados da pesquisa com a inserção do operador “-” antecedendo o item lexical “conto”, assim: “-conto” (sem as aspas).

O Quadro 1,⁹ a seguir, apresenta ocorrências de busca, nessa rede social, capturadas no dia 24 de novembro de 2012, para o item lexical “vigário” (selecionamos manualmente e aqui reproduzimos aqueles usados de forma pejorativa). Em relação à verificação de variantes, uma das informações que o Twitter permite que seus usuários incluam no perfil público é a cidade na qual o usuário reside. Dessa forma, foi-nos possível verificar que “vigário”, enquanto injúria, tem alta ocorrência na região Sul do Brasil, mais precisamente no estado do Rio Grande do Sul, conforme informação disponibilizada pelos próprios usuários em seus perfis públicos na rede social e aqui indicadas entre colchetes.

Quadro 1: Ocorrências de “vigário” na rede social Twitter.

1. “Ganhei o dia. O vigário do @manomenezes não é mais treinador da seleção!” [Caixas do Sul]
2. “@RdGaucha sou argentina!! Não apoio ladrão vigário!! Passou brasileiro dae jogadores do fluminense são convocados! País da vergonha e roubo!” [Gravataí-RS]
3. “Nunca torci contra o Brasil, mas sempre torcerei contra ti @manomenezes, vigário” [Caxias do Sul]
4. “O tal de Guerrinha da Gaúcha é um baita vigário. Se diz colorado para falar um monte de besteira querendo parecer isento.” [São Leopoldo]
5. “Essa diretoria só tem malandro, incrível. Fazem umas jogadas típicas de bicheiro, gatuno, vigário.” [São Bernardo do Campo - SP]

Ao exemplificar como um etnônimo injurioso como “vigário”, marcado como “regional”, pode ter seu uso atestado, seja no que diz respeito ao seu caráter injurioso, seja no que concerne à marca diatópica a ele atribuída, quisemos demonstrar que a composição de um corpus necessita contemplar variantes diafásicas, bem como conter informações de natureza diatópica, permitindo ao lexicógrafo atribuir etiquetas e descrever com maior exatidão, atualidade e pertinência os sentidos conotativos de uma UL.

A verificação do sentido pejorativo atribuído a “baiano”, por exemplo, numa rede social como o Twitter, retorna resultados como os reproduzidos no Quadro 2.

Quadro 2: Ocorrências de “baiano” na rede social Twitter.

6. “meu cabelo ta **baiano**, tres cor, preciso terminar de arrumar kaka :(“
6. “Minha mãe dizendo que as minhas musicas são de **Baiano** KKK RACHEI !”
6. “Você sabe que o Carlos é **baiano** só pelo avatar dele no Xbox. Tem um olhos azul espelhado.”
6. “Eu só acho que tatuar o nome dos pais no braço é coisa de **Baiano**, se tu for baiano vai em frente *-*”
6. “ui ele diz que **baiano** é preguiçoso mas não sabe o que é acordar 4 da manhã pra ir trabalhar.”
6. “Hj uma cliente de SP falou mal dos cariocas. Dizendo que carioca é **baiano** que ia descer pra SP, ficou com preguiça e parou no Rio. MORRI! KK”
6. “Dia bom para ler, descansar e pensar na vida. Estilo **baiano** de ser. O preguiça.”
6. “to com mais preguiça do que **baiano** em dia de frio”

Observe-se que, conforme as ocorrências acima, os sentidos pejorativos de “baiano”, relacionados aos estereótipos que circulam sobre essa etnia, não se encontram presentes em nenhum dos dicionários, a saber, aquele do “brega” e do “preguiçoso”.

Interessante observar que as ocorrências atestadas e usuais do Quadro 2 que carregam os sentidos “brega” e “preguiçoso” não se encontram presentes em nenhum dos dicionários descritos e analisados anteriormente, fato esse que nos leva a questionar, mais uma vez, se os dicionários não precisariam servir-se de meios que vão além de *corpora* geralmente compostos por textos escritos (jornalísticos e literários), a fim de se tornarem mais representativos quanto a ULs tabuizadas, como os chulismos e os etnônimos injuriosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os dicionários enquanto repositório lexical representam, inevitavelmente, uma cultura. Num momento em que a língua portuguesa e o Brasil são expoentes no contexto internacional, o interesse por essa língua e cultura aumenta e os dicionários representam uma via pela qual um aprendiz de português como língua estrangeira deverá trilhar, servindo-se ainda de outros materiais pedagógicos.

Um dicionário que seja, de fato, representativo, deve elencar ULs da língua em uso no momento da sua descrição. Para tanto, esperar-se-ia que tal obra lexicográfica fosse elaborada a partir de um corpus que seja igualmente representativo. A língua falada é terreno mais profícuo para os etnônimos injuriosos que a escrita e acreditamos que isso se deva ao fator controverso em torno desse tipo de item lexical que carrega consigo estereótipos, lugares-comuns e preconceitos.

Dos dicionários observados, o Aurélio é aquele que menos descreve usos pejorativos e, quando o faz, tende a apresentá-los sob a rubrica “figurado”; o Michaelis pouco apresenta marcas de uso e o Aulete Digital e o Houaiss são os que mais utilizam a rubrica “pejorativo”. Esse último também se utiliza de notas de uso que podem auxiliar o consulente a entender a origem de tal uso ofensivo. O Houaiss é também, dentre os dicionários observados, aquele que mais apresenta sentidos pejorativos que não se encontram nos demais dicionários, como é o caso das entradas “francês” e “baiano”.

Não é de hoje que a lexicografia necessita deixar claro os usos que descreve nos dicionários, o que se dá também, além da inclusão das marcas de uso, por meio de explicitação da fonte de composição das definições. Esse caminho, para se constituir um percurso lexicográfico transparente, parece não ser o maior dos problemas. Exemplo disso é o *Dicionário de Usos do Português*,¹⁰ de Borba (2001), o qual prova que o rigor de compilação de uma obra desse gênero passa por critérios pré-estabelecidos na compilação do *corpus* que servirá de base para a seleção dos verbetes e sentidos que os comporão (nesse caso, o *Corpus* de Araraquara). Com o avanço das redes sociais, há de se considerar também o material linguístico que ali circula, uma vez que neles abundam elementos que se repetem de acordo com a espontaneidade da fala, como a seleção de alguns itens lexicais que são mais frequentes nessa modalidade de língua; dentre tais elementos estão os etnônimos injuriosos que, a despeito de seu caráter controverso, requerem uma descrição mais precisa e fiel, seja para fins pedagógicos ou de atestação

de uso, se se quer ainda contribuir para a constituição do caráter de ciência da Lexicografia.

NOTAS

(1) Utilizamos a abreviatura “s.v.” para a expressão latina “*sub voce*”, que indica a entrada do dicionário na qual a aceção ocorreu.

(2) O Dicionário Houaiss possui uma versão *on-line*, mas disponível apenas para assinantes dos serviços do provedor de internet e serviços Universo Online (UOL). Disponível em <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

(3) Fato que nos causou estranhamento, visto que em nenhum outro verbete observado constatou-se a marca “depreciativo”, senão “pejorativo”.

(4) O Dicionário Houaiss, entretanto, dada a sua tradição filológica, não apresenta abonações (aqui, entendida como uma frase escrita por um grande escritor).

(5) Disponível em <<http://www.linguateca.pt/ACDC/>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

(6) Disponível em <<http://www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

(7) Disponível em <<http://www2.lael.pucsp.br/corpora/bp/conc/index.html>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

(8) A rede social de *micro-blogging* Twitter permite que seus usuários criem uma “linha do tempo”, na qual são feitas postagens curtas (até 140 caracteres) que são visíveis para outros usuários em perfis públicos ou privados. Disponível em <<http://www.twitter.com>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

(9) Reproduzimos as ocorrências exatamente como essas foram escritas no Twitter.

(10) O *Dicionário de Usos do Português* não foi utilizado como objeto de análise direta desta pesquisa, a exemplo dos dicionários Aulete Digital, Aurélio, Houaiss e Michaelis, por se tratar de uma obra claramente baseada em *corpus*. Ela serve, assim, como um *corpus* de referência para as análises realizadas, definindo os usos encontrados no *Corpus* de Araraquara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE DIGITAL. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Baseado em Aulete Digital, Francisco J.; Valente, Antonio Lopes dos Santos. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Aulete Digital**. Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital LTDA. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

BÉJOINT, H. **Modern Lexicography**: an introduction. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BORBA, F. S. Corpus de Araraquara: Português escrito no Brasil no século XX. Critérios de montagem e utilização. In: I ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE CORPUS, 1, 1999, São Paulo. **Atas...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

BORBA, F. S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2001.

BORBA, F. S. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

BURCHFIELD, R. Dictionaries and ethnicity. In: Leonard Michaels e Christopher Ricks (eds.) **The state of the language**. Berkeley: University of California Press, p. 15–23, 1980.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARRIGA, C. Las marcas de uso: despectivo en el DRAE. **Revista de Lexicografía**, v. 1, 1994–1995, p. 113–147. Disponível em: <http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/5381/1/RL_1-5.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2013.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. **Grande Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo, Melhoramentos, 1998. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

ROBACK, A. A. **A dictionary of international slurs (ethnophaulisms)**. Cambridge: Sci-Art Publishers, 1944

SABINO, F. T. A quem tiver carro. In: SABINO, F. T. **A companheira de viagem**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1977. p. 41–44.

WELKER, H. A. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. 1 ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZAVAGLIA, C. Metodologia em Ciências da Linguagem: Lexicografia. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. de S. (Orgs.). **Ciências da linguagem: o fazer científico?** v. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 231–264.

A DINÂMICA DO LÉXICO: A NEOLOGIA DE EMPRÉSTIMOS NO CONTEXTO DA PUBLICIDADE

Elza CONTIERO
 Universidade Federal de Minas Gerais (Mestre)
 econtie.ufmg@gmail.com

RESUMO: A influência da globalização e da tecnologia sobre o léxico das línguas é inegável, logo, a inserção de estrangeirismos cada vez mais recorrentes no português brasileiro merece um espaço de reflexão. Atualmente, o inglês é o idioma do qual promana a maior parte dos empréstimos lexicais absorvidos pelo português brasileiro. Tal fenômeno pode ser evidenciado pela ampla manifestação de estrangeirismos lexicais nos canais midiáticos ligados à comunicação e à informação. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise dos estrangeirismos lexicais extraídos de textos publicitários, veiculados em revistas cujo público-alvo é o juvenil. Os estrangeirismos coletados dizem respeito à neologia de empréstimos e, para identificá-los como tais, foi adotado o critério lexicográfico, de registro dicionarístico; isto é, aqui será considerado estrangeirismo a unidade léxica originária de uma língua estrangeira, em pleno uso no português brasileiro, mas que ainda não está dicionarizada.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Termos estrangeiros; Anúncios publicitários.

INTRODUÇÃO

O léxico de uma língua revela o saber sociocultural e científico de uma sociedade. É o conhecimento partilhado entre os falantes que está, segundo Ferraz (2010b, p. 251), “diretamente associado ao universo de pessoas e coisas, absorvendo a evolução de uma sociedade, bem como as suas transformações culturais (tradição, costume, moda, crença)”.

De fato, ao analisarmos a evolução de uma sociedade a partir de suas transformações sociais e culturais, verificamos que essas mudanças se refletem no acervo lexical, e o sentido que se encontra tão presente na experiência cotidiana da linguagem se desdobra em diversos níveis: fonético, fonológico, sintático, lexical, semântico, pragmático/discursivo.

Por essa razão, é perceptível que, à medida que as sociedades se tornaram mais globalizadas, novas formas de representação do mundo surgiram em decorrência de fenômenos linguísticos que alteraram (e alteram) a estrutura das línguas. Tal fenômeno pode ser visto nas modificações no nível lexical de uma língua, mais especificamente nos processos de formação de novas palavras, que geram mudanças, evolução, novidade, criação e inovação.

Quando falamos em palavras novas, estamos nos referindo aos neologismos (do grego, *neo* – “novo” e *logos* – “palavra”). Os neologismos

ocorrem por meio de diversos processos, entre os quais constam a criação lexical, processo no qual são utilizados elementos que já existem na língua, a qual proporciona o seu próprio sistema de regras de formação para a criação de novas palavras; a criação semântica, que consiste na utilização de palavras já existentes, atribuindo-lhes outros significados, e os estrangeirismos, que ocorrem por empréstimo, mais precisamente quando uma língua incorpora termos de outra.

O último item supracitado faz referência a um processo de criação neológica muito produtivo em língua portuguesa, temos exemplos recorrentes dele principalmente nos canais midiáticos, nos quais os estrangeirismos chamam atenção. Tendo em vista tudo o que foi dito, o foco deste artigo recairá sobre os estrangeirismos presentes na linguagem publicitária de revistas brasileiras voltadas para o público juvenil.

Tais revistas costumam trazer anúncios publicitários repletos de palavras ou expressões estrangeiras, que ajudam a atrair o público com o qual terão seus valores compartilhados. Esses valores muitas vezes enfatizam padrões de beleza, de consumo, de identidade nacional e linguística, que são revelados por unidades lexicais inovadoras, altamente utilizadas pelo texto publicitário. A respeito disso, Ferraz (2010a, p. 1849) afirma:

La búsqueda de la originalidad hace del lenguaje publicitario uno de los más innovadores y más ricos en recursos. Esa tendencia a la innovación se manifiesta especialmente en el vocabulario, a través de la creación de neologismos, la admisión de extranjerismos o el manejo intensivo de los mecanismos de composición y derivación léxica: muchas palabras y expresiones nuevas del lenguaje común han partido de un texto publicitario¹.

A partir das informações aqui expostas, podemos perceber que, devido à sua essência heterogênea, a língua permite a composição de novos matizes que proporcionam uma forma diferente de perceber o objeto, posto que sempre há a possibilidade de dizer a mesma coisa de diversas maneiras.

Para a definição do termo *estrangeirismo*, foi utilizado o critério lexicográfico, de registro dicionarizado, com o objetivo de identificar os estrangeirismos e distingui-los dos empréstimos linguísticos. Nesse sentido, foi considerado estrangeirismo a unidade léxica originária de uma língua estrangeira, em pleno uso no português brasileiro, que, no entanto, ainda não foi dicionarizada. Para definir os estrangeirismos, lançamos mão de um *corpus* de exclusão, constituído pelos seguintes dicionários brasileiros: *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009), *Dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa* (2010) e *Aulete digital, Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (2012). Dessa forma, os termos encontrados no *corpus* de exclusão

foram classificados como empréstimos linguísticos, e os que não estão dicionarizados foram considerados estrangeirismos.

OS ESTRANGEIRISMOS: CARACTERÍSTICAS E DEFINIÇÃO

O termo estrangeiro, ao ser incorporado a um determinado sistema linguístico e codificado por ele, é considerado um empréstimo ou uma adoção. Contudo, isso não pressupõe necessariamente sua total integração ao idioma. Exemplo disso seria o termo *ombudsman*, que existe no português brasileiro, mas que não se difundiu amplamente.

A adoção de um termo estrangeiro compreende diversos processos até que se dê sua completa aceitação por uma comunidade linguística. Portanto, não basta a criação de um neologismo baseado em língua estrangeira para que ele se torne integrante do acervo lexical de outra língua. Na verdade, é a comunidade linguística, pelo uso do elemento neológico ou pela sua não difusão, que decide sobre a integração do novo vocábulo ao idioma. Dessa forma, a frequência de uso de um estrangeirismo é o primeiro critério que determina sua incorporação à língua receptora, ou seja, quanto mais a palavra for veiculada na mídia ou inserida na fala da população, maior será a sua chance de integração, como afirma Carvalho:

Tomemos por exemplo a palavra *layout*, na primeira fase de aceitação, o termo é identificado como estrangeiro. Só será empréstimo quando adotado pelo uso corrente. Passa então a não ser notado como termo estrangeiro: leiaute. Se o termo é importado, mas permanece na grafia original, mesmo sendo muito usado, será um xenismo. É o que acontece com *show*, *shopping center*, *marketing*, que embora muito usados, ainda são grafados de forma muito estranha para falantes da Língua Portuguesa. A pronúncia, no entanto, já foi adaptada: *shopping* é chope e *show* é xou. (CARVALHO, 2011, p. 43-44)

No que se refere à natureza dos estrangeirismos, na história do português brasileiro há registros de empréstimos provenientes do latim, do grego, do francês, do árabe, do italiano, do inglês etc. Este último é o idioma quantitativamente mais expressivo, visto que a maior parte dos empréstimos lexicais absorvidos pelo português brasileiro contemporâneo se origina dele. Para percebermos a grande influência inglesa, basta observarmos os canais midiáticos ligados à comunicação e à informação no Brasil.

Do ponto de vista formal, de acordo com Biderman (2001), podemos reconhecer três tipos de estrangeirismos: decalque, no qual é adotada uma versão literal do lexema-modelo na língua originária, como em *calculadora*, *cartão de crédito*, *programador*, *dispositivo*, palavras que são decalques literais do inglês, mas que foram formadas a partir de lexemas e processos de derivação léxica típicos do português; adaptação da forma estrangeira à fonética e ortografia da outra língua, que ocorre, em geral, quando o estrangeirismo já foi adotado há muito tempo por outra cultura, como em

boicote (*boy-cott*), clube (*club*), coquetel (*cocktail*), drinque (*drink*), e, finalmente, a incorporação do vocábulo com a sua grafia e fonética originais, como em *best-seller*, *check-up*, *gangster*, *hardware*, *software*, *xerox* etc.

Como já mencionado anteriormente, a maior parte dos estrangeirismos presentes no português brasileiro provém do inglês. Essa supremacia do idioma se deve basicamente à grande influência norte-americana, que se estende por diversas áreas do conhecimento e da cultura, como tecnologia, economia, finanças, esporte, cinema, música etc. Visto que o idioma inglês está em basicamente toda parte, os estrangeirismos vindos dessa língua são incorporados ao português mais facilmente.

Como o inglês se mostra fortemente difundido nos meios de comunicação, era de se esperar que as influências do idioma também atingissem o campo da publicidade. Para tratar desse fenômeno no presente artigo, escolhemos como *corpus* algumas revistas dirigidas ao público adolescente, como *Todateen*, *Atrevida* e *Capricho*. Nelas podemos observar que a inserção de um item lexical estrangeiro em um texto publicitário voltado para o público juvenil é geralmente condicionada por uma questão estilística. Observemos alguns exemplos para análise:

Coração em baixa? Veja se a sua autoestima na paquera está numa boa ou em **off**. (*Todateen*, nov. 2012, p. 87) (grifos nossos)

Para mandar sua foto mais estilosa e conquistar o posto de **it** girl da *todateen*, acesse www.todateen.com.br/vcnatt. As seis garotas mais **fashionistas** vão competir no site da *todateen* em busca de votos para aparecer na revista. (*Todateen*, dez. 2012, p. 15) (grifos nossos)

A *todateen* listou algumas dicas para você curtir muuuuuito esses dias mais legais **ever**. (*Todateen*, out. 2012, p. 64) (grifos nossos)

O legal é fazer a **playlist** com o seu gosto musical. (*Atrevida*, nov. 2012, p. 21) (grifos nossos)

No primeiro exemplo, temos o vocábulo *off*, partícula proveniente do inglês que remete à ideia de “ausência, cancelamento”, e que, no contexto destacado, foi empregado pela revista para trazer à tona a imagem de uma pessoa moderna, “antenada” com os avanços da modernidade. De qualquer forma, se, em vez de *off* os redatores tivessem utilizado algo como “minha autoestima está ausente”, não seriam alcançados os mesmos efeitos de sentido, já que os valores atribuídos aos termos estrangeiros nos variados discursos em que são empregados determinam o sentido que se quer produzir.

Geralmente, os sentidos produzidos pelo uso dos estrangeirismos podem estar associados à ideia de novidade, como em “No *Whatsapp*, *Viber*, *Skype* ou torpedo, a dúvida é: você sabe mesmo paquerar por mensagem de texto?” (*Capricho*, dez. 2012, p. 66); à sensação de exotividade e alteridade, pois são termos estrangeiros; ou ainda podem transmitir a ideia de um produto

de melhor qualidade, pois este vem, sobretudo, de países mais “adiantados” do ponto de vista cultural e econômico.

Em relação a esse assunto, convém observar que, se uma determinada comunidade linguística passa a integrar, no seu repertório lexical, unidades léxicas de outros sistemas de língua, é porque houve consciência e aceitação coletiva positiva do fenômeno estrangeiro.

À aceitação dos falantes da língua receptora sucede o processo de dicionarização, quando unidades léxicas originárias de uma língua estrangeira passam a ser utilizadas frequentemente, tornando-se parte integrante do sistema linguístico da língua receptora e, portanto, sendo inseridas em obras lexicográficas. A partir daí, as palavras não devem mais ser classificadas como estrangeiras e, sim, como empréstimos. O dicionário cumpre um papel importante nesse processo, visto que ele se configura como parâmetro definidor do pertencimento ou não de um item ao acervo lexical de uma língua.

A dificuldade em precisar o momento em que uma determinada unidade léxica estrangeira se torna um empréstimo tem causado divergência entre alguns linguistas, tanto é que alguns estudiosos acreditam que estrangeirismos e empréstimos são designações que mantêm entre si equivalência de sentidos, como percebemos na definição de Carlos Alberto Faraco (2002, p. 15):

Estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente, seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no português. Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas, também chamado de empréstimo.

No que diz respeito à trajetória de um estrangeirismo, é importante salientar que o percurso deste se dá, a princípio, em sua grafia de origem: se for adotado na fala e na escrita, o termo é adaptado à língua receptora; caso contrário, se a palavra for adotada e a forma escrita não sofrer alterações, é denominado xenismo, segundo Carvalho:

(...) tomando como exemplo *cartoon*. Só será empréstimo posteriormente, quando adotado verdadeiramente pela integração na forma da língua e pelo uso corrente de falantes. Passa então a não ser notado como um termo estrangeiro: *cartum*. Se o termo importado permanece na grafia original, mesmo sendo muito usado, será um *xenismo*. [...] Palavras como skate, shopping, gay, show continuam em sua forma original, sendo portanto xenismos. São empréstimos: biônico, videocassete, estande, mixagem, jingle, mídia, pôster, folder, turnê. (CARVALHO, 1984, p. 56)

AS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DA UNIDADE ESTRANGEIRA

Constituindo-se como elementos nitidamente heterogêneos, as formas de estrangeirismo apresentadas nos materiais publicitários aparecem de diversas formas. Foi observada a frequente ocorrência de unidades simples, isto é, formadas por um único elemento lexical, na publicidade presente nas revistas juvenis. Segundo Carvalho (2009), as classes de palavras que representam o universo extralinguístico, nomeando coisas, qualidades e processos, formando o léxico, são lexemas ou palavras de significação externa, classe aberta, sempre em expansão, da qual fazem parte o verbo, o adjetivo, o substantivo e o advérbio nominal. São as classes de palavras com valor semântico, que se enriquecem continuamente, na medida em que sofrem grande influência das mudanças do mundo exterior.

Nas revistas analisadas, constatamos que, muitas vezes, o estrangeirismo foi empregado com um novo significado, e até mesmo em contextos diferentes dos utilizados na língua de origem. Podemos observar esse fenômeno no seguinte exemplo:

Você já experimentou uma **clutch**? (*Todateen*, dez. 2012, p. 24)

Nesse caso, o significado apresentado na revista para o substantivo *clutch* não tem ligação alguma com as acepções encontradas no dicionário de inglês Michaelis²:

clutch¹ *n* 1 aperto, agarrão, arrebatamento. 2 garra, presa, mão que pega ou aperta. 3 *fig* (geralmente **clutches**) poder, controle, influência. 4 embreagem, acoplamento. 5 alavanca ou pedal que aciona a embreagem. 6 *sl* situação ou circunstância difícil ou séria. 7 *Amer sl* abraço. 8 *Amer sl* grupo, bando. 9 *Amer sl* freguês de restaurante que não dá ou dá pouca gorjeta. • *vt+vi* 1 apertar, agarrar, apanhar. 2 arrebatado. 3 embrear, acionar a embreagem. *he made a clutch at ele pegou, ele estendeu a mão para. she kept out of his clutches ela ficou longe de seu alcance. to throw the clutch in embrear. to throw the clutch out desembrear.**clutch**² *n* 1 ninho com ovos. 2 ninhada.*

O sentido atribuído pela revista *Todateen* para a palavra *clutch* é o de acessório feminino (um tipo de bolsa) utilizado preferencialmente à noite, em festas, e é o mesmo sentido disseminado na mídia, principalmente entre as mulheres mais jovens. Um exemplo retirado do blogue Mulherzice³ ilustra bem esse uso quando diz que a “*clutch* é um acessório que chama muito a atenção, pois está nas mãos. Então, o legal é deixá-la sendo o centro das atenções, por isso escolha um modelo bem bonito sempre”. É provável que a explicação para que o termo *bolsa de mão* tenha passado a se chamar *clutch* esteja não numa relação linguagem-mundo, numa correlação biunívoca entre palavra e referente

mundano, mesmo porque o anúncio publicitário em questão não tinha como objetivo central nomear um objeto que já existe no mundo e que já tem nome em nossa língua. O que está sendo posto é um processo de legitimação de um novo valor atribuído ao objeto, através da busca de características que sustentem essa nova visão. O novo termo representa um outro conceito, na medida em que os falantes passam não apenas a atribuir valor positivo ao objeto como também a perceber que ele tem qualidades que antes não consideravam que ele tivesse.

Dessa forma, é preciso levar em conta a complexidade que a apropriação de uma língua sobre/para outra traz no bojo dos discursos, buscando articular forma e sentido, visto que é apenas nessa relação entre falantes e línguas que é possível compreendermos “o funcionamento de uma língua, o modo como se forja sua identidade, na relação dialética entre o próprio e o alheio” (OLIVEIRA, 2012, p. 68).

Além da presença de unidades simples, também verificamos a ocorrência de unidades compostas, ou seja, a combinação de dois ou mais elementos de significação própria que representam uma única ideia: *bad day*, *nail art* e *house party*.

Busca sua força interior para dar um jeitinho no *bad day*.
(*Capricho*, nov. 2012, p. 78) (grifos nossos)

Você aprende a fazer *nail art* só de olhar mais de pertinho.
(*Todateen*, nov. 2012, p. 12) (grifos nossos)

Você adora *house party* e saber organizar uma como ninguém.
(*Atrevida*, out. 2012, p. 39) (grifos nossos)

OS RECORTES SOCIAIS DOS ESTRANGEIRISMOS

Segundo Bagno (2001, p. 82), “não existe língua pura: o vocabulário de qualquer língua do mundo é o resultado de séculos de intercâmbios com outros povos, outras culturas e, conseqüentemente outras línguas”. Portanto, intercâmbios linguísticos entre diferentes idiomas são inevitáveis e até mesmo esperados, visto que a representação dos objetos do mundo ganha continuamente novas formas e, nesse aspecto, os estrangeirismos são extremamente eficazes.

Ao observarmos os estrangeirismos no português brasileiro contemporâneo, fica claro que seus processos são dinâmicos e passam por fatores socioculturais que não podem ser negligenciados nos estudos dessa natureza. Devemos nos questionar, por exemplo, por que determinadas formas de estrangeirismos em inglês se implementaram em detrimento de outras. Em um dos anúncios transcritos neste artigo podemos ler: “o legal é fazer a *playlist* com o seu gosto musical”; o termo escolhido veio do inglês e não do espanhol, por exemplo. Talvez soasse estranho para um jovem brasileiro dos dias atuais ler algo como “*lista de reproducción* com seu gosto musical”.

Em geral, os estrangeirismos vindos da língua espanhola não são apreciativos como os provenientes do inglês. Isso explica a baixa frequência de

estrangeirismos do espanhol no português contemporâneo, se comparada à frequência com que os termos da língua inglesa surgem. Tal caráter está relacionado ao prestígio que o idioma inglês ganhou no Brasil nos últimos anos:

O português brasileiro, como as demais línguas do mundo, vem incorporando assim, ao seu léxico, centenas de palavras inglesas. Esses significantes com os seus respectivos significados acompanham, muitas vezes, um novo referente (= um objeto, por exemplo) que passamos a incluir no nosso universo cultural e na nossa vida cotidiana. (BIDERMAN, 2001, p. 208)

Assim, são as normas sociais que determinam a aceitação ou não de uma palavra estrangeira, de modo que os falantes de uma comunidade linguística, imbuídos de seus valores e de suas concepções de mundo tornam uma forma prestigiada ou não, promovendo-a ou resistindo a seu uso. Para melhor compreender o fenômeno do estrangeirismo, é necessário observar componentes sociolinguísticos como classe social, sexo, faixa etária: eles explicam em grande parte o dinamismo do estrangeirismo, na medida em que favorecem a incorporação e a estabilidade da unidade lexical estrangeira.

O TEXTO PUBLICITÁRIO E A UTILIZAÇÃO DE ESTRANGEIRISMOS

O texto publicitário é um meio amplo e eficaz de propagação de unidades estrangeiras no léxico do português do Brasil. Devido a seu caráter difusor do interesse para o consumo, a publicidade se utiliza de estrangeirismos, ora para nomear produtos, ora para criar enunciados repletos de apelos estilísticos que trazem a ideia de sofisticação, inovação, elegância e até mesmo de universalização de uma marca.

Cotejando os anúncios encontrados nas revistas *Atrevida*, *Todateen* e *Capricho*, constatamos um padrão semelhante ao visto nas propagandas em geral: os itens de consumo. Havia anúncios de peças do vestuário, cosméticos e atrações culturais, entre outros. Na tentativa de conferir um *status* inovador ao produto, profissionais da publicidade fazem uso de diversos recursos imagéticos e elementos linguísticos, entre os quais estão os neologismos vernáculos ou estrangeiros. Desse modo, novas palavras surgem por meio da linguagem publicitária e se entrelaçam com outras, fazendo emergir novos processos lexicais, como afirma Ferraz:

A linguagem publicitária revela-se, portanto, um meio bastante eficaz pelo qual muitas palavras novas entram na língua. Daí a necessidade de proceder à classificação tipológica dessas unidades neológicas. Essa tarefa é especialmente importante porque uma correta classificação permite-nos inferir quais são os procedimentos mais comuns que o sistema linguístico utiliza para renovar seu léxico (...) (FERRAZ, 2006, p. 232)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu analisar, de forma sucinta, a presença do neologismo no português brasileiro contemporâneo, mais precisamente do estrangeirismo proveniente da língua inglesa. Para tanto, detivemo-nos primeiramente na definição de neologismo, apontando diferenças entre alguns dos autores que abordam o assunto. Posteriormente, foram fornecidos exemplos de estrangeirismos presentes em textos veiculados em anúncios publicitários de algumas revistas voltadas ao público jovem. Por fim, chegamos a algumas conclusões sobre a importância dos fatores sociais no dinamismo do processo de empréstimo.

O neologismo proveniente de empréstimo entre idiomas está presente na formação de vocábulos em todas as línguas, visto que se trata de algo comum e intrínseco às trocas entre diferentes culturas. Talvez esse fenômeno se mostre mais acentuado nas sociedades modernas, nas quais as mudanças tecnológicas são mais radicais e a comunicação entre indivíduos de diferentes nações tem conquistado dimensões incomparáveis às de tempos anteriores, em que os meios de comunicação eram mais limitados e a circulação de pessoas, mercadorias e tecnologias mundo afora era mais restrita.

Diante desse panorama, estudar os fatores sociais, históricos, mercadológicos, entre outros, mostra-se fundamental para a compreensão da presença do estrangeirismo. O que define a incorporação de um vocábulo é o uso por parte dos falantes da língua receptora. Sendo assim, a divulgação de novas palavras nos meios de comunicação apresenta-se como passo muito importante para a integração de um vocábulo estrangeiro a outra língua.

As revistas destinadas ao público juvenil parecem ser mais abertas a mudanças dessa natureza. Há em seus anúncios publicitários uma abundância de estrangeirismos, talvez porque os termos estrangeiros agreguem aos seus discursos conceitos como sofisticação, modernidade, tecnologia, impulsionando a venda de mais produtos, novas ideias, novas tendências. Nesse contexto, é bastante provável que a predominância dos neologismos vindos da língua inglesa se deva à relação entre os jovens brasileiros e a cultura norte-americana, que faz com que o idioma vindo de uma cultura considerada superior seja mais prestigiado.

NOTAS

(1) A busca pela originalidade faz da linguagem publicitária uma das mais inovadoras e mais ricas em recursos. Essa tendência à inovação se manifesta especialmente no vocabulário, por meio da criação de neologismos, da admissão de estrangeirismos ou do uso intensivo dos mecanismos de composição ou derivação lexical: muitas palavras e expressões novas da linguagem comum partiram de um texto publicitário. (tradução nossa)

(2) Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=clutch>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

(3) Disponível em: <<http://www.mulherzice.com.br/bolsa-clutch-como-usar.html>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE digital. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Baseado em Aulete Digital, Francisco J.; Valente, Antonio Lopes dos Santos. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Aulete Digital.** Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital LTDA. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **O novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. (versão eletrônica)

BAGNO, M. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, C. A. (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua.** São Paulo: Parábola, 2001. p. 49-83.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARVALHO, N. **O que é neologismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa.** São Paulo: Cortez, 2009.

CARVALHO, N. **Princípios básicos de lexicologia.** Recife: Editora da UFPE, 2011.

FARACO, C. A. (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua.** São Paulo: Parábola, 2002.

FERRAZ, A. P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, M. C. **O léxico em estudo.** Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 217- 234.

FERRAZ, A. P. El desarrollo de la competencia léxica desde el uso de material auténtico en la enseñanza de PLE. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA GENERAL, 9, 2010, Valladolid. **Actas...** Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010a.

FERRAZ, A. P. Publicidade: a linguagem da inovação lexical. In: ALVES, I. M. (Org.). **Neologia e neologismos em diferentes perspectivas.** São Paulo: Paulistana, 2010b.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

OLIVEIRA, S. E. de. Jabulani: rainha da Copa. **Línguas e instrumentos linguísticos,** Campinas, v. 30, p. 59-70, jul.-dez. 2012.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

ATREVIDA, n. 218, out. 2012.

ATREVIDA, n. 219, nov. 2012.

CAPRICO, n. 1158, out. 2012.

CAPRICO, n. 1159, nov. 2012.

CAPRICO, n. 1163, dez. 2012.

TODATEEN, ano 15, n. 11, out. 2012.

TODATEEN, ano 17, n. 204, nov. 2012.

TODATEEN, ano 15, n. 205, dez. 2012.

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DA TERMINOLOGIA DA ÁREA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Fernanda Mello DEMAI
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
fernanda.demai@gmail.com

RESUMO: Este é um recorte de uma pesquisa maior, de Doutorado, sobre a terminologia da Educação do Campo (EC) - expressão atribuída aos conceitos referentes ao ensino, à aprendizagem e à educação nas regiões rurais. Objetivamos apresentar alguns aspectos da tradição enciclopédica e da tradição dicionarística que contribuem para uma descrição terminológica, com foco nas denominações técnico-científicas da EC. A tradição enciclopédica é muito antiga e permanece atual, mesmo sendo diferente da prática lexicográfica/terminográfica. Em suma, o dicionário trará uma análise linguística, ao passo que a enciclopédia trará uma análise de mundo. Foi lançado, em 2012, o *Dicionário da Educação do Campo*, de Roseli Caldart et al. É uma obra enciclopédica com nome de *dicionário*, que trouxe à tona a tensão *dicionário x enciclopédia*. Encontramos pontos de convergência entre nosso estudo e a obra referenciada. Por meio de um estudo comparativo, comprovamos que, mesmo com abordagens, objetivos e metodologias diferenciados, há coincidência de nomenclatura de estudos terminológicos em relação a descrições enciclopédicas. Os limites entre “dicionário” e “enciclopédia” são, ainda hoje, tema profícuo de pesquisa, e este trabalho apresentará alguns aspectos que enfatizam as diferenças e a complementaridade entre esses dois instrumentos do saber.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia; Lexicologia; Enciclopédia; Dicionário; Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

Educação do Campo é a expressão atribuída aos conceitos referentes ao ensino, à aprendizagem e à educação nas regiões rurais, notadamente as que figurativizam movimentos sociais com objetivos libertários em relação à política e à cultura dominantes. Esses conceitos abrangem os princípios, a metodologia e os fins e ideais da Educação, bem como a organização da estrutura de ensino.

Essa educação origina-se justamente nos movimentos sociais do campo – tais movimentos reconheceram e priorizaram a necessidade de haver uma educação tão revolucionária que acompanhasse as ideologias e a axiologia vigentes: a justiça social por meio da distribuição correta das terras no Brasil.

A Reforma Agrária e a Educação do Campo são temas em voga no país desde os anos da década de 1980.

Diversos programas governamentais e movimentos de trabalhadores do campo ocupam-se do assunto, a fim de buscar soluções para o problema maior: a impetração da pobreza generalizada, notadamente nas áreas rurais.

Objetivamos apresentar alguns aspectos da tradição enciclopédica e da tradição dicionarística que contribuem para uma descrição terminológica, com foco nas denominações técnico-científicas da EC, por meio de comparação de nosso *corpus* de análise com a nomenclatura do *Dicionário da Educação do Campo*, de Caldart et al (2012).

PRESSUPOSTOS E MÉTODOS

Utilizamos, para este trabalho, *corpora* neológicos, estruturados para nossa tese de doutorado, em andamento. Julgamos neológicos os termos que apresentam inovações no significante (forma) e/ou no significado (conteúdo).

Teremos como foco três tipos de neologia:

a) **neologia sintagmática**: caracterizada por alterações no plano da organização horizontal dos elementos na frase, cujo princípio é a formação de um novo signo a partir da combinação de vários signos distintos já existentes na língua. Exemplos: *cultura escolar cooperativa*; *aluno do campo*.

b) **neologia semântica**: caracterizada pela formação de significados inéditos, pela mudança de classe gramatical (conversão), pelo desenfoco semântico (substituição indevida de um parassinônimo por outro), por sentidos metafóricos ou metonímicos. (GUILBERT, 1975, p. 61 e seguintes); (ALVES, 2000, p. 106-107); (BARBOSA, 1981, p. 179 e seguintes) – exemplos a seguir.

c) **neologia por empréstimo** (empréstimo interno - apropriação de termos oriundos de outras áreas: Sociologia, História, Política, História dos Movimentos Sociais do Campo, Educação Geral). Exemplos: *INCRA*, *áreas de assentamento*.

Além de nosso *corpus* de análise, organizamos um *corpus* mais antigo, nos mesmos padrões em que foi sistematizado o mais atual. Nosso *corpus* inicial, já filtrado, era de 886 termos, e tínhamos textos publicados desde 1990. Nosso estudo teve início em 2010, logo estávamos com textos de 20 anos.

Selecionamos, para nosso *corpus* de análise, o recorte dos últimos 10 anos, perfazendo um total de 670 termos, representativos e específicos da Educação do Campo, ou ainda que se constituem em empréstimos internos de outras áreas de especialidade.

Procedemos à comparação de nosso *corpus* de análise com a nomenclatura do *Dicionário da Educação do Campo*, de Caldart et al (2012), considerando os seguintes critérios: a. representatividade e pertinência dos termos; b. neologidade dos termos; c. organização dos termos; d. estrutura morfosintática dos termos; e. apresentação dos termos; f. público-alvo da descrição terminológico-conceitual; g. descrição terminológica dos termos; h. abrangência do trabalho.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Após o início desta pesquisa, foi lançado, em 2012, o *Dicionário da Educação do Campo*, organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano, Gaudêncio Frigotto, cuja edição é de responsabilidade conjunta da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e da Editora Expressão Popular.

É um dicionário composto por 113 verbetes e que envolveu 107 autores em sua produção.

Esse dado de que houve quase um autor para cada verbete deve ser destacado.

Outro dado interessante é que o Dicionário não se quer inédito, ou seja, como exposto na própria introdução, os autores aproveitaram textos anteriores para a composição dos verbetes.

Uma informação a ser destacada é que essa obra de Caldart et al (2012) tem um cunho totalmente enciclopédico, longe dos padrões definitórios, com enunciados terminográficos altamente precisos e concisos. Os verbetes apresentam sempre uma página inteira, ou várias páginas, de explicações históricas, políticas e filosóficas acerca dos princípios da Educação do Campo, inclusive com uma bibliografia sugerida ao final de cada verbete. É colocado também o nome do(a) autor(a)/ (es), como em um artigo científico, e o gênero desses artigos é o dissertativo-argumentativo, com inclusão de citações bibliográficas e diversas referências extralinguísticas. Ou seja: trata-se de uma obra enciclopédica com nome de *dicionário*.

Segundo Nunes e Petter (2002),

a acumulação enciclopédica precede a elaboração dicionarística na tradição grecolatina e mantém sua especificidade ao longo da Idade Média e durante a Idade Moderna e Contemporânea, até os nossos dias, com intensificada emergência a partir do século XVIII. Todavia, as suas características paralexigráficas conduziram a uma certa convergência entre a produção dicionarística e a indexação enciclopédica, suscitando mesmo a publicação de dicionários enciclopédicos ou universais. (NUNES; PETTER, 2002, p. 24)

Ou seja, a tradição enciclopédica é muito antiga e permanece atual, mesmo sendo diferente da prática lexicográfica/terminográfica.

O dicionário trará uma análise linguística, ao passo que a enciclopédia trará uma análise de mundo.

Welker (2004) compila vários aspectos e autores da Lexicografia e da Crítica Lexicográfica como área do saber; citando vários autores, resume bem algumas das diferenças entre dicionário e enciclopédia, como no excerto:

O dicionário é um livro de consulta sobre palavras. É um livro sobre uma língua. Seu primo mais próximo é a enciclopédia, mas essa é um livro sobre coisas, pessoas, lugares e ideias, um livro sobre o 'mundo real', não sobre a língua. Nem sempre

é fácil distinguir entre dicionário e enciclopédia, e, muitas vezes elementos de um [desses tipos de livros] encontra-se também no outro. Porém, eles não têm a mesma lista de entradas [...] - **e eles não fornecem a mesma informação sobre as entradas que têm em comum.** (grifos nossos) (WELKER, 2004, p. 45)

Para nós, o dicionário de Caldart et al (2012) foi classificado como *dicionário* pois essa classificação é melhor aceita pelo público em geral do que o termo *enciclopédia*. *Dicionário* traz a ideia de um instrumento esclarecedor que carrega uma verdade sobre os conceitos de uma área, ou que carrega toda a verdade sobre uma área, que trata de todos os termos, que explicará tudo de uma forma correta. *Enciclopédia* traz traços conceituais de uma leitura afastada do que é realmente prático ou imediatamente útil. Então, para o público em geral, conforme nossa experiência no trabalho e nos estudos lexicológicos e terminológicos/gráficos, o termo *dicionário* é atraente pois significa, para o senso comum, 'verdade' e 'solução' para dúvidas e problemas conceituais.

Essas são nossas hipóteses para que a obra de Caldart et al (2012) seja classificada como *Dicionário*, pois, a nosso ver, ela é, na verdade, uma pequena enciclopédia temática, de muito boa qualidade.

Todavia, como este trabalho trata de terminologia, de uma área em especial, a Educação do Campo, não poderíamos nos omitir de comentar essa obra lançada com os termos da área em questão (uma amostra deles), de autoria e organização de autores renomados nesse campo do saber.

A obra de Caldart et al (2012), segundo sua apresentação, valeu-se de eixos organizadores - 1. Campo; 2. Educação; 3. Políticas Públicas; 4. Direitos Humanos. Entretanto, a obra é organizada alfabeticamente, sendo que esses eixos organizadores não tiveram função realmente organizadora e sim conceitual, para que fossem eleitos os termos que encabeçaram os verbetes.

A mencionada obra não traz entradas lematizadas e nem informações linguísticas ou gramaticais, nem mesmo contextos de utilização em outras obras, ou informações sobre sinônimos (somente traz a utilização de parênteses ao lado das formas por extenso).

Algumas entradas como *agrotóxicos*, *idosos do campo*, *intelectuais coletivos de classe*, *Ocupações de terra*, *organizações da classe dominante no campo*, *quilombolas*, *quilombos* e *transgênicos* demonstram bem a diferença de entradas de cunho enciclopédico em relação às entradas de cunho dicionarístico. Assim o Dicionário de Caldart et al (2012) é uma enciclopédia, na verdade.

Caldart et al (2012) obviamente não tratam de termos exclusivamente neológicos, nem era esse o propósito - esse é um dos objetivos de nossa tese de Doutorado. O dicionário objetiva tratar de temas sócio-históricos, políticos e filosóficos que circundam e fundamentam a Educação do Campo.

Caldart et al (2012) exploraram todos os termos que julgaram mais importantes para os consulentes e inclusive classificaram os termos abordados como "palavras-chave" da área - ou seja, os termos mais representativos.

Em relação ao público-alvo de nossa tese, podemos sintetizá-lo: educadores do campo; educadores em geral; pesquisadores; jornalistas;

cientistas sociais. Caldart et al (2012) pensaram em um público-alvo semelhante, principalmente no que concerne a estudantes e educadores, além de todos os atores sociais do campo.

Caldart et al (2012) apresentam alguns objetivos semelhantes aos nossos na elaboração desta pesquisa, principalmente a sistematização e a socialização de conceitos e de termos da área de Educação do Campo, de acordo com a perspectiva dos ideólogos dos movimentos sociais do campo.

Quanto à abrangência quantitativa não existe equivalência: em nossa pesquisa, estamos lidando com quase 700 termos e o Dicionário de Caldart et al trata de aproximadamente 100 termos.

Tratando de coincidência qualitativo-quantitativa, cerca de 40 termos do Dicionário de Caldart et al (2012) estão contemplados em nossa pesquisa, o que é interessante para reafirmar nossa própria segurança quanto à seleção de termos representativos da área de estudo.

Os outros 60 termos de Caldart et al não se constituem em neologismos, por isso não poderiam mesmo constar do *corpus* de análise final desta tese. Todavia, esses termos foram estudados por nós em nosso *corpus* de partida e em nosso *corpus* referencial e, certamente, estariam em nosso *corpus* de análise se não tivéssemos a premissa da neologia.

Os termos relativos aos seguintes conceitos coincidem na obra de Caldart et al em relação à nossa pesquisa - *acampamento, agricultura camponesa, ciranda infantil, conhecimento, cultura camponesa, Educação Básica do Campo, EJA, Educação do Campo, Educação Popular, Educação Rural, Escola do Campo, Escola Itinerante, Formação de Educadores do Campo, Juventude do Campo, Mística, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Ocupação de terra, Pedagogia do Movimento, Pedagogia do Oprimido, Políticas Públicas, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), Reforma Agrária, Saúde no Campo, Terra, Trabalho como Princípio Educativo, Via Campesina*, entre outros.

Para exemplificar a distinção entre definição terminológica e definição enciclopédica, apresentamos o seguinte comentário comparativo.

a. Definição terminológica

escola do campo s.f.

instituição pública de ensino localizada em assentamentos rurais em que se ministram coletivamente conhecimentos e técnicas referentes ao trabalho rural, à cooperação, à identidade das expressões culturais do campo, à militância e à luta popular.

*A escola do MST é uma **Escola do Campo**, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento, que, como vimos, é na verdade o movimento de diversas pedagogias. (MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais do Campo. Caderno de Educação n. 13, 2005, p. 205).*

Nota: As escolas do campo podem também ter uma versão itinerante, a chamada *escola itinerante do campo*. Nos casos em que ainda não houve a fixação em assentamentos rurais/ de reforma agrária, a escola do campo acompanha a dinâmica dos acampamentos e não se constitui em uma instituição física, com muros, paredes, salas de aula e lousas e carteiras, mas sim em um conjunto de atores e suas práticas educacionais, que se misturam às práticas e ao cotidiano do assentamento rural/ de reforma agrária, integrando os processos produtivos do campo, a luta pela terra e os demais objetivos libertários dos movimentos sociais camponeses. (definição nossa)

Este tipo de definição, que caracterizamos como terminológica, tem base nos fundamentos da Lexicologia e da Lexicografia.

É uma definição que parte de um descritor genérico (*instituição pública de ensino*) e aprofunda-se, a seguir, nas especificidades que particularizam o conceito (exemplo: *localizada em assentamentos rurais*). É feita a representação dos semas considerados imprescindíveis para a caracterização do conceito, priorizando-se a objetividade, a clareza e a representação de todos os semas pertinentes. Explicações à parte do que é considerado *necessário* para especificar o conceito são colocadas em forma de "notas". Esta é uma das formas de se estruturar uma definição terminológica, encontrada em várias obras terminológicas/ terminográficas.

Também há a preocupação em se atribuir a categoria gramatical correspondente, como, por exemplo, *s.f.* (substantivo feminino). Como um dicionário tem a diretriz de ser um referencial para o uso da língua, essas informações gramaticais são necessárias e pertinentes, bem como os contextos de utilização (em itálico), que demonstram a ocorrência do termo em frases reais, atestadas, abonadas.

Pode-se fazer escolha por representar itens de caráter enciclopédico nas definições terminológicas (informações de mundo, nomes de pessoas, instituições, movimentos, teorias, entre outros). É um forte ponto de intersecção entre dicionários e enciclopédias.

b. Definição enciclopédica

ESCOLA DO CAMPO

Mônica Castagna Molina (1)

Lais Mourão Sá

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da EDUCAÇÃO DO CAMPO, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo.

Sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital. O

movimento histórico de construção da concepção de escola do campo faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora, mobilizadas no momento atual na disputa contra-hegemônica.

Assim, a concepção de escola do campo a ser tratada aqui se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte desta luta. A especificidade desta inserção se manifesta nas condições concretas em que ocorre a luta de classes no campo brasileiro, tendo em vista o modo de expansão do AGRONEGÓCIO e suas determinações sobre a luta pela terra e a identidade de classe dos sujeitos coletivos do campo.

[...]

Uma das importantes vitórias conquistadas na luta dos movimentos sociais pela construção desta concepção de escola do campo foi o seu reconhecimento em marcos legais, o que se deu somente após muitos anos de experiências e práticas concretas de Educação do Campo. O primeiro destes marcos a reconhecer e utilizar a expressão escola do campo, como figura jurídica legalmente reconhecida, portanto demarcando uma diferenciação em relação à expressão escola rural **(5)**, foram as "Diretrizes operacionais para educação básica das escolas do campo", de abril de 2002 (Brasil, 2002), expedidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O fato de esta denominação ser incorporada na agenda político-jurídica configura avanço e vitória dos que reafirmam a imprescindibilidade do campo na construção de um modelo novo de desenvolvimento.

Consoante com esta interpretação, consideramos relevante destacar a definição conquistada naquelas diretrizes sobre a identidade das escolas do campo, como acontece no parágrafo único do artigo 2:

[...] a identidade das escolas do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país (Brasil, 2002) **(2)**

[...]

Podemos destacar, então, quais são as principais questões que devem ser alteradas na escola do campo, para que possa atuar de acordo com os princípios da Educação do Campo. Antes de mais nada, é preciso compreender que não se pode pensar em transformação da escola, sem pensar na questão da transformação das finalidades educativas e na revisão do projeto de formação do ser humano que fundamenta essas finalidades. Qualquer prática educativa se fundamenta numa concepção de ser humano, numa visão de mundo e num modo

de pensar os processos de humanização e formação do ser humano (Caldart, 2010) **(3)**

Para que a escola do campo contribua no fortalecimento das lutas de resistência dos camponeses, é imprescindível garantir articulação político-pedagógica entre a escola e a comunidade por meio da democratização do acesso ao conhecimento científico. As estratégias adequadas ao cultivo desta participação devem promover a construção de espaços coletivos de decisão sobre os trabalhos a serem executados e sobre as prioridades da comunidade nas quais a escola pode vir a ter contribuições.

Outra dimensão significativa nas escolas do campo é a lógica do trabalho e da organização coletiva.

[...]

Outro aspecto central a ser transformado na escola do campo é o fato de seus processos de ensino e aprendizagem não se desenvolverem apartados da realidade de seus educandos.

[...]

Retomando as colocações iniciais sobre as potencialidades de construção desta escola do campo, em que se afirmou que uma das suas possibilidades é contribuir para a formação de intelectuais orgânicos do campo, explicita-se a importância da mudança deste padrão de relacionamento das escolas do campo com a produção do conhecimento, e as contribuições que daí podem advir, para melhorar as possibilidades de resistência dos sujeitos do campo aos processos de desterritorialização que lhes têm sido impostos pelo voraz aumento das estratégias de acumulação de capital desenvolvidas pelo agronegócio.

Para saber mais (4)

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/ CEB n 1, de 3 de abril de 2002: institui diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo. *Diário Oficial da União*, 9 abr. 2002.

Fizemos um recorte do verbete *Escola do Campo*, que é bastante extenso. O verbete, que classificamos como enciclopédico, ocupa oito páginas do dicionário de Caldart et al (2012, p. 324-331), divididas em duas colunas cada página.

Destacamos nota 1 um aspecto que chama a atenção logo no início do verbete: a autoria. Em dicionários terminológicos, a autoria ou a organização não costumam vir em cada um dos verbetes, mas sim separadamente.

Em 2 e 3, apontamos citações, direta (transcrição) e indireta (paráfrase), o que não costuma ser verificado em definições terminológicas, a não ser em forma de contexto (abonação).

O gênero desse verbete enciclopédico, dissertativo-argumentativo (igualmente verificado para os outros verbetes), permite esse tipo de recurso (citações), para a fundamentação e defesa dos argumentos e da exposição.

De igual modo, a colocação de uma bibliografia, nota 4, "**Para saber mais**", também não é usual em um dicionário terminológico. Geralmente, a

bibliografia e/ ou a lista de obras consultadas e referências constam do final do dicionário terminológico, como ocorre em dicionários de língua geral.

Não se verifica nessa definição terminológica a priorização de semas pertinentes, mas sim toda uma caracterização histórica, com utilização exclusivamente de informações de cunho enciclopédico.

No entanto, destaca-se a informação metalinguística da diferença de denominação, que representa uma diferença conceitual (terminologia), entre os termos *Escola do Campo* e *Escola Rural*, nota 5.

Dessa forma, existe intersecção entre dicionário terminológico e dicionário enciclopédico, seja pela inclusão de informações enciclopédicas no primeiro, seja pela inclusão de informações metalinguísticas no segundo.

Constatamos que a imposição de limites rígidos entre dicionário e enciclopédica não é possível (nem necessária).

Verificamos que existe complementariedade entre os dois tipos de instrumento do saber, pois cada um tem seus objetivos e seu alcance. Existem, pois, obras mais enciclopédicas, e obras que priorizam uma descrição terminológica mais objetiva e pontual.

Cada gênero e cada obra atende a uma função e tem seu valor na sociedade e na cultura em que estão inseridos. É importante explorar as potencialidades de cada um(a), de acordo também com os objetivos dos usuários desses dicionários e dessas enciclopédias, pois o consulente é o ponto de chegada e também o ponto de partida da difusão do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o tema deste trabalho é uma pesquisa em andamento, sugerimos algumas considerações finais e não conclusões.

Ressaltamos que o caráter instável da configuração da terminologia neológica da Educação do Campo reflete a própria instabilidade dos conceitos da área, que ainda buscam consolidação e um relativo consenso, conforme as palavras dos organizadores do *Dicionário da Educação do Campo*: "[...] tratamos de questões complexas sobre as quais não há total consenso ou posições amadurecidas, mesmo a partir de um determinado campo político" (CALDART et al, 2012, p. 18).

O trabalho comparativo foi muito produtivo no atual estágio de nossa pesquisa, inclusive para confirmar nossas constatações terminológicas e conceituais (como as relações sinonímicas, antonímicas, os traços conceituais relevantes, entre outros), além da bibliografia consultada e fontes diversas.

Infelizmente essa importantíssima obra de Caldart et al (2012) não foi lançada quando do início de nosso trabalho.

Recomendamos sua leitura e estudo a todos os interessados pelo tema da Educação do Campo e pela Educação em Geral, pela excelência notória de seus autores, pela sua inegável qualidade, poder de esclarecimento, precisão e abrangência conceitual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Um estudo sobre a neologia lexical**: os microsistemas prefixais do português contemporâneo. São Paulo, 2000. 594f. Tese de livre-docência (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade**: processos de neologismo. São Paulo: Global, 1981.

CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

NUNES, J. H.; PETTER, M. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002.

WELKER, H. A. **Dicionários**. Uma pequena introdução à Lexicografia. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

A RELAÇÃO ENTRE A CULTURA E O NASCIMENTO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS NA LÍNGUA PORTUGUESA BRASILEIRA

Huélinton Cassiano RIVA
Universidade Estadual de Goiás
huelinton@yahoo.com.br

RESUMO: O cerne deste trabalho é discorrer sobre alguns dos culturemas que mais têm promovido o nascimento de novas metáforas e, por consequência, de novas expressões idiomáticas, na língua portuguesa brasileira. Ratifica-se que, apesar de os culturemas serem símbolos e/ou estereótipos socioculturais extralinguísticos, eles são bastante profícuos linguisticamente, em especial quando se trata de estudos fraseológicos e da neologia na fraseologia. As expressões idiomáticas, de acordo com a acepção por nós adotada, sempre são construções fraseológicas metafóricas, portanto, sempre que surgem em uma língua, são advindas do processo de neologia semântica. Nossa abordagem objetiva ainda deixar em aberto, para futuras pesquisas, o tema da neologia fraseológica porque esse estudo demarca sobremaneira a cultura de um povo em uma época determinada por meio da e na língua.

PALAVRAS-CHAVE: Neologia; Fraseologia; Expressão idiomática; Culturema.

INTRODUÇÃO

As expressões idiomáticas (EIs), ou idiomatismos, de acordo com Xatara (1998), são sempre lexias complexas lexicalizadas e de sentido figurado, com restrita variabilidade. Não se confundem, portanto, com qualquer outra unidade lexical simples ou composta, ou com unidades complexas denotativas, ou com criações idiossincráticas. Dentre as inúmeras construções sintagmáticas fixas que existem nas línguas, as EIs são apontadas como as mais recorrentes na modalidade oral dentro do vocabulário ativo de um falante (RIVA, 2009), tanto por conta da expressividade inerente a elas quanto pelo desejo recorrente dos falantes em ser inventivo e recriar a língua.

Apesar de a definição do objeto da Fraseologia não ser consensual (encontra-se desde “construção sintagmática”, passando por “agrupamento” de palavras, até se chegar ao termo “frasema”, porque as definições variam de acordo com a abordagem linguística adotada), desde o início dos estudos linguísticos saussureanos, por volta das primeiras décadas do século XX, há referências ao uso recorrente de “grupos de palavras”. Saussure tratou como “agrupamentos” os sintagmas formados por duas ou mais palavras e que mantinham entre si uma composição relativamente estável e usual entre os falantes, ou seja, na relação arbitrária existente dentro do signo linguístico,

entre o significante e o significado, percebeu ser também recorrente o uso de determinados “agrupamentos” como significantes para alguns significados. (RIVA, 2012)

Charles Bally (1951) foi o primeiro linguista a procurar delimitações para as lexias complexas, de maneira tal que fosse possível sua diferenciação em relação às lexias simples. Em seus trabalhos, ele descreveu a cristalização de várias unidades lexicais que formam unidades pluriverbais, ou seja, revelou que há certa uniformidade e frequência no uso de determinadas expressões.

CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS

Como unidade mínima significativa e passível de ser abarcada pela Fraseologia e, por consequência, passível de ser descrita e analisada pela subárea da Linguística que trata dos frasemas, definimos como *unidade fraseológica* (UF) toda construção pluriverbal, lexicalizada na forma de um conjunto de, no mínimo, duas unidades lexicais, com variabilidade bastante restrita. Assim, na Lexicologia, é pertinente à Fraseologia, não o estudo das lexias simples, por exemplo, *água* ou *piano*, nem das lexias compostas já lematizadas em dicionários com hífen, caso de *água-benta* ou *piano-bar*, mas o estudo das mais diversas formas de lexias complexas.

As UFs mais recorrentes são:

a) a EI, por exemplo, *água de salsicha* (idiomatismo neológico e polissêmico; designa tanto o indivíduo que tem os cabelos ruivos ou avermelhados, em referência à cor da água de conservas de salsichas, quanto, pejorativamente, aquele que tem poucas qualidades ou é pouco interessante) e *consertar o piano* (idiomatismo neológico que descreve a necessidade de um indivíduo de realizar tratamento dentário para a melhora da aparência dos próprios dentes; há uma analogia entre a brancura das teclas do piano e sua harmonia visual com a estética da dentição de uma pessoa);

b) o provérbio, que nada mais é do que uma UF usada para aconselhar, advertir, consolar, ensinar, persuadir, praguejar ou repreender, por exemplo, *quem pretende tocar o piano deve ser o primeiro a carregá-lo* ensina que é preciso esforço quando se pretende alcançar um objetivo, ou *gato escaldado tem medo de água fria*, que adverte sobre a aprendizagem por meio da experiência;

c) a colocação, cuja definição é dada por Tagnin (1998, p. 41), “(...) combinação lexical recorrente, não-idiomática, coesa, cujos constituintes são contextualmente restritos e de co-ocorrência arbitrária”, é formada por uma base – ponto de referência – e um colocado – categoria gramatical que determina sua tipologia -. Por exemplo, *usar categoricamente* é uma colocação verbal: verbo + advérbio, e *dificuldade permanente* é uma colocação adjetiva: substantivo + adjetivo;

d) os termos sintagmáticos que, com bem explica Alves (2001, p. 13), “sofrem a concorrência de seus respectivos acrônimos (redução do sintagma sob forma de sílabas) (...) ou siglas (redução do sintagma sob forma de suas letras iniciais)”. O termo complexo, embora possa conter metáforas, não se

confunde com EI por pertencer a uma determinada área de especialidade. Por exemplo, na área da Economia, há *âncora fiscal* definido por Alves (*op. cit.*, p. 29) como “conjunto de medidas que objetiva manter a economia estável por meio da contenção dos gastos públicos” ou *gatilho salarial* (ALVES, *op. cit.*, p. 126) definido como o “instrumento, implantado pelo governo do ex-presidente José Sarney, que objetivava reajustar os salários de acordo com os índices de inflação”. Tais UFs foram lexicalizadas com duas ULs e são metafóricas, porém, não são idiomáticas por serem exclusivas do segmento econômico;

e) a lexia complexa gírica, construção fraseológica candidata a se tornar uma EI. A gíria é, naturalmente, efêmera. Se migrar do linguajar de um grupo específico para a língua geral, pode assumir o papel de idiomatismo, mesmo com sentido diverso do original. Por exemplo, a EI neológica *aos quarenta e cinco do segundo tempo* surgiu como expressão gírica no futebol, em alusão a algum acontecimento nos últimos instantes de uma partida (no Brasil, as partidas são divididas em dois tempos de quarenta e cinco minutos, cada um). Atualmente, usa-se *aos quarenta e cinco do segundo tempo* quando se pretende descrever algo que foi realizado no último momento possível. Já as expressões gíricas circunscritas aos universos que envolvem o crime, a violência ou o narcotráfico têm uso bastante restrito e, em geral, não passam à língua geral, justamente para evitar que esse linguajar seja decodificado por um grande número de pessoas;

f) a locução, conforme vimos em Mattoso Câmara Jr. (1977), é a junção de duas ou mais unidades lexicais que, embora preservem individualidade fonética e morfológica, constroem outra unidade significativa, por exemplo, *por completo* (locução adverbial de intensidade ou quantidade) ou *de forma alguma* (locução adverbial de negação);

g) a unidade textual (UT), ou seja, o conjunto de palavras com alto grau de lexicalização que é capaz de se cristalizar na forma de um texto, de maneira tal que se torna recuperável e reproduzido por inteiro, apesar de sua grande extensão. No mais, há baixa possibilidade de variação de seus termos constitutivos em virtude da repetição em seu uso. Exemplos concretos de UTs são o Hino Nacional Brasileiro, a oração católica do Pai Nosso, os mantras budistas, as cantigas de roda etc.

OS ESTUDOS CULTURAIS E AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

Antes desse evidente consenso que há, atualmente, sobre a indissociável relação que existe entre o léxico de uma língua e a cultura de um povo, Humboldt, no começo do século XIX, mencionou a língua como espelho do espírito de uma nação, referindo-se à ideia de que cada grupo de falantes de uma língua tem mais ou menos uma mentalidade que aparece em sua língua, ou seja, que aparece refletida em seu idioma.

Cerca de um século mais tarde, Sapir abordou, a partir de um olhar relativista, que a mentalidade de uma nação era a consequência da língua. A língua não foi observada por ele, como um espelho que reflete a cultura, mas como o fruto gerado pela cultura.

Nos anos 70 do século XX, na Rússia, o grupo da “Semântica Léxica”, de Yuri Apresían, aprofundou-se nessas questões, de forma tal que, hoje, o legado da escola russa reverbera mais fortemente, promovendo um aumento na importância dada à Fraseologia dentro das Ciências do Léxico e da Linguística geral.

Reitera-se que, a investigação do léxico de uma língua não é possível se não houver um estudo também da cultura. Trata-se, pois, do reconhecimento de que a coletividade constrói expressões simbólicas, figuradas e/ou peculiares, de suas representações mentais, manifestadas linguisticamente, sobretudo na Fraseologia e na Paremiologia.

Com o advento da internet e a veloz propagação da informação, o estudo da neologia na Fraseologia passou a ser mais preciso, evitando-se especulações sobre lugares e momentos em que surgem novas EIs. Revela-se, no cenário atual, com maior exatidão, os terrenos mais profícuos para o nascimento de novos idiomatismos e, por consequência, quais metáforas estão em voga para a fecundação de novas EIs.

METÁFORA: O CORAÇÃO DA EXPRESSÃO IDIOMÁTICA

As metáforas são núcleos produtivos para o nascimento das mais variadas formas de expressão na língua, incluindo os idiomatismos. Estes, por sua vez, nada mais são do que construções fraseológicas resultantes da junção de duas ou mais lexias simples que passaram pelo processo de neologização semântica para se agrupar, na forma de unidades sintagmáticas figuradas e lexicalizadas. Segundo Alves (2007), a neologia semântica ocorre quando há expansão do campo semântico de uma UL já existente na língua. Tal processo de criação neológica é o que rege o nascimento das EIs, uma vez que todas elas dependem de metáforas para se fixarem como lexias complexas.

Pode-se afirmar que, ao redor de algumas metáforas já presentes na língua, ficam orbitando determinadas lexias simples e, por força de uma atração de ordem semântica, elas se condensam e originam UFs rígidas. Porém, é importante atentar que por questões pragmáticas há um período de tempo necessário para que uma construção fraseológica seja lexicalizada com menor variabilidade. Depois da gênese de uma UF, seu grau de fixidez passará pelo crivo dos falantes para se solidificar numa estrutura sintagmática integralmente recuperável durante a comunicação.

Como nosso estudo discorre, especificamente, sobre a neologia na fraseologia e as motivações culturais que promovem o nascimento das EIs, não vamos nos ater à hipótese de um idiomatismo deixar de ser usual. Propomos levantar, no período de nossa pesquisa, entre os anos 2000 e 2010, dados sobre seu nascimento e as motivações culturais envolvidas na sua criação. É fato que, no período de transição entre o nascimento e a lexicalização de uma EI, há uma maior variabilidade das lexias simples que constituem o novo idiomatismo.

Nosso interesse é descrever também essa variabilidade para que, a posteriori, seja permitido conhecer, além da motivação, o processo que regeu um grupo de palavras para a sua transformação numa EI.

CULTUREMA: A EXPRESSÃO DO EXTRALINGUÍSTICO NA LÍNGUA

Dando continuidade aos trabalhos apresentados pela escola russa supracitada, destacamos os trabalhos de Dmitrii Dobrovol'skij e Anna Wierzbicka, discípulos de Yuri Apresian, no que tange aos estudos culturais na Fraseologia.

Sobre a definição e importância dos culturemas e sua relação com a Fraseologia, baseamos nossos trabalhos em Dobrovol'skij & Piirainen (2005), Luque Nadal (2009) e Pamies Bertrán (2007, 2008, 2009).

O culturema é um símbolo cultural, extralinguístico, advindo de costumes, crenças, estereótipos ou valores culturais. Ele possui um valor autônomo, uma vez que existe no mundo extralinguístico e que aparece, na língua, tanto na forma de metáfora quanto de forma indireta, por meio de analogias mais genéricas. De acordo com Molina Martínez (2006), culturema é um termo utilizado, em especial, por linguistas funcionalistas. Tais linguistas afirmam que o culturema é um fenômeno social de uma cultura X que é considerado relevante para os membros desta cultura e que, quando se compara com um fenômeno social correspondente na cultura Y, passa a ser percebido como específico da cultura X.

Quase sempre, o culturema coincide com a metáfora da EI, mas essa não é uma característica intrínseca dele. Há casos em que a metáfora se concentra em uma única UL da EI, enquanto que o culturema fica por trás dessa metaforização. São culturemas genéricos, por exemplo, a religião, a história, o folclore, a cultura popular etc. São culturemas específicos, aquelas porções delimitadas de informações culturais que existem dentro dos grandes grupos como subdivisões dos culturemas genéricos.

Para ilustrarmos essa relação, optamos pelos culturemas religiosos, muito profícuos para toda a Fraseologia, em diferentes línguas. Os culturemas religiosos são universais na maior parte dos casos, uma vez que tratam de temas sobre o homem e sua espiritualidade e, conseqüentemente, são permeados por crenças, rituais e valores morais.

Alguns culturemas religiosos são universais, porque promovem a metaforização nas mais diversas línguas, outros são nacionais, por apresentarem referências específicas de um só país.

Dentre os culturemas universais, destacamos alguns que atravessam diferentes religiões para tratar da alegria, tristeza, sofrimento etc. em EIs já usuais na língua portuguesa, caso de “céu” (*ir ao sétimo céu*), “paraíso” (*sentir-se no paraíso*), “inferno” (*fazer um inferno*) ou “purgatório” (*do céu ao purgatório*) ou casos mais específicos de algumas religiões, por exemplo, “Adão e Eva” (*em trajes de Adão*), “Davi e Golias” (*ser Davi contra Golias*), “Pilatos” (*lavar as mãos*), “Judas” (*beijo de Judas*) e “Jesus” – nascimento, vida, crucificação, morte, ressurreição (*ser uma Via Crucis, dançar na cruz, ser crucificado, ver pra crer*).

No Brasil, dentre os culturemas exclusivamente brasileiros, destacamos, como conjunto, as religiões afro-brasileiras. Este é, pois, um dos culturemas que mais geraram novas Els na primeira década do século XXI. Por meio de idiomatismos pejorativos ou irônicos, revela-se que há grande preconceito contra religiões não majoritárias, advindas de países mais pobres ou que contam com a participação de pessoas menos abastadas.

Nesse contexto, registramos o nascimento das Els *chuta que é macumba* (El irônica usada quando se rejeita algo ou alguém; a metáfora recai sobre “macumba”, oferenda colocada em encruzilhada como parte do ritual de algumas religiões afro-brasileiras) e *volta pro mar, oferenda* (El irônica que também é usada para rejeitar algo ou alguém).

Em *celular pai-de-santo* (El que adjetiva aquele que não tem dinheiro para fazer recarga com crédito em seu telefone celular pré-pago, atualmente, o tipo mais comum de telefone do Brasil), a metáfora recai sobre “pai-de-santo” (analogia com o indivíduo que “recebe” espíritos durante rituais de algumas religiões afro-brasileiras ou espiritualistas) e na El *possuído(a) pelo ritmo ragatanga* (tal El é um verso da canção pop “Ragatanga”, do grupo “Rouge”; canção adaptada do grupo espanhol “Las ketchup”, chamada, originalmente, de “Aserejé”), a metáfora recai sobre o verbo “possuir”, no particípio passado, em alusão àqueles que estão “possuídos” por algum espírito e ficam agitados.

Reconhecido, pois, como um culturema brasileiro, as referências às religiões afro-brasileiras ainda podem promover o nascimento de novas Els. Há metáforas sobre esse tema e seus estereótipos que podem atrair outras ULs para se candidatarem à neologia idiomática, como no caso de “encosto”, “espírito”, “trabalho” etc.

Sobre as Els neológicas por nós levantadas e sobre o *corpus* de extração e o de exclusão utilizados neste trabalho, tratamos a seguir.

NOVAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS BRASILEIRAS

Depois de levantarmos as Els neológicas na língua portuguesa brasileira, entre os anos 2000 e 2010, tendo como *corpus* cinco grandes blogs brasileiros de humor ou com algum segmento humorístico, chegamos ao número de aproximadamente 180 idiomatismos comprovadamente nascidos nesse período.

Os blogs de humor que integraram nosso *corpus*¹ são: 1) Kibe Loko; 2) Testosterona; 3) Parou Tudo; 4) Papel Pop e 5) Cleycianne. Cabe ressaltar que os blogs de humor passaram por grandes transformações entre os anos 2000 e os dias atuais, em virtude do sucesso e do aprimoramento tecnológico. Os blogs “Kibe Loko” e “Parou Tudo”, por exemplo, alcançaram um enorme sucesso, o que permitiu um aumento no número de postagens diárias ou semanais, além de sua expansão para o segmento de vídeo, depois da popularização dos sites e bancos de dados gratuitos de vídeo, como o Youtube ou o Vimeo. O blog “Kibe Loko” está no auge de seu sucesso, sobretudo por conta da divulgação de vídeos humorísticos do grupo “Porta dos fundos”. Já o blog “Parou tudo” possui, há bastante tempo, um grupo chamado “Las Bibas from Viscaya”, responsável pela produção em vídeos de sketches de humor.

Uma constatação importante que fizemos no decorrer da pesquisa é que a grande maioria das novas Els citadas nos blogs que compreendem nosso *corpus* advêm dos comentários dos leitores, deixados espontaneamente, abaixo das postagens. Por conta do possível anonimato que existe na web, o campo aberto aos comentários se revela o mais fértil para a criação idiomática e aquele em que o vocabulário injurioso, tabuístico ou preconceituoso é notadamente mais corriqueiro.

Assim, pode-se confirmar tanto o preconceito existente no Brasil contra aquelas minorias que estão, de alguma forma, em maior destaque na mídia, como é o caso do grupo “Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transgêneros” (LGBT), quanto ratificar que a linguagem idiomática é muito recorrente para a crítica social por meio de metáforas insólitas ou irônicas, revelando grande criatividade de nosso povo quando há o desejo da busca por maior expressividade.

Alguns exemplos de Els neológicas brasileiras que advêm do universo LGBT foram criadas como reação preconceituosa contra esse grupo e são Els advindas de gírias como *dar um bafão* (escândalo), *fazer carão* (esnobar), *sambar na cara* (desdenhar), *pão com ovo* (diz-se de alguém pobre ou de algo simples, ordinário), *me amarrota que eu to passado(a)* (ironia para enfatizar a surpresa), *com a cara na poeira* (variante hiperbólica de *com a cara no chão*, ou seja, abismado, estupefato) etc. Outras provem de analogias ao universo comum para se referir, pejorativamente, a um indivíduo homossexual - é caso de *tem palmito nessa salada* (ou a variante *nessa salada tem palmito*) e *vem com surpresinha* (as ULs lexicais “palmito” e “surpresinha” fazem analogia ao pênis, no caso, dos transexuais), *essa coca é fanta* ou as variantes fraseológicas que preservam a mesma estrutura sintagmática como *esse alfinete é agulha* e *esse pitbull é lassie*, ou ainda, algumas menos usuais dentro desse tipo de estrutura: *esse mato é grama*, *esse cavalo é pônei*.

Ainda que não seja possível, conforme já dito, datar com precisão a primeira ocorrência de uma EI em nossa língua, nossa pesquisa revelou-se passível de ser realizada com base numa contínua coleta de idiomatismos neológicos em blogs de humor e em sites de relacionamento, contrastando as unidades coletadas com o *corpus* de exclusão utilizado, a saber, nossa tese de doutorado, *Dicionário onomasiológico de expressões idiomáticas usuais no Brasil* (RIVA, 2009), e os principais dicionários de língua geral brasileiros (o *Aurélio* (FERREIRA, 1986; 1999), o *Michaelis* (WEISZFLOG, 1998) e o Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2001), além de contarmos com a contribuição de linguistas especialistas em idiomatismos, para asseverarmos que uma EI, considerada neológica a partir do levantamento feito, não fosse uma expressão já utilizada antes do ano 2000 (uma vez que nossa pesquisa restringe-se ao período de 2000 a 2010) e tivesse deixado de ser usual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A neologia idiomática sempre é de ordem semântica porque está relacionada ao novo sentido resultante da união de duas ou mais ULs que se lexicalizam, são metafóricas e pouco variáveis. De forma adversa, a neologia

das ULs, simples ou compostas, não é exclusivamente de ordem semântica, mas fonológica, sintática, por empréstimo ou conversão, além de outros processos, como a truncção, a palavra-valise, a reduplicação e a derivação regressiva.

Culturemas são bastante profícuos no que diz respeito ao nascimento de Els, sobretudo quando sua carga cultural é resgatada pelos falantes da língua e suas referências extralinguísticas consigam ser retomadas. Reitera-se que é no uso que as jovens Els são lexicalizadas com menor variabilidade.

Nosso trabalho contribui tanto para revelar um recorte sincrônico da subjetividade que subjaz nossa língua na contemporaneidade, quanto para desvendar a vitalidade de alguns assuntos na reconstrução do olhar que o homem adota para recriar sua própria identidade na língua.

NOTA

(1) Os endereços dos blogs que fizeram parte de nosso corpus são: 1) <www.kibeloko.com.br>; 2) <http://www.testosterona.blog.br/>; 3) <www.paroutudo.com>; 4) www.papelpop.com; 5) <http://www.cleycianne.com/>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. Glossário de termos neológicos da economia. **Cadernos de Terminologia**, São Paulo, v. 3, 270 p. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

ALVES, I. M. **Neologismo**. Criação lexical. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BALLY, C. **Traité de stylistique française**. 3 ed. Paris: Klincksieck, 1951. 2 v.

DOBROVOL'SKIJ, D.; PIIRAINEN, E. **Figurative language cross-cultural and cross-linguistic perspectives**. Amsterdam: Elsevier, 2005.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LUQUE NADAL, L. Los culturemas: unidades lingüísticas, ideológicas o culturales? **Language Design**, Barcelona, v. 11, p. 93-120, 2009.

MATTOSO CÂMARA Jr. J. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

MOLINA MARTÍNE, L. **El otoño del pingüino**: análisis descriptivo de la traducción de los cultuemas. Castellón de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2006.

PAMIES BERTRÁN, A. De la idiomaticidad y sus paradojas en Germán Conde Tarrío. **Nouveaux apports à l'étude des expressions figées**. Fernelmont: EME Editions, 2007, p. 173-204.

PAMIES BERTRÁN, A. Productividad fraseológica y competencia metafórica (inter)cultural, **Paremia**, Madrid, v. 17, p. 41-57, 2008.

PAMIES BERTRÁN, A. Metáforas libres y metáforas lexicalizadas. Universidad de Granada. In: LUQUE TORO, L. (Ed.). **Léxico español actual II**. Venezia: Università Ca' Foscari, 2009. p. 229-238.

RIVA, H. C. **Dicionário onomasiológico de expressões idiomáticas usuais na língua portuguesa do Brasil**. 2009. 314 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.

RIVA, H. C. A neologia fraseológica na língua portuguesa do Brasil. In: SILVA, S. (Org.). **Fraseologia & Cia**: entabulando diálogos reflexivos. Londrina: UEL, 2012.

TAGNIN, S. E. O. **Convencionalidade e produção de texto**: um dicionário de colocações verbais inglês/português português/inglês. 1998. 102 f. Tese (Livre-docência em Língua Inglesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

WEISZFLOG, W. **Michaelis**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

XATARA, C. M. **A tradução para o português de expressões idiomáticas em francês**. 1998. 253 f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.

LÉXICO URBANO: OS SENTIDOS DE METRÓPOLE

José Horta NUNES
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
johnunes@unicamp.br

RESUMO: Este texto apresenta uma análise de alguns dos sentidos de *metrópole* em um *corpus* heterogêneo de textos: urbanísticos, jurídicos, jornalísticos, lexicográficos, de instituições governamentais, de especialistas. A perspectiva teórica é a da Análise de Discurso, especificamente no que diz respeito aos estudos do léxico no discurso. Estudando o léxico urbano, atenta-se para os diferentes sentidos que as palavras tomam nos discursos, mostrando-se a polissemia que configura as muitas faces da cidade. Além da palavra *metrópole*, são analisadas outras palavras e locuções relacionadas a ela, a saber: *região metropolitana*, *conurbação*, *gestão urbana*, *megalópole*, *cultura da periferia*, *cinturão imobiliário*, *governabilidade*, *governança*. Assim, os sentidos de uma palavra são analisados na relação com outras palavras e discursos que se apresentam em uma conjuntura sócio-histórica. Distiguindo-se dos limites da cidade jurídica, do município, a metrópole indica outras dimensões, que envolvem a extensão territorial, a diluição das fronteiras entre cidades e entre cidade e campo, a transformação das áreas periféricas, as mudanças advindas com a globalização, na tensão entre o local e o global, bem como as consequências que levam de um lado ao descontrole e de outro à busca de novas formas de administração.

PALAVRAS-CHAVE: Metrópole; Cidade; Léxico urbano; Discurso; Estudos urbanos

INTRODUÇÃO

Segundo F. Choay, a metrópole existe desde a Antiguidade: “se não Nínive e Babilônia, pelo menos Roma e Alexandria já colocavam para seus habitantes certos problemas que vivemos hoje” (CHOAY, 2007 [1965], *apud* CARCOPINO, 1939). Na Antiguidade a metrópole era uma exceção. Já o século XX pode ser considerado “a era das metrópoles”, quando estas atingem números de população nunca antes imaginados, ultrapassando até os dez milhões de habitantes. A metrópole, ainda conforme Choay, é um produto da sociedade industrial, que tem o urbano, a cidade como seu horizonte. Daí surgiram as “conurbações”, as cidades industriais, os grandes conjuntos habitacionais.

Metrópole é uma dessas palavras impactantes e que ao mesmo tempo marcam uma certa instabilidade. De um lado, ela significa uma grandeza e importância da cidade: grandeza territorial, demográfica, econômica, política, cultural, tecnológica, etc. De outro, marca contornos incertos, não legitimados,

não governamentais, que vão além da cidade, do município, e desembocam em espacialidades instáveis como as regiões. Etimologicamente, *metrópole* vem do grego *metrópolis*, “cidade mãe”. Dizia-se que uma cidade dava origem a outras, colonizando-as. Atualmente, como veremos, outros sentidos estão em jogo.

Temos em vista neste trabalho mostrar como se constituem alguns dos sentidos de *metrópole*, a partir da análise de um *corpus* heterogêneo de textos que a significam. A perspectiva teórica que adotamos é a da Análise de Discurso (PÊCHEUX, 1988, 1990a, 1990b; ORLANDI, 1987, 1992, 1999, 2005, 2012; MAZIÈRE, 2007), na qual as marcas linguísticas são analisadas na relação com a exterioridade, com as condições de produção dos discursos, com o posicionamento dos sujeitos em certas conjunturas sócio-históricas. Ao significar a metrópole, quem fala sobre ela? Para quem? Como? Em que situação imediata ou ampla? E que interpretações são produzidas a partir desses posicionamentos?

Alguns trabalhos no interior da Análise de Discurso dedicam-se especificamente a compreender o modo como as marcas linguísticas lexicais participam do funcionamento discursivo, condicionando a produção de sentidos (ORLANDI, 2002; NUNES, 2003, 2006a, 2006b, 2010a, 2010b; PETRI, 2010). Para isso, elas são consideradas na relação com a enunciação, a sintaxe e com os processos de formulação e circulação dos discursos. Inclui-se aí a consideração de conceitos como os de posição de sujeito, formação discursiva, interdiscurso, heterogeneidade discursiva, dentre outros.

Em nosso caso, temos realizado trabalhos no interior de uma das linhas de pesquisa do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEURB/NUDECRI/UNICAMP), denominada Estudos do Léxico Urbano. Um dos objetivos dessa linha de pesquisa é compreender os sentidos do que temos chamado de “palavras da cidade” em diferentes discursividades urbanas, seja naquelas ligadas à organização da cidade (textos urbanísticos, governamentais, legislativos, institucionais), seja nas que escapam à organização prevista da cidade (em textos cotidianos, de movimentos sociais, do espaço público, da mídia, em textos acadêmicos, dentre outros). O trabalho com *corpus* aberto leva a explicitar os sentidos que uma mesma palavra apresenta quando significada a partir de diferentes posições de discurso, como a do urbanista, do jornalista, dos pesquisadores das ciências humanas, e assim por diante. Observa-se também, em seu funcionamento, as diversas formas de relação entre as palavras, consideradas nos textos e nos discursos.

Dentro desse direcionamento, desenvolve-se atualmente no LABEURB um projeto denominado “Enciclopédia Discursiva da Cidade: análises e verbetes” (Auxílio à Pesquisa FAPESP (Processo nº 2012/22917-0), que reúne pesquisadores de diferentes universidades com o objetivo de produzir (zir) análises de palavras nos discursos e redigir verbetes para serem alocados em uma enciclopédia digital *on-line*, a *Enciclopédia Discursiva da Cidade* (ENDICI), coordenada por Eni P. Orlandi e José H. Nunes (NUNES, 2012; ORLANDI, 2003). A análise que apresentaremos a seguir está relacionada à minha proposta de trabalho nesse projeto, que é a de analisar os sentidos de “metrópole” em um *corpus* heterogêneo de discursos urbanos.

CORPUS E MÉTODO

O primeiro texto do *corpus* é o verbete “metrópole” no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de A. B. de H. Ferreira (1999). A análise do discurso do dicionário nos permite compreender a circulação de sentidos para um público amplo. Como afirmam Collinot e Mazière (1997), o dicionário funciona como um instrumento linguístico que, inserido em um espaço-tempo, faz circular os dizeres de uma sociedade, estabilizando-os e tornando-os disponíveis aos leitores. Em seguida, analisamos a ocorrência do termo “região metropolitana” na Constituição Brasileira e em textos de especialistas do urbano. Nesse caso, observamos de que modo a noção é significada no discurso jurídico, que estabiliza sentidos no contexto nacional, condicionando a realização de políticas públicas no âmbito administrativo. Outros textos analisados foram de especialistas da cidade: urbanistas, engenheiros, arquitetos. Dentre os urbanistas, um deles nos chamou a atenção mais de perto para uma análise histórica: Patrick Geddes (1854-1932), urbanista escocês considerado pioneiro na definição da noção de “conurbação”, a qual funciona como um dos lugares definidores de metrópole. Também analisamos textos de notícias de jornal, confrontando os discursos de especialistas com os discursos cotidianos e outros que compõem o discurso mediático.

O método utilizado foi o da *leitura de arquivo* (PECHEUX, 1994; ORLANDI, 1994, 2003) em que se conjuga, sem se confundir, a descrição e a interpretação, ou seja, a descrição das marcas linguísticas presentes nas sequências textuais (*intradiscurso*), e a identificação de *gestos de interpretação* que se podem remeter ao *interdiscurso*, a *formações discursivas*, a espaços discursivos estratificados que em sua complexidade contraditória condicionam diferentes interpretações e filiações de sentido.

Especificamente em relação ao caso da cidade, efetuamos o que temos considerado como uma *leitura prismática de arquivo*, na qual lidamos com a polissemia, observando os múltiplos sentidos da cidade sob diferentes faces e ângulos e frente à memória do dizer:

Faremos uma leitura que vamos designar como *leitura prismática de arquivo*, leitura regida pela relação entre o discurso do senso comum, a dos especialistas e a nossa elaboração discursiva. E o faremos para interferir na relação do sujeito com o interdiscurso ou seja com os efeitos, no sujeito, do saber discursivo, da memória do dizer. (ORLANDI, 2003, p. 26)

Essa leitura coloca em relação os diferentes discursos da cidade. Para a seleção das palavras a serem analisadas no *corpus*, identificamos aquelas que se apresentam como índices de discursividades urbanas (que chamamos de *palavras da cidade*). Tais palavras foram selecionadas no início e/ou no decorrer da análise. Desse modo, partimos da palavra *metrópole* e coletamos textos que continham essa palavra e/ou outras a ela relacionadas, para em seguida proceder à análise intra- e interdiscursiva, desembocando em seguida em outras palavras e discursos.

Concebemos que as palavras selecionadas funcionam como um horizonte de sentidos para o pesquisador. Assim, elas não são tomadas como itens lexicais fixados, mas sim como índices de processos discursivos que se explicitam durante a análise. Temos denominado *palavra-silêncio* ao horizonte de significação das palavras selecionadas para análise (NUNES, 2010a, 2010b), com apoio na noção de *silêncio*, de Eni Orlandi. Segundo a autora (ORLANDI, 1992), o silêncio (enquanto “horizonte de significação”) atravessa as palavras, condicionando o jogo entre a paráfrase e a polissemia. Ao considerarmos as palavras analisadas como palavras-silêncio, observamos os deslizamentos de sentido por que elas passam, as relações com outras palavras e discursos, a ligação com a memória discursiva, a multiplicidade de sentidos, os equívocos e as contradições que permeiam as relações entre os sujeitos do discurso em suas diferenças. Isso faz com que a palavra selecionada funcione como ponto de um percurso que leva a outras palavras e discursos indefinidamente, até que se opere uma parada como final da análise, de acordo com o recorte efetuado e deixando-se aberta a possibilidade de outros sentidos. Daí a feição dinâmica do trabalho com o *corpus*, alternando-se a leitura do arquivo e os momentos de análise.

Ao final, as palavras analisadas mais detidamente foram as seguintes: *metrópole, região metropolitana, conurbação, gestão urbana, governabilidade/governança, poder local, cinturão imobiliário, cultura da periferia, megalópole e macrometrópole*. Passemos, então, a apresentar as análises.

METRÓPOLE: CIDADE GRANDE E IMPORTANTE

Considerar os sentidos dicionarizados para compreender o léxico urbano significa estar atento à circulação dos discursos de referência, que produzem sentidos estabilizados, de senso-comum, de opinião pública. Ao mesmo tempo, significa lidar com as contingências do discurso lexicográfico: suas determinações, seus recortes constituintes da “língua geral”, bem como suas ausências e silenciamentos.

Em uma análise do verbete *metrópole* no dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), notamos que o discurso sobre a metrópole se sustenta ali em dois sentidos recorrentes: o da “grandeza” e o da “importância”. Além disso, notamos também a presença de um discurso de capital, que atravessa algumas das acepções do verbete, conferindo uma certa imagem política da cidade em um discurso do Estado. Vejamos as seguintes acepções: “S.f. 1. Cidade principal, ou capital de província ou de estado. 2. P. ext. Grande cidade, cidade importante.”. Na primeira acepção, observamos o discurso de capital, marcado pela indicação de “capital de província ou de estado”. Equivaler metrópole a “capital” é uma maneira de conferir uma legitimação política para a cidade grande, especialmente as capitais de estados. Nessa primeira acepção é possível também a leitura de que “metrópole” é uma “cidade principal”, não necessariamente capital, o que mostra que ela pode apresentar uma força política que não coincide com a da capital oficial. Tal equívoco¹, que compreende os sentidos de capital oficial ou de capital de fato, indica desde já

uma duplicidade da metrópole, enquanto pensada nas delimitações oficiais ou não oficiais do espaço. Na segunda acepção, aparecem sentidos “por extensão”: “grande cidade” e “cidade importante”. Esses sentidos, ao serem separados das divisões políticas governamentais, dão margem a discursos vários que se sustentam, de um lado, na quantidade (cidade “grande”) e no poder diante de outras cidades (cidade “importante”). Isso faz com que fique em aberto as determinações do tipo de “importância” considerada: econômica, política, cultural, geográfica? Trata-se do discurso impactante da metrópole (grandeza, poder), sem se limitar a uma ou outra formação discursiva que a caracterizaria especificamente.

No mesmo verbete do Aurélio, encontramos, mais abaixo, uma outra definição, marcada desta vez como de especialidade do *Urbanismo*: “A principal cidade que exerce influência funcional, econômica e social sobre as cidades menores de uma região metropolitana”. Essa definição retoma o sentido de importância (“principal cidade”), acrescentando que se trata de uma cidade “que exerce influência funcional, econômica e social (...)”. Observe-se que o enunciado definidor não se constitui mais somente de nome acompanhado de adjetivos, mas comporta uma oração subordinada restritiva. O efeito discursivo é de uma determinação complementar que introduz os sentidos econômicos e sociais, especificando e restringindo o tipo de “influência”. Note-se que nesse discurso do urbanismo, a metrópole não coincide com a capital de estado, mas com uma cidade principal de uma “região metropolitana”. Assim, o discurso de especialidade do urbanismo, tal como representado no dicionário, aponta para um regionalismo que tem a metrópole como cidade principal e abrange também as “cidades menores” sob sua influência. Observe-se que essa acepção marcada como do “Urbanismo” ainda não estava presente na primeira edição do Aurélio (FERREIRA, 1975), o que mostra que o discurso urbanista foi se instalando em décadas posteriores à de 70.

Essa incursão pelo dicionário nos mostra que alguns traços da metrópole circulam de modo mais amplo, como o da “grandeza” e da “importância”, abrindo para espaços discursivos da quantidade e do poder. Esse discurso aparece atravessado pela discursividade das capitais, o que indica estreita relação com o discurso nacional e de organização do Estado. Estabelecida no interior do verbete, a distinção entre língua geral e língua de especialidade reserva ao urbanismo um sentido específico, em que é introduzida a noção de “região metropolitana”, unidade espacial que foge aos limites oficiais, mas que aparece como marcada pela importância “principal” da metrópole. E é nesse lugar também que aparecem os sentidos econômicos e sociais da cidade.

A REGIÃO METROPOLITANA

A segunda unidade lexical a que chegamos foi a de “região metropolitana”. Como vimos logo acima, o dicionário aponta para essa noção no discurso urbanista, situando a metrópole em meio a outras cidades menores de uma região. Mas a noção de “região metropolitana” não se detém no

urbanismo e está presente também no discurso jurídico. No Brasil, a partir da Constituição de 1988, a noção de “região metropolitana” passou a ocorrer no texto constitucional, enquanto entidade que pode ser instituída pelos Estados federativos: “Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (...), 2013, art. 25, §3).

É interessante observar que no texto constitucional não aparece a palavra “metrópole”, mas somente “região metropolitana”, o que indica que o que se institui é um “agrupamento de municípios limítrofes”, tendo em vista um planejamento comum. Nessa definição, encabeçada pela palavra “agrupamento”, com ligação também com “aglomeração”, não há em princípio diferenciação dos municípios, nem pela grandeza nem pelo grau de importância ou influência de um sobre outros, prevalecendo a significação coletiva. As palavras “município” e “estado” marcam o discurso administrativo, visto que a região metropolitana fica significada no interior dos limites de um estado federativo, sendo formada por um conjunto de municípios, sem capital. O tempo futuro do enunciado: “Os Estados poderão (...) instituir regiões metropolitanas” é um índice da projeção de futuridade das cidades e desses novos espaços administrativos delimitados. Desse modo, no texto jurídico temos a instituição de um espaço de “planejamento”, o que reforça a construção de um discurso administrativo para um novo espaço circunscrito. E esse planejamento de futuridade da região metropolitana aparece em vista de uma finalidade: “a execução de funções públicas de interesse comum”.

Atualmente, de acordo com S. Lencioni (2006, p. 41-57), o IBGE registra 26 regiões metropolitanas já instituídas no Brasil, que concentram 413 municípios onde vivem 68 milhões de pessoas. Elas se distribuem do seguinte modo conforme as regiões brasileiras (o ano em parênteses é o de instituição da região metropolitana): Região Norte: Belém (1973); Região Nordeste: Fortaleza (1973), Recife (1973), Salvador (1973), Natal (1997), Grande São Luis (1998), Maceió (1998); Região Sudeste: Belo Horizonte (1973), São Paulo (1973), Rio de Janeiro (1974), Grande Vitória (1995), Baixada Santista (1996), Vale do Aço (1998), Campinas (2000); Região Sul: Curitiba (1973), Porto Alegre (1973), Florianópolis (1998), Londrina (1998), Maringá (1998), Norte/Nordeste Catarinense (1998), Vale do Itajaí (1998), RM Carbonífera (2002), RM Foz do Rio Itajaí (2002), RM de Tubarão (2002); Região Centro-Oeste: Goiânia (1999), Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-Ride (2000).

CONURBAÇÃO EM PATRICK GEDDES

O termo “conurbação” circula de modo amplo na mídia e comumente a noção é uma das que participam da definição de “metrópole”. A *conurbação* é vista de modo geral como a junção de cidades com seus arredores ou com outras cidades. Trata-se da mistura das fronteiras entre cidades, com a consequente eliminação da distinção entre campo e cidade. Uma análise

histórica mostra que o termo surgiu no urbanismo, cunhado pelo escocês Patrick Geddes nos inícios do século XX, e depois passou a circular de modo mais amplo no cotidiano. Importa mostrar que em seus primeiros usos técnicos a palavra se apresentava no interior de um discurso específico do urbanismo e nessa medida se inseria em uma certa visão da cidade e do planejamento urbano, tal como explicitaremos a seguir.

No livro *Cidades em Evolução* (GEDDES, 1994), cuja primeira edição em inglês é de 1915, a palavra conurbação é utilizada para definir as grandes aglomerações urbanas que resultaram do processo de industrialização da Grã-Bretanha e de outras regiões da Europa:

Para enfocar esses desenvolvimentos, na verdade transformações, da tradição geográfica da cidade e do campo, onde crescemos, e expressá-los com mais propriedade, precisamos de um pequeno aumento do nosso vocabulário; a expressão de uma nova idéia, para a qual ainda não existe um vocábulo, merece uma nova palavra. Essas cidades-região, essas cidades-agrupamento, pedem um nome. Não podemos chamá-las constelações; o vocabulário conglomerações parece mais próximo da realidade presente, mas ainda não é pertinente. E conurbações? Essa talvez seja a palavra necessária, a expressão dessa nova forma de agrupamento demográfico, que já está, subconscientemente, desenvolvendo novas formas de agrupamento social, e, em seguida, de governo e administração bem definidos. (GEDDES, 1994, p. 48)

Primeiramente, nota-se que o discurso de Geddes é marcado por uma série de “falhas”, de “equivocos” que irrompem no fio enunciativo, marcando a busca pelo nome “exato”². Após descartar os nomes “cidades-região”, “cidades-agrupamento”, “constelações” e “conglomerações”, considerados próximos mas não pertinentes, o autor adota o nome “conurbação” como aquele que melhor expressaria a realidade em questão. Nota-se aí a delimitação de um vocabulário de especialidade, relacionado à “nova ciência” que então se configurava: o urbanismo, renovado, segundo Geddes, com a “ciência de educação democrática (*civics*)”. O urbanismo, dentro desse discurso científico, corresponde a um saber a ser produzido e divulgado para o povo por meio de uma “educação democrática” ou “Civics”, que deveria segundo o autor contar com um vocabulário próprio. Daí a série de neologismos que estão presentes no livro *Cidades em Evolução*, inclusive vários nomes dados a regiões conurbadas, como *Lancaston*, para a região que reúne grandes cidades como Liverpool e Manchester, e *Midlandton* para a região de Birmingham e seus subúrbios.

Geddes também é reconhecido como introdutor do “levantamento” preliminar ao planejamento urbano, o que hoje se efetua por meio dos “planos diretores” das cidades. Conforme a concepção urbanística do autor, primeiramente se deveria efetuar um levantamento das aglomerações de cidades para em seguida realizar as práticas administrativas, o que leva a uma pesquisa geográfica e sócio-histórica das cidades, efetuada previamente,

evitando-se desse modo partir de noções abstratas da cidade ou de utopias. O autor apresenta em sua obra um estudo das grandes cidades e aglomerações britânicas e de outras “capitais mundiais” e “regiões urbanas”. A abordagem que ele faz da “Grande Londres” nos dá pistas sobre as questões e o método que ele propõe para o levantamento dessas áreas:

É interessante, e necessário, fazer um levantamento histórico de Londres – uma embriologia, por assim dizer -, desse todo colossal. Começaríamos por suas duas cidades históricas; incluiríamos seus inúmeros vilarejos, como se desenvolveram antes de ser absorvidos; registraríamos, porque seria fácil esquecer-las, suas incontáveis vilas antigas e aldeias já absorvidas, suas áreas-dormitório crescendo como cogumelos, desordenadas e incompatíveis para os ricos, mais acessíveis para a classe média – e onde colocaremos o trabalhador e o pobre? (GEDDES, 1994, p. 44)

Observe-se que o que Geddes descreve com as “conurbações” não são as cidades em si, mas as relações entre elas. E ao analisar conurbações existentes, ele mostra que são várias as formas de aglomerações: algumas delas partem da grande cidade e seu entorno, outras juntam dois centros, algumas outras reúnem uma longa faixa de municípios e assim por diante. Portanto, trata-se de um conceito que questiona a unidade da cidade e coloca a pertinência do estudo relacional no urbanismo.

Embora os sentidos de conurbação, sobretudo na visão que vem de P. Geddes, incluam a descrição histórica, econômica e social, um dos traços que frequentemente é retido desse discurso é o da junção física territorial, com a diluição das fronteiras entre a cidade e seu entorno. Uma das marcas disso está nas imagens apresentadas de regiões conurbadas. Em Geddes, o capítulo dedicado à conurbação é intitulado: “mapa demográfico e conurbações”, o que atesta a importância que então se começava a atribuir às imagens aéreas e mapas das cidades: “Imagine uma fotografia aérea de Lancaston e seu mapa, rua por rua. Assim, podemos nos acostumar a visualizar a região. Quais são os seus defeitos? E que possibilidades possui? Que reservas naturais ainda existem, separando suas vilas e subúrbios? Há possibilidade de jardins e loteamentos para saneá-las?” (GEDDES, 1994, p. 49). Já se observa nessa prospecção do espaço uma configuração inicial para as chamadas cidades-jardins.

As conurbações britânicas, ainda segundo Geddes, resultam fortemente da Era Industrial, que em uma primeira etapa corresponderia aos desenvolvimentos das minas de carvão, da máquina a vapor, das ferrovias, dos mercados, das cidades industriais. Geddes chama esse período de “Paleotécnica”, marcado pela “rudeza”, pela “competição”, pelo “esgotamento”. Em oposição, o autor considerava um “avanço para um estágio mais alto da civilização industrial”, o que ele chama de período da “Neotécnica”, quando os ideais de vida, planejamento, higiene, beleza passariam a predominar. Assim, desse ponto de vista evolucionista, progressista, o estudo da conurbação, por meio de levantamentos das aglomerações urbanas, levaria a um período de

planejamento urbano como forma mais avançada de civilização, que permitiria evitar a tendência à decadência das grandes metrópoles.

DO CAOS À GOVERNABILIDADE

Com o crescimento desordenado das cidades, surgem vários fatores que levam às chamadas “crises urbanas”: a desigualdade econômica e social, a segregação espacial, a violência urbana, a especulação imobiliária, a degradação de áreas centrais, a elitização de áreas periféricas, os problemas de transporte, a distribuição desigual de infraestrutura, dentre outros sentidos que constituem as metrópoles e que não teremos condições de percorrer mais detidamente neste trabalho. Embora a instituição das regiões metropolitanas tenha apontado para um planejamento mais amplo do espaço urbano, considerando-se as ligações entre os municípios, as dificuldades de implementação desse planejamento e dessas ações são muito grandes. Há vários obstáculos para um efetivo governo metropolitano. Ao descrever a conurbação em andamento entre as cidades de Campinas e Sorocaba, a urbanista R. Rolnik afirma que “Entre Sorocaba e Campinas praticamente não há mais diferença, passa-se de um município a outro sem que haja nenhuma fronteira, nenhum espaço rural separando as duas cidades” (ROLNIK, 2013, s.p.). Com os investimentos nas rodovias, como a que liga Campinas a Sorocaba, ocorreu uma urbanização descontrolada. Rolnik considera que “toda essa urbanização dispersa que foi e continua acontecendo ao longo delas tende a tornar cada vez mais urgente essa questão” (idem, s.p.). Segundo ela, de nada adianta ter uma região metropolitana legal, como a que se está prevendo para a região de Sorocaba, se não houver uma “administração metropolitana ou supramunicipal”.

Diante do crescimento descontrolado das cidades, a noção de “governabilidade” surge como uma das respostas a essa crise urbana, às limitações do Estado e às dificuldades de planejar e realizar práticas governamentais. Ao organizar uma coletânea de estudos sobre o futuro das metrópoles, o arquiteto e especialista em metrópoles, Luiz C. de Q. Ribeiro, afirma que “para muitos autores é na metrópole que estariam hoje concentradas as manifestações mais claras de crise de governabilidade que marca, sobretudo, os países do capitalismo periférico, porque para ela convergem todos os efeitos sociais nefastos das transformações econômicas. O aumento da segregação urbana e das desigualdades traria como resultado o retraimento da sociedade civil organizada, que reduziria portanto as possibilidades de instaurar nas metrópoles uma governabilidade democrática” (RIBEIRO, 2000, p. 18). Com a criação de regiões metropolitanas, instala-se a “gestão metropolitana”, em busca de condições institucionais de governo dos aglomerados urbanos, visto que os planejamentos locais não dão conta geralmente dessa dimensão mais ampla.

Em meio aos discursos que aí têm lugar, vemos o aparecimento de neologismos que significam as novas formas de governo: a “gestão urbana”, a “governabilidade”, a “governança”. O que essas palavras indicam em comum é uma transformação nas formas de governo, que não se limitam mais ao sentido

de administração pública oficial, e contemplam também a participação de organizações não governamentais, empresas, parceiros, voluntários e outras formas de colaboração. Trata-se de um processo mais amplo, que incide sobre diferentes discursos. Assim, a palavra “administração” foi dando lugar cada vez mais à palavra “gestão” e, mais recentemente vemos a formação de palavras por meio de sufixos como –idade (em *governabilidade*) ou –ança (em *governança*), que evitam a pontualidade de um governo oficial e deixam entrever possibilidades, temporalidades, processos e parcerias variadas.

Outra locução que se instala nesse contexto é a de “poder local”. Segundo o engenheiro civil e especialista em Planejamento de Transportes Urbanos e Controle de Tráfego, Ronaldo G. Gouvêa, o poder local envolve “relação de forças por meio das quais se processam alianças e confrontos entre atores políticos e sociais e enquanto espaço delimitado onde se formam identidades e práticas sociais específicas” (GOUVÊA, 2005, p. 21). Ao estudar os transportes urbanos na região metropolitana de Belo Horizonte, o autor propõe a institucionalização do “município metropolitano” como “realidade urbanística específica, distinta do município tradicional”, com um arcabouço adequado a “interações entre distintas municipalidades em torno do problema de interesse comum, bem como maior equilíbrio entre os membros das regiões metropolitanas para formular e implementar, de forma democrática, políticas públicas plurimunicipais”. (idem, p. 240)

Tais transformações discursivas apontam para sentidos de “gestão metropolitana” que ultrapassam os limites e as práticas demarcadas pelos Estados. Em tempos de internacionalização, as metrópoles estão sujeitas a determinações globais e locais que escapam ao controle das administrações públicas. E enquanto se buscam novas formas de governo para as regiões metropolitanas, a cidade real avança em direção muitas vezes indesejáveis. O vocabulário urbano, como vimos, se estende para formas de administração nas fronteiras entre o público e o privado e surgem também nomes de cidades como “município metropolitano”, que apontam para configurações citadinas que contemplam as regiões metropolitanas.

CINTURÃO IMOBILIÁRIO

As cidades brasileiras na atualidade apresentam um crescimento horizontal acentuado, com a construção de condomínios, acompanhados de estabelecimentos comerciais e de serviços. Com a metropolização, surgem espaços intermediários entre as regiões residenciais, “vazios urbanos” que demandam por sentidos, muitas vezes no interior de discursos econômicos de mercado. A locução “cinturão imobiliário” indica uma série de construções resultantes das novas áreas de expansão (especulação) imobiliária. Significa também as “oportunidades” de negócios com a transformação desses espaços. Em uma notícia do jornal *Correio Popular*, de Campinas, observamos a construção desses sentidos: “A Região Sul de Campinas, uma das áreas mais valorizadas do ponto de vista imobiliário, vive um boom econômico que a transformou em grande eixo de negócios. O cinturão de prédios e residências que se formou no Parque Prado e adjacências atraiu uma múltipla rede de

negócios, interessada em aproveitar esse potencial de consumo” (CINTURÃO IMOBILIÁRIO [...], 2012). Nesse discurso, um primeiro sentido de “cinturão imobiliário” é o de “cinturão de prédios e residenciais”, que remete ao conjunto de construções, aos “imóveis”; um segundo sentido é o de “eixo de negócios”, que forma rede sinonímica com “rede de negócios” e “polo de investimentos”. O discurso econômico marca essas paráfrases que significam o “potencial de consumo” ligado à “região”.

A intensificação da quantidade, no decorrer da notícia, está presente em locuções como “boom econômico”, “grande eixo de negócios”, “expansão imobiliária” e outras marcas como advérbios, adjetivos e numerais presentes nos enunciados (*múltipla rede de negócios, milhares de novos moradores, o movimento já é intenso, cresceu absurdamente*). A escala urbana também é grande e liga as construções dos imóveis ao “entorno”, às “adjacências”, à “região”. A vizinhança dá lugar ao “entorno”, e assim a sociabilidade é silenciada diante dos “negócios” e da “oferta de serviços”. O espaço significado pelo discurso econômico se filia mais amplamente às noções de “desenvolvimento econômico”, “fronteira de desenvolvimento” e “progresso”, numa visão linear do crescimento econômico. Com isso, as noções de “bairro” e de “região” ficam igualmente determinadas pelo discurso econômico desenvolvimentista. E a habitação se relaciona aí com os “serviços” dos “estabelecimentos”: “clínicas, empresas, escolas, padarias, restaurantes, bancos, supermercados, shopping center”. Com o crescimento horizontal e o espaço fragmentado, o urbano vive os efeitos dos “empreendimentos” imobiliários, em que o social, o histórico e a dimensão pública são esquecidos frente ao liberalismo econômico e ao mercado. O discurso ufanista e propagandista é uma das marcas da visão mercadológica da cidade, que a vê como grande oportunidade de negócios em escala regional. E uma nova paisagem urbana é constituída no encontro dos agrupamentos de prédios e de estabelecimentos de serviços com os sentidos da “valorização” econômica: a paisagem da “cidade mercado”.

CULTURA DA PERIFERIA

Uma das formações discursivas que dá sentido à grandeza e influência da metrópole é a da cultura. Enquanto polo cultural, a metrópole atrai e expande as artes, as ciências, os saberes, as técnicas. Com o processo de urbanização do século XX, ocorreram transformações culturais significativas, relacionadas a certas configurações dos espaços das metrópoles. Nesse processo, os movimentos culturais são significados em meio à pluralidade e à diversidade social, bem como a distintos espaços em que eles se estabelecem dentro da fragmentação da malha urbana. Nesse contexto, notamos algumas formulações que indicam deslocamentos de sentido, como a expressão “cultura da periferia”. Para tratar disso, vamos considerar a passagem da cultura metropolitana que podemos considerar “central” em seu lugar de realização urbana, para a cultura que passa a tomar sentidos em espaços periféricos da cidade.

Ao abordar as transformações da “Grande São Paulo”, em meados dos anos 1950, Maria Armanda do N. Arruda mostra, no livro *Metrópole e Cultura* (ARRUDA, 2001), que a cultura passou a ser vista, em uma conjuntura metropolitana, em sua dimensão de pluralismo, complexidade, fragmentação, conflitos, rompendo com as concepções que mantinham sentidos passadistas. De um lado, as novas diretrizes culturais sustentaram-se, não no nacionalismo do primeiro modernismo, mas nas concepções advindas com o modernismo no pós-guerra, ou seja, um universalismo cosmopolita, construído com base no racionalismo, no objetivismo, no progresso, na ciência e na tecnologia, na valorização do presente e do futuro e não do passado e da história; de outro lado, as mesmas transformações se efetivaram por meio de uma pluralidade cultural, uma diversidade social, em um terreno instável e de mobilidade. Assim, de um lado, temos um formalismo universal, e de outro, uma diversidade de expressões culturais que compreende uma pluralidade de linguagens.

Ainda conforme Arruda, na Grande São Paulo que então se configurava, apresentava-se um mosaico de agregações étnicas, raciais e culturais. Com o fluxo (i)migratório incorporaram-se à população da metrópole imigrantes de procedências diversas, dentre os quais italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, sírios, libaneses, poloneses, judeus, armênios, alemães; e do espaço nacional, migrantes da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco, de Alagoas, do Ceará, de Sergipe. Agregando municípios circunvizinhos, a conurbação envolveu: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Guarulhos, Caieiros, Diadema, Embú, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Franco da Rocha, Osasco, Mauá, Poá, Suzano, Barueri e Taboão da Serra. Além dos sentidos habitualmente conferidos à conurbação, enquanto ausência de fronteiras físicas entre municípios ou mudanças nos transportes intermunicipais, vemos o sentido cultural surgir diante da pluralidade social que aí se instala, na ligação entre os diferentes espaços metropolitanos. Dentro desse contexto de urbanização, no jogo entre a unidade e a diversidade, a autora mostra que ocorre uma institucionalização da cultura metropolitana, com a criação, dentre outros, do Museu de Arte Moderna, do Teatro Brasileiro de Comédia, da companhia Vera Cruz de cinema, do Parque Ibirapuera. Acrescente-se a isso os lugares de cultura e sociabilidade como bares e pontos de encontro, assim como o diálogo entre intelectuais ligados, por exemplo, à Universidade de São Paulo, e vanguardas como a do movimento concretista.

Nas últimas décadas, surgiram manifestações culturais que fogem aos circuitos centrais da cidade, como os que se tem considerado como “cultura da periferia” e, com as novas tecnologias, os “circuitos culturais em rede”. Sob a nomeação de “periferia”, ou de “comunidade”, artistas e manifestações se reúnem em torno de traços comuns de pertencimento a espaços segregados, marginalizados, que no entanto apresentam grande vivacidade cultural, com os movimentos culturais e identitários, as artes visuais incluindo o grafite, a literatura marginal, o movimento Hip Hop, a arte de rua, etc.

Uma série de eventos realizada em São Paulo aponta para as novas modalidades de cultura na ligação com espacialidades urbanas. Com o título de “Mostra e Seminário Estéticas das Periferias – Arte e Cultura nas bordas da Metrópole”, foram realizados em 2011 e 2012 seminários e mostras em espaços centrais e periféricos (Santo Amaro, Heliópolis), abordando temas

relacionados à cultura da periferia, como os que viemos de mencionar. Nessa espacialização da cultura, ressurgem, sob outras formas, os manifestos vanguardistas. Desta vez, eles trazem reformulações dos enunciados modernistas, tropicalistas, etc., como em algumas sequências do manifesto “A Periferia tão longe e tão perto”, que inspirou o evento, de autoria de Antonio Eleilson Leite, coordenador de cultura da ONG Ação Educativa: “Artistas do Centro e da Periferia: Uni-vos!”, “A periferia nos une pela cor, pela dor e pelo amor”, conclama o poeta Sergio Vaz no seu Manifesto da Antropofagia Periférica”; “Em São Paulo, a força da grana destrói muito mais do que ergue coisas belas, mano Caetano” (MOSTRA E SEMINÁRIO [...], 2013). Ressalte-se também nesse movimento em direção a espaços descentralizados, a criação de centros culturais, como o Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis, que relaciona cultura e atividades educacionais, instituindo o que se tem chamado de “bairro educador” e de “bairro-escola³”, envolvendo as comunidades e o poder público, bem como a arte popular e a erudita.

MEGALÓPOLE OU MACROMETRÓPOLE: PARADOXOS DA METRÓPLE

Em *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*, L. Mumford (1982) considera que o crescimento excessivo e incontrolado das cidades as levariam fatalmente à destruição, como ocorreu anteriormente com a Roma do Império Romano. Os excessos da tecnologia, da industrialização, da máquina, conduziriam as cidades à sua morte (a Necrópole). A repetição mecânica, os problemas de trânsito, a poluição, dentre outros problemas urbanos, são índices da decadência das cidades, que perderam os sentidos de uma “vida orgânica”. Com essa perspectiva biológica da cidade, Lewis via as *megalópoles*, grandes conglomerados urbanos, conurbações que reúnem duas ou mais regiões metropolitanas, como o estágio final desse processo. Assim como seu predecessor e mentor Patrick Geddes, o autor propunha soluções urbanísticas que se direcionavam para um reencontro com a natureza, como no caso das propostas de cidade-jardim, ou com a revalorização das cidades antigas, tendo em vista a qualidade de uma vida orgânica.

Em oposição a essa visão catastrófica da megalópole, que a via como fadada à morte (Necrópole), encontramos em uma notícia do jornal O Estado de S. Paulo, datada de 03 de agosto de 2008, uma imagem eufórica da formação de uma megalópole, ou “macrometrópole”. A notícia é intitulada “A Primeira Macrometrópole do Hemisfério Sul” (A PRIMEIRA [...], 2008) e nela vemos a previsão de uma “macrometrópole” unindo algumas regiões metropolitanas ao leste do Estado de São Paulo:

Na projeção da Emplasa, a macrometrópole deverá ser ainda maior com a conurbação de São Paulo e Campinas com a Baixada Santista, o Vale do Paraíba e a região Piracicaba-Limeira, totalizando 28 milhões de habitantes em 102 municípios. É questão de alguns anos para a mancha urbana pôr os pés na areia. “Pensávamos que

Lagos, capital da Nigéria, seria a primeira macrometrópole do Hemisfério Sul, mas o que se observa entre São Paulo e Campinas é a sinergia entre estruturas de serviços e transportes que ainda não existe em países populosos da África", diz Jurandir Fernandes, presidente da Emplasa. À frente da macrometrópole brasileira estão as regiões de Tóquio-Kobe, a chinesa Xangai e Cidade do México. (A PRIMEIRA, 2008, s.p.)

A Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano), órgão vinculado ao governo estadual, é uma das instituições que realizam ações envolvendo diferentes poderes municipais para lidar com questões metropolitanas. Embora o discurso da notícia de jornal em alguns momentos retome a memória dos conquistadores bandeirantes, exaltando positivamente números e projeções populacionais e econômicas, nota-se também a visão crítica a essas projeções: "Mas, na visão do arquiteto Nestor Goulart Reis, da USP, isso jamais ocorreu. 'A Emplasa nunca conseguiu construir um envolvimento dos prefeitos para a adoção de medidas conjuntas que pudessem trazer benefícios em comum para as regiões', critica. 'Não existe uma gestão homogênea.'". Assim, retorna a contradição que marca os sentidos de *metrópole* e de *conurbação*, de um lado como projeção de unidade espacial e, de outro, como inviabilidade administrativa.

CONCLUSÃO

A noção de metrópole trabalha os limites da cidade, significando o excesso, a quantidade, bem como o poder da urbanidade em diferentes formações discursivas. O estudo de *corpus* aberto nos permitiu explicitar alguns desses sentidos em diferentes textos, considerando as diferenças e contradições observáveis no complexo discursivo. Ao levarmos em conta as condições de produção dos discursos e a relação entre sujeito, língua e história, descrevemos os sentidos das palavras da cidade, identificando as filiações discursivas e os gestos de interpretação que elas produzem.

Sabe-se que as transformações urbanas durante o século XX e no início do XXI foram significativas, com repercussões para a produção de discursos sobre a cidade e o aparecimento de novos sentidos e palavras. O estudo do léxico urbano, ao tomar as palavras como índices de discursividades, trabalha a relação entre léxico e discurso, remetendo as marcas lexicais e os processos de formação de palavras às condições históricas de produção dos discursos.

Ao exceder os limites da cidade, a metrópole é significada na relação com os espaços, com o entorno, com outras cidades, bem como com os sujeitos que aí estão envolvidos. Se os sentidos de metrópole aparecem inicialmente como extensão da cidade, como a "grande cidade", filiada ao discurso da capital, da nação e do Estado, recentemente temos observado modificações que envolvem a relação entre público e privado, e que direcionam para diversas formas de colaboração, incluindo-se aí as parcerias entre poder público e empresas, organizações não governamentais, voluntários e outros.

Da cidade grande, expressão nacional, passa-se à “cidade global” e ao discurso do mercado, o que determina o aparecimento de um léxico específico, marcado pelas novas práticas e espacialidades urbanas.

Algumas regularidades discursivas condicionam certos processos de formação de palavras, como vimos com aquelas ligadas à “governabilidade”, cujos sufixos [-idade] e [-ança] indicam sentidos ligados às condições contemporâneas da modernidade “fluida” e dos governos locais/globais e de parceria público-privado. Assim, observamos a relação das marcas lexicais com processos discursivos em jogo na conjuntura atual.

Esta análise também nos levou a refletir sobre o conceito de formação discursiva, considerando sua relação com a espacialidade urbana. Na formação discursiva cultural, por exemplo, notamos que as transformações espaciais da cidade são significadas por expressões como “cultura da periferia”, que marcam novas formas de significar a cultura na cidade, de modo que se produz uma espacialização do discurso, com distinções tais como as que envolvem os espaços centrais e os periféricos, e que conferem sentidos para certas práticas e processos de institucionalização ligados a espaços fragmentados da cidade. Surgem, assim, autores, instituições, eventos, circuitos culturais atrelados a discursos de bairro, de comunidades, de identidades, de espaços periféricos.

Trabalhar com a heterogeneidade dos discursos nos conduz a observar tanto a formação de sentidos estabilizados quanto transformações discursivas em andamento. Desse modo, vemos a polissemia das palavras no interior dessa complexidade discursiva, o que nos leva a mostrar também as migrações de sentido de um a outro discurso, de um a outro momento do *corpus*. Assim, observamos nas análises que o discurso estabilizado do dicionário está ligado a certas condições de produção discursivas: o discurso do Estado e da nacionalidade, e que essas condições hoje estão abaladas pelos discursos da globalização e das identidades locais. E enquanto no discurso jurídico se busca estabilizar os sentidos das “regiões metropolitanas”, no discurso político e econômico observamos a instabilidade das relações globalizadas e privatizadas. E se a busca pelo “planejamento urbano” é uma tentativa de controlar os sentidos caóticos da metrópole, a liberalidade econômica dos “cinturões imobiliários” passam por cima de qualquer racionalidade projetada.

São nesses espaços equívocos, então, que uma análise discursiva das palavras da cidade tem lugar, expondo o leitor à multiplicidade de sentidos, às diferenças, à polissemia, às contradições. A cidade, tomada pelo viés do simbólico, está sujeita à espessura da língua, à sua autonomia relativa, que escapa às vontades unificadoras ou identitárias dos sujeitos, que no entanto não cessam de buscar controlar, como uma ilusão necessária, os seus sentidos e as suas palavras.

NOTAS

(1). Consideramos a noção de “equívoco” conforme M. Pêcheux, enquanto “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”. (O Discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990b, p. 51)

(2) Remetemos aqui aos estudos de J. Auhier-Revuz sobre as formas de reflexividade metaenunciativa, especialmente aos casos de não-coincidência entre as palavras e as coisas, em que, diante de um real a nomear, inscreve-se um “jogo” da nomeação. (1998, p. 23)

(3) Sobre as noções de “bairro educador” e “bairro-escola”, ver a análise de M. T. Martins. (O bairro e suas determinações: bairro educador e bairro-escola, 2012)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A PRIMEIRA Macrometrópole do Hemisfério Sul. **O Estado de S. Paulo** - Online, Caderno Megacidades – Grandes Reportagens, São Paulo, 03 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/megacidades/sp_mancha.shtm> Acesso em: 14 mai. 2013.

ARRUDA, M. A. do N. **Metrópole e cultura**: São Paulo no meio do século XX. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução de Cláudia C. Pfeiffer et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CARCOPINO, J. **La vie quotidienne à Rome**. Paris: Hachette, 1939.

CHOAY, F. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. Tradução de Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2007 [1965].

CINTURÃO IMOBILIÁRIO amplia eixo comercial na Região Sul. *Correio Popular*, Campinas, p. A4, 25 dez. 2012.

COLLINOT, A.; MAZIERE, F. **Un prêt à parler**: le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 fev. 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução**. Tradução de Maria José Ferreira de Castilho. Campinas: Papyrus, 1994.

GOUVÊA, R. G. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA C. A. da; FREIRE D. G.; OLIVEIRA F. J. G. de (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006. p. 41-57.

MAZIERE, F. **A análise do discurso: histórias e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MARTINS, M. T. O bairro e suas determinações: bairro educador e bairro-escola. In: SCHNEIDER C. M.; COSTA. I. S. (Orgs.). **Fragmentum**, Santa Maria, v. 33, p. 23-30, abr./jun. 2012.

MOSTRA E SEMINÁRIO ESTÉTICA DAS PERIFERIAS – ARTE E CULTURA NAS BORDAS DA METRÓPOLE. Disponível em: <<http://www.esteticasdaperiferia.org.br/programacao/seminario-3>> Acesso em: 11 abr. 2013.

MUMFORD, L. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil R. da Silva. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982. [1961]

NUNES, J. H. Definição lexicográfica e discurso. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, v. 11, p. 09-30, 2003.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história - do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes, 2006a.

NUNES, J. H. Lexicologia e Lexicografia. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase**. Campinas: Pontes, 2006b.

NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras**, Taguatinga, v. 3, p. 06-21, 2010a.

NUNES, J. H. Léxico Urbano, discurso e silêncio: um fazer no entremeio. In: BARROS, L. A.; ISQUERDO, A. N. **O léxico em foco: múltiplos olhares**. São Paulo: Cultura Acadêmica-UNESP, 2010b.

NUNES, J. H. A enciclopédia discursiva da cidade (ENDICI). In: FERREIRA, A. C. F.; MARTINS, R. T. (Orgs.). **Linguagem e tecnologia**. Campinas: RG, 2012. p. 159-175, v. 1.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico**. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes; Labeurb-Unicamp, 2003.

ORLANDI, E. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Michel Pêcheux e a análise de discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Clara Luz, 2005. p. 75-88.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

PECHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Unicamp, 1988.

PECHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HACK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1990a. p. 61-151.

PECHEUX, M. **O discurso**: estrutura acontecimento. Campinas: Pontes, 1990b.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 55-66.

PETRI, V. **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos. Santa Maria: PPGL Editores, 2010.

RIBEIRO, L. C. de Q. **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

ROLNIK, R. **Blog da Raquel Rolnik**. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/tag/conurbacao>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

A PRONÚNCIA EM DOIS DICIONÁRIOS DE INGLÊS

Maritana Luiza ONZI
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
tanaluiza@hotmail.com

RESUMO: O interesse em elaborar dicionários, que tornassem mais produtiva a consulta pelos usuários, fez com que lexicógrafos elaborassem questionários sobre quais informações as pessoas buscam nesse tipo de obra. Os resultados mostraram que a definição do item é a peça-chave do verbete de um dicionário, seguida da pronúncia e dos exemplos. Devido ao fato de a pronúncia estar entre as informações que os consulentes mais procuram, temos como objetivo analisar a informação fônica em dois dicionários do inglês - 1) *Oxford escolar português-inglês, inglês-português*; 2) *Cambridge Advanced Learner's Dictionary* - e verificar se os mesmos conseguem fornecer ao consulente de forma clara e satisfatória as informações que ele busca quanto à pronúncia. Como metodologia de análise, observaremos como a informação fônica é descrita no Front Matter, qual sistema de notação é utilizado para apresentar a pronúncia e também se os dicionários mostram as variações entre o inglês britânico e o americano. Com a criação do IPA, a maioria dos dicionários passou a usar esse sistema, como é o caso das duas obras analisadas. A utilização de um alfabeto fonético possibilita maior coerência na relação som/símbolo e representa a pronúncia de uma forma clara e direta. Em contrapartida, a transcrição utilizando o IPA é difícil para os usuários que não têm conhecimento em fonética, com a interpretação e assimilação de símbolos muito abstratos, como por exemplo, o /f/ e /θ/.

PALAVRAS-CHAVE: Dicionários; Língua Inglesa; Pronúncia.

INTRODUÇÃO

A elaboração dos dicionários partiu da oralidade para a escrita, ou seja, somente quando se adentrou no território dos fonogramas, os quais simbolizam, mediante signos abstratos, os sons que constituem palavras, se entrou, efetivamente, no horizonte da escrita completa. E o que presenciamos hoje na compilação dos dicionários é uma importância maior à escrita e ao sentido do que ao som, quando deveriam, em um mesmo grau de importância, sanar as dúvidas dos consulentes já que os dicionários propõem o registro de vários tipos de informações das línguas.

De acordo com Ettinger (1982), os dicionários não só informam sobre as unidades lexicais aceitáveis e suas significações, como também fazem afirmações sobre ortografia, pronúncia, nível linguístico, frequência de uso etc. Dessa forma, eles contêm, em cada entrada, uma série de indicações de caráter orientativo. O que é defendido por esse autor reitera o que foi mencionado no final do parágrafo anterior.

Por esse motivo, acreditamos ser de suma importância desenvolver estudos sobre a pronúncia nos dicionários, pois este ainda é um campo pouco explorado em Lexicografia.

Para tanto, iniciamos este trabalho apresentando algumas pesquisas feitas com usuários de dicionários, em seguida arrolamos a fundamentação teórica, posteriormente as análises com os dois dicionários de inglês (*Oxford escolar português-inglês, inglês-português; Cambridge Advanced Learner's Dictionary*, doravante Oxford e Cambridge), e, para finalizar, teceremos algumas conclusões sobre o tema em estudo.

PESQUISAS COM USUÁRIOS DE DICIONÁRIOS

O interesse em elaborar dicionários que tornem mais produtiva a consulta pelos usuários fez com que lexicógrafos elaborassem questionários sobre quais informações as pessoas buscam nesse tipo de obra. Abaixo apresentamos alguns desses estudos.

Barnhart (1955 *apud* WELKER, 2004) enviou questionários a professores de inglês perguntando quais são as informações mais procuradas pelos usuários. Os resultados obtidos evidenciaram que os consulentes procuram mais o significado, seguido pela ortografia e por último a pronúncia.

Greenbaum (1984 *apud* WELKER, 2004) elaborou um questionário para usuários ingleses e americanos. Os resultados mostraram que os consulentes procuram, principalmente, o significado e a pronúncia em dicionários.

Araújo (2007), em seus estudos com estudantes de inglês do Centro de Línguas de Fortaleza, verificou que os aprendizes procuram em primeiro lugar o significado; em segundo lugar procuram a pronúncia, e, em seguida, buscam as informações ortográficas. Mesmo considerando a transcrição fonética parte fundamental do verbete, a maioria dos consulentes afirmam que não conseguem entender os símbolos e não recorrem à tabela de símbolos.

Höfling (2000) verificou, em sua pesquisa de dissertação de mestrado, que, para os usuários consultados, a transcrição fonética é parte fundamental e necessária nos verbetes de um dicionário bilíngue. Esses consulentes usam essa informação e muitas vezes consultam o dicionário bilíngue com esse propósito.

A mesma autora, em sua tese (2006), perguntou o que os usuários consideravam fundamental em um dicionário. E os resultados mostraram que a definição da unidade lexical é a peça-chave do verbete de um dicionário, seguida da transcrição fonética e dos exemplos. Porém, mesmo considerando a transcrição fonética como parte fundamental do verbete, a maioria dos consulentes expressou dificuldade em entender os símbolos do AFI. Não podemos deixar de mencionar que as pesquisas foram feitas com alunos dos primeiros períodos do curso de Letras.

Em uma pesquisa com seis alunos israelenses de um curso de inglês, Neubach; Cohen (1988 *apud* WELKER, 2006) questionaram quais as principais dificuldades que eles encontravam ao consultar um dicionário. Todos os

usuários consultados revelaram dificuldades em entender a transcrição fonética.

Em entrevistas informais, perguntamos a várias pessoas se consultavam a pronúncia nos dicionários e a grande maioria respondeu que sim; perguntamos também o que achavam da maneira como ela vinha representada e todas manifestaram dificuldades em interpretar os símbolos do Alfabeto Fonético Internacional. Relativamente aos dicionários que usam combinação de letras, estas pessoas consideraram que a pronúncia atribuída às palavras-entrada não é evidente e nem esclarecida nos dicionários.

Na próxima seção, explicitaremos as maneiras utilizadas nos dicionários para o registro da pronúncia, entre outras questões que permeiam esse assunto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para transcrever o lema podem-se utilizar os seguintes sistemas de notação:

(1) Uma transposição ortográfica da palavra-entrada, com o mesmo tipo de marcas acentuais e diacríticos indicadores de sons vocálicos e consonânticos. Os diacríticos são sinais ou pontos adicionados às letras para mostrar o valor fonético dos lemas.

Duas objeções podem ser feitas quanto ao uso de marcas diacríticas. A primeira se deve ao fato de a transcrição resultante ter mais um caráter fonêmico – representação da pronúncia mediante uma cadeia de fonemas – que fonético – representação da pronúncia mediante uma cadeia de sons. Uma transcrição fonêmica é uma abstração da realidade da fala, uma forma pouco detalhada de indicar a pronúncia. A segunda objeção é o incômodo que deriva da necessidade de se criar um conjunto de regras gerais para interpretar fonicamente as marcas diacríticas. Com certeza, o número de regras será maior quanto maior for a completude com que se queira tratar a transcrição (número de alofones, acentos) e as irregularidades do sistema ortográfico.

Gimson (1973 *apud* BROEDERS; HYAMS, 1983) afirma que a transposição ortográfica não pode ser feita sem o uso de numerosos diacríticos, o que determina diferentes convenções empregadas pelos dicionários no esforço de compensar a inconsistência ortográfica.

(2) Um alfabeto fonético específico, concebido para representar a pronúncia de uma forma clara e direta sem as ambiguidades da representação ortográfica. Por exemplo, no dicionário Oxford a palavra inglesa *throw* é transcrita como /θ roʊ/.

O alfabeto mais comumente utilizado pelos linguistas é o Alfabeto Fonético Internacional, proposto pela *International Phonetic Association* (AFI). Esse alfabeto foi concebido em 1889, com caráter científico, para poder representar cada som da fala humana com um único símbolo. O AFI é considerado um código normalizado que unifica a transcrição nos dicionários

das distintas línguas, e é por isso um alfabeto amplamente usado na Lexicografia.

Gimson (1973 *apud* BROEDERS; HYAMS, 1983) defende que o melhor sistema de notação para representar a pronúncia dos lemas são os símbolos do AFI, pois a grande vantagem desse sistema está em sua simplicidade e na possibilidade de coerência na relação som/símbolo.

Welker (2004) partilha da mesma ideia de Gimson. Esse considera que, embora muitos consulentes não conheçam o AFI, o melhor seria que ele fosse usado em todos os dicionários e fosse ensinado nos cursos de língua estrangeira.

(3) A pronúncia figurada ou transliteração

Essa pronúncia consiste em uma tradução ortográfica da palavra mediante uma combinação de grafemas e acentos que figure a pronúncia original. Os dicionários utilizam os sons da língua materna para representar os sons das palavras estrangeiras. Por exemplo, o *Minidicionário inglês-português*, dicionário de Silveira Bueno (1990), aponta a pronúncia da palavra inglesa *three* como (thri).

(4) O formato acústico

Nos dicionários em CD-ROM, a pronúncia da palavra pode ser reproduzida acusticamente. Este inovador sistema permite conhecer a pronúncia real, pois a transcrição fonética não deixa de ser uma representação abstrata que se tem de interpretar, porém poucos dicionários em formato eletrônico trazem a reprodução acústica da entrada; a maioria desses dicionários usa as mesmas notações dos dicionários impressos.

Além da questão de qual notação usar para anotar a informação fônica, outras questões permeiam a produção de dicionários: 1) se em todos os verbetes deve aparecer a pronúncia; 2) se deve haver ou não a inclusão de variantes das línguas; 3) qual modelo de pronúncia deve ser usado.

Nos dicionários, a informação fônica pode aparecer de forma sistemática em todas as entradas ou somente nos verbetes que contêm unidades lexicais com peculiaridades de pronúncia. É um fato que está condicionado à relação existente entre a representação ortográfica e a pronúncia das línguas. Quando um sistema ortográfico se distancia notavelmente do princípio fonêmico, as indicações sobre a pronúncia são imprescindíveis se a unidade lexical não faz parte da competência do falante, seja ele falante nativo ou não da língua.

Welker (2004) defende que no português, no italiano e no espanhol há regras que permitem pronunciar adequadamente a maioria dos lexemas, pois existe uma maior coincidência entre a grafia e a pronúncia. O autor argumenta que os dicionaristas podem usar letras e acentos existentes nessas línguas para indicar a pronúncia somente das entradas que podem gerar dúvidas. O mesmo autor escreve que para o inglês a situação é bem diferente, pois nessa língua há muitos lexemas cuja pronúncia é imprevisível, de modo que as indicações de forma sistemática em todas as entradas são indispensáveis.

Em todos os idiomas ocorrem variantes de pronúncia. Se forem frequentes em âmbito nacional – e não apenas regionalismos – deverão ser registradas. A decisão de incluir as variantes pode depender da extensão do dicionário. Dicionários extensos do inglês geralmente indicam as pronúncias

britânica e americana. Para obras com extensão reduzida, Piotrowski (1987 *apud* MESTRE, 1999) considera que é melhor que conste somente uma pronúncia, a do dialeto ensinado e usado no país.

Em se tratando dos modelos de pronúncia, a informação fônica contida nos dicionários pode ser baseada em descrições prévias da pronúncia de uma língua ou apoiar-se em pesquisas realizadas em determinados setores da população que sejam considerados como representativos da fala que se quer descrever. O modelo de pronúncia descrito pode corresponder a uma norma considerada prestigiosa, concernente à variação diastrática, a qual está geralmente ligada à fala de uma determinada classe social.

Outros dicionários pretendem mostrar um registro de fala mais geral, contemplando também a variação diatópica (relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas).

A pronúncia-padrão parece ser a mais recomendável para os dicionários – monolíngues ou bilíngues – concebidos para a consulta de falantes não nativos. Neles, é de capital importância o modelo de pronúncia que se elege, já que incide na aprendizagem de uma língua. Gimson (1981 *apud* MESTRE, 1999) assinala que o usuário destas obras espera uma pronúncia que seja aceitável para os falantes nativos, e que seja correta. Esta não tem por que coincidir necessariamente com um modelo normativo de boa pronúncia, pois o importante, para o autor, é que o uso seja coerente e atualizado.

Para alcançar tal objetivo, o lexicógrafo deve ter à sua disposição *corpora* de textos falados. Na ausência destes, o dicionarista deve usar sua competência de falante nativo e a de colaboradores. Ou, ainda, pode se basear, total ou parcialmente, em obras já existentes.

Para finalizar, qualquer que seja o sistema de notação utilizado é necessário incluir no Front Matter do dicionário um guia de pronúncia, explicando o sistema adotado para a transcrição. O Front Matter, segundo Landau (1991), refere-se ao material introdutório, ao guia de uso para o consulente, cujo objetivo é descrever da maneira mais clara possível todo tipo de informação incluída no dicionário.

Expostas as pesquisas as quais apontam que os usuários procuram informações sobre a pronúncia e o arcabouço teórico sobre o tema, passemos para as análises dos dicionários.

ANÁLISE DOS DICIONÁRIOS

Primeiramente nossa descrição das análises será para os casos em que as informações fônicas são iguais no Oxford e no Cambridge. Em seguida, separaremos em duas partes, para uma melhor visualização, a maneira como os dicionários expõem o guia de pronúncia.

Os dois dicionários utilizam o AFI para apresentar a pronúncia. Embora seja a transcrição predileta para a maioria dos lexicógrafos, é difícil, para os usuários que não têm conhecimento em fonética, a interpretação e assimilação de símbolos muito abstratos, como por exemplo, o /ɜ/, /ɔ/. Essa queixa foi registrada nas pesquisas de Araújo (2007) e de Höfling (2006), em que os

alunos entrevistados expressaram a dificuldade em entender os símbolos do AFI.

Nas ciências linguísticas reservadas à fala, os fonemas são representados entre barras oblíquas / /, enquanto que os sons são representados entre colchetes []. No caso da representação entre barras, a transcrição é dita fonológica e no caso da representação entre colchetes, a transcrição é fonética. Ambos os dicionários representam a pronúncia entre barras oblíquas / /, ou seja, a representação é fonológica. Porém, quando o dicionário traz as variações de pronúncia, e é o que observamos tanto no Oxford escolar, quanto no Cambridge, entramos no âmbito dos sons e não mais dos fonemas, portanto a transcrição deveria ser entre colchetes.

O Oxford enfatiza na capa que o dicionário foi elaborado para estudantes brasileiros de inglês, por isso os autores julgaram não necessária a presença da transcrição para as entradas em português. Na parte em inglês, a informação fônica aparece de forma sistemática em todas as entradas e o mesmo se observa no Cambridge. Inferimos que os dicionários seguem a ideia defendida pelos lexicógrafos, segundo a qual quando um sistema ortográfico se distancia notavelmente do princípio fonêmico, em que cada grafema representa um único fonema e cada fonema é representado por um único grafema, as indicações sobre a pronúncia são imprescindíveis e devem aparecer de forma sistemática em todas as entradas, como é o caso da língua inglesa.

Nas duas próximas seções exibimos como o Oxford e o Cambridge apresentam os guias de pronúncia.

OXFORD ESCOLAR PORTUGUÊS-INGLÊS, INGLÊS-PORTUGUÊS

O dicionário Oxford, no final da obra, oferece um apêndice com as explicações sobre a transcrição e os símbolos usados para registrar a informação fônica. A primeira parte é reservada à questão das variações entre o inglês americano e o britânico e também às palavras que podem ser pronunciadas de maneiras diferentes.

A seguir, demonstramos como a obra expõe esses itens, salientamos que a sequência e exemplos foram transcrições feitas a partir do dicionário sofrendo apenas algumas alterações.

a) O Oxford indica primeiro como a palavra é pronunciada no inglês americano e seguidamente no inglês britânico. O sistema de notação utilizado é a transcrição parcial da palavra, por exemplo:

because /bɪ'kɔ:z; GB -'kɔz/

b) No inglês americano sempre se pronuncia o **r** final. No entanto, no inglês britânico somente se pronuncia o **r** final quando a palavra seguinte começa por vogal. O dicionário dá o seguinte exemplo:

chauffeur - /ʃu'fɜ:r; GB 'ʃəʊfə(r)/

c) $\alpha:/b$ são símbolos fonéticos que aparecem apenas nas variantes britânicas, como nos exemplos:

α : **bath** /bæ; GB ba:/
 b **off** /ɔ:f; GB ɒf/

d) No dicionário encontram-se as formas variadas mais comuns, ordenadas conforme a frequência de uso, sendo que a que vem primeiro é a mais utilizada. Por exemplo, a palavra **either** pode ser pronunciada das seguintes maneiras:

either /'i:ðər, 'aɪðər/

Na segunda parte, o Oxford explica o uso do símbolo que marca o acento (símbolo do AFI), além de tecer algumas explicações sobre a prosódia do inglês.

a) /' / indica onde recai o acento tônico principal da palavra. Por exemplo, na palavra **money** /'mʌni/ a sílaba tônica é a primeira.

b) /, / indica onde recai o acento secundário da palavra. Por exemplo, na palavra **pronunciation** /prəˌnʌnʃi'eɪʃn/ o acento secundário cai na segunda sílaba /,nʌn/ e o principal na sílaba /'eɪʃn/.

c) Algumas palavras podem ser pronunciadas na forma tônica e átona. Por exemplo, a preposição **from**, que normalmente é pronunciada na forma átona /frəm/, quando surge no final da oração ou é utilizada de maneira enfática apresenta a pronúncia tônica /frɒm/.

d) palavras derivadas

Muitas vezes a pronúncia da palavra derivada é a soma da pronúncia dos vários elementos que a constituem. Nesses casos não é dada a transcrição fonética, visto que é óbvia. Por exemplo, na palavra **slowly** não é mostrada a pronúncia na palavra-entrada, pois ela deriva de **slow**.

Contudo, às vezes o acento da palavra muda quando se adicionam as desinências e, nesses casos, o dicionário indica a transcrição fonética:

photograph /'fəʊtəgræf/
photographer /fə'tɒgrəfər/
photographic /,fəʊtə'græfɪk/
photography /fə'tɒgrəfi/

Nos casos das palavras derivadas terminadas em **-tion** não é apresentada a pronúncia nas entradas, pois a norma é o acento recair na penúltima sílaba, o que acontece com regularidade:

alter /'ɔ:ltər/ **alteration** /,ɔ:ltə'reɪʃn/

O Oxford apresenta no rodapé de cada página os símbolos fonéticos com exemplos. Como mostrado abaixo:

ə ago
ð then

Analisando o dicionário percebemos que os autores se esforçaram em fazer um bom guia de pronúncia. Explicam o sistema adotado para a transcrição, mostram a variação existente no inglês americano e britânico, atentam o usuário à posição do acento. No entanto eles partiram do pressuposto de que os usuários conhecem o AFI e sabem como se pronuncia tais símbolos, pois não deram nenhuma informação de fonética articulatória. Tal informe seria muito importante para um estudante brasileiro de inglês, pois existem vários fonemas da língua inglesa que não existem na portuguesa, por exemplo, o /ð/ e o /ʌ/.

CAMBRIDGE ADVANCED LEARNER'S DICTIONARY

No Front Matter do dicionário Cambridge estão expostos alguns itens, como: as variações, a prosódia da língua inglesa, as explicações dos símbolos utilizados e no final há uma tabela com os fonemas existentes no inglês com os respectivos exemplos. A exposição abaixo é uma transcrição do dicionário com algumas alterações, a tradução também é nossa.

a) A obra começa tratando das variações da pronúncia britânica e americana: se existe diferença, o dicionário mostra primeiro a pronúncia britânica seguida pela americana. E a notação utilizada é a transcrição parcial da palavra, por exemplo:

storehouse /'stɔ:haus/ US /'stɔ:r-/

b) O segundo item abordado no guia de pronúncia é referente ao acento:

/ ' / este símbolo indica onde recai o acento primário e mostra qual parte da palavra deve ser enfatizada. Por exemplo, na palavra **picture** /'pɪk.tʃər/ deve ser enfatizada a primeira parte e na palavra **deny** /dɪ'naɪ/ o acento recai sobre a segunda parte.

/, / este símbolo indica onde recai o acento secundário. O uso deste símbolo é importante na pronúncia de palavras com três ou mais sílabas. Por exemplo, na palavra **submarine** /,sʌb.mər'i:n/, a ênfase recai sobre a última parte da palavra, mas deve ser feita uma pequena ênfase na primeira parte da palavra.

c) No terceiro tópico a informação fornecida é sobre a divisão silábica. O sinal utilizado é um ponto final, que aparece antes de cada nova sílaba. Por

exemplo, na palavra **standard** /'stæn.dəd/ o ponto mostra que a palavra possui duas sílabas.

d) Por último há uma explanação referente às formas tônicas e formas átonas:

Algumas palavras como, **and**, **them**, **of** possuem pronúncia tônica e átona. As formas átonas são mais comuns, mas em alguns contextos elas aparecem na forma tônica. Por exemplo, a palavra **them** é mostrada desta maneira no dicionário:

them STRONG / ðem/, WEAK/ ðəm/

Em uma sentença como '*I saw them leave*', a forma átona será usada. No entanto, se for preciso enfatizar a palavra **them** a forma tônica deverá ser usada como na sentença '*They said they saw me but I didn't see them*'.

O dicionário Oxford, no final das informações sobre a variação e a prosódia da língua inglesa, reserva uma parte para apresentar os símbolos com os respectivos exemplos e explica o significado de outros símbolos usados em suas transcrições, a exemplo de:

Sons vocálicos

vogais curtas

ʌ as in **run**

vogais longas

ɔ: as in **saw**

ditongos

aʊ as in **how**

Sons consonânticos

θ as in **thin**

/^ə/ este símbolo mostra que o /ə/ como em **sudden** /'sʌd^ən/, pode ser pronunciado ou não.

/r/ mostra que o /r/, a exemplo da palavra **teacher** /'ti:tʃ^r/, é pronunciado no inglês britânico quando seguido por uma vogal, mas não é pronunciado quando é seguido por uma consoante. No inglês americano é sempre pronunciado.

Se um símbolo aparece em itálico, isto significa que o som pode ou não ser pronunciado. Por exemplo, o *t* na pronúncia da palavra **lunch** /lʌnʃ^t/.

Os dois dicionários são de cunho pedagógico, já que são destinados a aprendizes. Ambos incluem informações relevantes no Front Matter, porém são informações para estudantes de um nível mais avançado. Acreditamos que para iniciantes faltam explicações básicas de como se pronunciam os fonemas, quais são os pontos de articulação necessários para proferir o símbolo.

Outra questão negativa é que a grande maioria dos consulentes não lê a introdução dos dicionários e por isso fica difícil a interpretação de qualquer um dos sistemas de notação utilizados.

Uma saída para esse problema poderia ser o uso de sinais que marquem a remissão ao Front Matter, induzindo o consulente a essa prática, mas para isso ocorrer, é necessário que toda referência 1) leve o usuário

rapidamente à informação que o dicionário deseja fornecer, 2) seja sempre elucidativa e 3) seja sempre funcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a presença da informação fônica é pertinente nas obras lexicográficas, principalmente para os dicionários com fins pedagógicos, porém, em se tratando dos dicionários que trazem a transcrição fonética utilizando o AFI, é difícil, para os usuários que não têm conhecimento desse sistema, a decodificação de símbolos de difícil compreensão.

A informação fônica consignada pela pronúncia figurada é mais fácil de ser compreendida, porém ela não capta todas as nuances da pronúncia da língua e ainda, a nosso ver, as transcrições fonéticas transliteradas poderiam dar ao aprendiz a falsa impressão de que os sons da língua estrangeira são idênticos aos de sua língua.

Por isso é fundamental, na confecção de um dicionário, dar importância ao Front Matter, verificando a qualidade do guia de pronúncia, pois é importante que as obras contenham informações sobre fonética articulatória, que mostrem os grafemas, depois os símbolos fonéticos, e, no caso daqueles que usam o AFI, exemplos das consoantes e dígrafos que se pronunciam diferentemente de uma língua para outra.

Os dicionários têm grande potencial de se tornarem uma ferramenta mais útil no ensino/aprendizagem da língua inglesa e de auxiliarem os aprendizes do inglês no momento da produção oral, com foco na pronúncia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. M. V. M. **O dicionário para aprendizes em sala de aula: uma ferramenta de ensino e aprendizagem.** 2007. 233 f. Mestrado (Mestrado em Linguística Aplicada) - Centro de Humanidades. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

BROEDERS, T.; HYAMS, P. The pronunciation component of an English-Dutch Dictionary. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LEXICOGRAPHY AT EXETER, 1983, Exeter. **Papers...**Tübingen: Niemeyer, 1984. p. 165-175.

BUENO, F. da S. **Minidicionário inglês-português português-inglês.** São Paulo: Editora Lisa, 1990.

ETTINGER, S. La variación lingüística en lexicografía. In: HAENSCH, G. et al. **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica.** Madrid: Gredos, 1982. p. 359-394.

HÖFLING, C. **Da análise crítica de definições de nomes concretos em dicionários para uma proposta de definição padrão.** 2000. 231 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

HÖFLING, C. **Traçando um perfil de usuários de dicionários – estudantes de Letras com Habilitação em Língua Inglesa**: um novo olhar sobre dicionários para aprendizes e a formação de um usuário autônomo. 2006. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

LANDAU, S. **Dictionaries: the art and craft of lexicography**. Cambridge: CUP, 1991.

MESTRE, A. R. **La transcripción fonética automática del diccionario electrónico de formas simples flexivas del español**: estudio fonológico en el léxico, 1999. Disponível em: <<http://elies.rediris.es/elies4/>>. Acesso em: 25 out. 2012.

WELKER, H. A. **Dicionários**. Uma pequena introdução à Lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

WELKER, H. A. Pesquisas sobre o uso de dicionários para aprendizes. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 18, p.175-194, 2006.

DICIONÁRIOS

CAMBRIDGE. **Cambridge advanced learner's dictionary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

OXFORD. **Dicionário Oxford Escolar**: para estudantes brasileiros de inglês. Português-inglês/inglês-português. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LEXICOGRAFIA BILÍNGUE: CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA PROPOSTA DE DICIONÁRIO DE ESPANHOL PARA APRENDIZES BRASILEIROS

Odair Luiz NADIN
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara)
odairnadin@fclar.unesp.br

RESUMO: A Lexicografia Bilíngue (didática) referente às línguas portuguesa e espanhola é um campo de pesquisa que possui ainda lacunas a serem discutidas e analisadas a fim de se elaborar dicionários que possam melhor servir aos aprendizes dessas línguas. Os dicionários que propomos elaborar partem de uma concepção lexicográfica de que deveriam existir para cada par de línguas ao menos quatro dicionários distintos: dois para os usuários falantes da língua A e dois para os usuários falantes da língua B. Assim, nossa proposta de dicionário está pensada e estruturada para um perfil específico de usuário, o adolescente brasileiro aprendiz de espanhol como língua estrangeira. Para a seleção das unidades léxicas que deverão compor a macroestrutura dos dicionários, organizamos um *corpus* com textos em língua espanhola veiculados em livros didáticos publicados no Brasil. Esse *corpus* servirá, inicialmente, (i) à seleção das unidades léxicas que comporão a macroestrutura do dicionário espanhol-português; (ii) à seleção de contextos para a delimitação dos significados, (iii) à elaboração da microestrutura do dicionário português-espanhol e poderá também vir a ser um instrumento para outras pesquisas vinculadas à lexicografia, à descrição linguística e ao ensino de espanhol no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia Bilíngue; Lexicografia Didática; Língua Portuguesa; Língua Espanhola; Aprendiz brasileiro.

INTRODUÇÃO

O trabalho lexicográfico é uma tarefa que supõe muitas reflexões teórico-metodológicas que têm implicações na estrutura do dicionário que se pretende elaborar e nas informações que nele serão apresentadas.

Ao longo das últimas décadas, muito se tem estudado sobre alguns aspectos (função, usuário, estrutura etc.) que determinam, ou deveriam determinar, a elaboração de dicionários. Entre esses aspectos se destacam a função que deve desempenhar o dicionário e o usuário em potencial da obra. Apesar disso, “não há dúvidas de que os problemas específicos relacionados aos dicionários bilíngues foram [...] frequentemente esquecidos”. (FUENTES MORÁN, 1997, p. 1).

Embora a autora se refira ao período até o fim dos anos noventa e muitas pesquisas tenham sido realizadas desde aquela época, no que se refere ao par de línguas português e espanhol sua afirmação é ainda muito atual. Diante da

necessidade de mais atenção aos dicionários bilíngues para esse par de línguas propomos refletir sobre o desenho de uma proposta de macroestrutura de um dicionário bilíngue português-espanhol específico para estudantes brasileiros.

Assim, neste texto, descrevemos o processo de organização do *corpus*, de seleção das unidades léxicas que poderão compor a macroestrutura e de lematização dessas unidades.

MACROESTRUTURA: REFLEXÕES TEÓRICAS

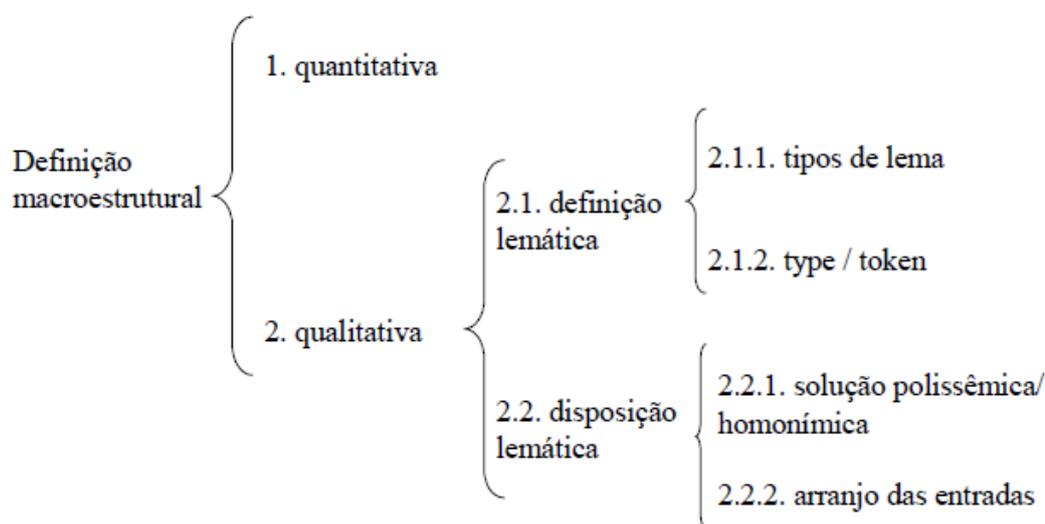
A macroestrutura é “aquela estrutura vertical na qual se agrupam e ordenam as entradas do dicionário” (FUENTES MORÁN, 1997, p. 45). Podemos entender assim que quando nos referimos à macroestrutura, estamos nos referindo especialmente ao relacionado com a seleção das unidades léxicas e com os processos de lematização e ordenação dos lemas resultantes.

Bugueño Miranda (2007, p. 261) propõe algumas questões que, segundo ele, devem ser consideradas quando discutimos o conceito de macroestrutura, a saber: (i) quantas unidades devem compor o conjunto de entradas ordenadas; (ii) que tipos de unidades compõem ou devem compor esse conjunto; (iii) como resolver o problema da seleção entre formas mais legítimas e formas menos legítimas.

Na tentativa de responder a essas perguntas, faz-se necessário pensar em critérios de seleção macroestrutural. Esses critérios se relacionam a critérios quantitativos e qualitativos, como podemos observar nas palavras do autor:

Por “definição macroestrutural” de um dicionário, entende-se o estabelecimento do número de verbetes que o dicionário conterà, assim como do tipo de unidades passíveis de lematização. O cálculo do universo léxico a ser arrolado no dicionário corresponde à “definição macroestrutural quantitativa”. O universo léxico definido constitui a “densidade macroestrutural”. Esse cálculo faz-se necessário a fim de evitar o “inchaço macroestrutural”, isto é, a tendência dos dicionários a arrolar grande quantidade de lemas que possuem escassa ou nula utilidade para o usuário. Por outro lado, a “definição macroestrutural qualitativa” permite elencar os tipos de unidades que podem fazer parte da macroestrutura. Isso significa, por exemplo, definir se unidades inferiores à “palavra” podem ou não ser lematizadas. (BUGUEÑO MIRANDA, 2008, p. 137)

Desse modo, durante o processo de elaboração de um dicionário, há que se pensar sobre quantas e quais unidades léxicas figurarão como entradas no dicionário. Bugueño Miranda e Farias (2008, p. 138) propõem um esquema, que reproduzimos abaixo, que nos serviu como um dos parâmetros para a seleção e a lematização do material léxico de nossa proposta de macroestrutura.



(BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2008, p. 138)

É importante observar que o esquema proposto pelo autor foi aplicado ao desenho da macroestrutura de um dicionário escolar de língua portuguesa, isto é, um dicionário monolíngue. Entretanto, observamos que esse esquema pode ser aplicado, com algumas adequações, ao desenho da macroestrutura de um dicionário bilíngue.

Sobre a definição macroestrutural quantitativa, é de conhecimento que isoladamente essa não dá conta de resolver satisfatoriamente os problemas que ainda existem na elaboração de um dicionário. Assim, faz-se necessário aliar, a essa definição, uma definição qualitativa (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2008).

A definição macroestrutural qualitativa, ainda segundo o esquema proposto pelos autores, se divide em dois grupos: (i) a definição lemática que abrange os tipos de lemas e a questão de *type* (genótipo, protótipo ou forma canônica) e *token* (variante ou forma de menos prestígio) e (ii) a disposição lemática, isto é, como se ordenam os lemas na macroestrutura.

O primeiro aspecto, a definição lemática, exige-nos que pensemos nos tipos de lemas. Nessa fase da pesquisa, limitar-nos-emos às unidades simples, ou seja, não estão contempladas nessa proposta inicial as unidades menores que a “palavra”, como os afixos, tampouco as unidades maiores como unidades fraseológicas, por exemplo. Com relação à questão de *type* (forma preferente) e *token* (forma variante), fundamentar-nos-emos na presença dessas unidades no *corpus*. Sempre e quando as formas preferentes e variantes estiverem presentes no *corpus*, seguindo o critério de frequência estabelecido para essa pesquisa sobre o qual discorreremos mais adiante neste texto, ambas serão contempladas na macroestrutura.

Na seção seguinte, descrevemos o processo metodológico, desde a organização do *corpus* até o processo de ordenação dos lemas.

PROPOSTA DE MACROESTRUTURA: REFLEXÕES METODOLÓGICAS

A proposta de macroestrutura que apresentamos aqui está fundamentada, sobretudo, no que defende Fuentes Morán (1997) e Bugueño Miranda; Farias (2008). A primeira fase do trabalho consistiu na organização do *corpus*.

Fuentes Morán (2004, p. 62) discorre sobre os “problemas que apresenta o desenho de um *corpus* textual adequado” e apresenta três problemas que mais facilmente pode ser observado em *corpora* disponíveis em espanhol:

1. [...] identificação de tipologia textual com tipologia discursiva;
2. clara falta de critério que organize a representatividade das variedades da língua espanhola em seus diferentes eixos e;
3. certa indefinição do texto oral [...]. (FUENTES MORÁN, 2004, p. 59).

Biderman (2001, p. 79) esclarece que um *corpus* é um “conjunto homogêneo de amostras da língua de qualquer tipo (orais, escritos, literários, coloquiais, etc.). Tais amostras são escolhidas como modelo de um estado ou nível de língua predeterminado”. Ainda segundo a autora, “a análise dos dados linguísticos de um *corpus* deve permitir ampliar o conhecimento das estruturas linguísticas da língua que eles representam”.

A autora também se refere à questão do *corpus* linguístico informatizado. Para ela, esse *corpus* é “uma coletânea de textos selecionados segundo critérios linguísticos, codificados de modo padronizado e homogêneo e tratado mediante processos informáticos”. (BIDERMAN, 2001, p. 79).

O *corpus* que organizamos está limitado aos textos, em seus diferentes gêneros discursivos, contemplados nos manuais didáticos de língua espanhola. Consideramos somente os manuais elaborados especificamente para o aprendiz brasileiro do ensino médio. O *corpus* em questão poderá, em algum caso, apresentar os problemas identificados por Fuentes Morán. Entretanto, o fato de que sejam os textos usados pelos autores para propor atividades de ensino e aprendizagem de espanhol como língua estrangeira, a diversidade textual, as variedades do espanhol e a presença de textos orais estão, de alguma forma, contemplados.

Como dito antes, o *corpus* está organizado por diferentes textos de diferentes gêneros presentes nos manuais didáticos e gramáticas de espanhol para brasileiros publicados no período de 1999 a 2010. Esse *corpus* poderá, a *posteriori*, ser ampliado e servir a outras pesquisas.

Os critérios de seleção dos manuais didáticos e gramáticas foram: (i) terem sido publicados entre os anos de 1999 e 2010; (ii) serem considerados como específicos para aprendizes brasileiros e (iii) terem sido publicados no Brasil. Entre os manuais dos quais selecionamos os textos para o *corpus*, citamos, a título de exemplo, os seguintes:

- ALVES, A. N. M.; MELLO, A. **Mucho**: español para brasileños. São Paulo: Moderna, 2000.
- BRIONES, A. I.; FLAVIAN, E.; FERNÁNDEZ, G. E. **Español ahora**. 3 v. São Paulo: Moderna, 2003.
- MARTÍN, I. R. **Espanhol** – Série Brasil. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.
- RÁDIS BATISTA, Livia (Org.). **Español, esencial**: volume único. Ensino Médio. São Paulo: Moderna, 2008.
- FANJUL, A. (Org.). **Gramática de español paso a paso**. São Paulo: Moderna; Santillana, 2005.

É importante esclarecer que foram selecionados somente os textos publicados nos livros que tenham sido retirados de revistas, outros livros, jornais etc. que possuam as respectivas fontes bibliográficas, independentemente de terem sido adaptados pelos autores dos livros didáticos ou não. Não fazem parte do *corpus* textos como “enunciados de exercícios, quadros ou tabelas com explicações gramaticais, culturais, pragmáticas etc. ou os exercícios propriamente ditos”. O *corpus* é formado por aproximadamente 500 mil ocorrências, o que o caracteriza como um *corpus* médio (SARDINHA, 2000, p. 346). Os textos foram digitalizados, conferidos com os originais e revisados a fim de evitar problemas de erro de leitura do escâner. Após essa revisão, o conjunto de textos foi inserido no Programa Unitex:

O Unitex é um conjunto de softwares que permite processar os textos em línguas naturais utilizando recursos linguísticos. Esses recursos se apresentam na forma de dicionários eletrônicos, de gramáticas e tabelas de léxico-gramática. (UNITEX 1.2).

A partir da inserção dos textos no *Programa*, iniciou-se o processo de seleção das unidades léxicas que poderiam ser incluídas na macroestrutura do dicionário. Sobre a seleção das unidades, Ayala Castro (2001, p. 31) observa que “já se observou repetidas vezes que uma das maiores dificuldades com as que se enfrenta o lexicógrafo na hora de elaborar um dicionário é a de determinar quais unidades devem ser incluídas na macroestrutura e quais não [...]”. A autora observa, ainda, que “a seleção das unidades léxicas depende, muitas vezes, da função que deve cumprir o dicionário”.

A partir da inserção dos textos no *Unitex*, geramos listas de frequência e listas por ordem alfabética a fim de verificar quais unidades léxicas ocorriam com mais frequência no *corpus* em questão. Como o *corpus* possui aproximadamente 500 mil ocorrências, fizemos uma primeira seleção considerando as palavras que ocorriam no mínimo 5 vezes, ou seja, 1% do total de ocorrências.

De posse dessa lista inicial, fizemos uma comparação com o *Diccionario de Español para Extranjeros* (DEE, 2002), com o objetivo de observar se as

unidades contempladas no *corpus* estavam registradas no *Diccionario* e se outras palavras registradas no dicionário ocorriam no *corpus*. Com isso, foram excluídas algumas unidades e incluídas outras em nossa lista, pois, como afirma Fuentes Morán (2004, p. 63) “a seleção costuma realizar-se por critérios de frequência corrigidos por outros critérios”, no nosso caso específico, pelo critério de comparação com um dicionário de espanhol para estrangeiros.

Observamos, com essa metodologia e a partir de Fuentes Morán (2004), que a lista de frequência é apenas uma primeira aproximação à lista de unidades possíveis de serem registradas na macroestrutura do dicionário. O que se extrai do *corpus* não tem um fim em si mesmo, isto é, a lista de frequência não se transforma diretamente na macroestrutura do dicionário, entre a lista e a macroestrutura existe um longo caminho de reflexões que, por um lado, nos faz rechaçar algumas unidades presentes no *corpus* e, por outro, nos faz refletir sobre a inclusão de unidades que não aparecem explicitamente ou que possuam frequência menor que a estabelecida.

Desse modo, algumas unidades que não apareceram com frequência mínima de cinco ocorrências no *corpus* foram incluídas ou porque usamos de nossa experiência como estudante, professor e pesquisador de língua espanhola como língua estrangeira ou porque detectamos que, ainda que não fossem frequentes no *corpus* analisado, são frequentes e relevantes na língua.

Após definirmos a lista sobre a qual trabalharíamos a fim de elaborar nossa proposta de macroestrutura, iniciamos o processo de lematização. Por lematização compreendemos o fato de definir a representação formal de unidade que será a entrada do dicionário. Tradicionalmente, esse processo é determinado pela inclusão de verbos na forma nominal infinitivo e os nomes em suas formas masculinas e/ou femininas no singular.

Entretanto, defendemos que a formalização das unidades que farão parte da macroestrutura do dicionário depende mais da pertinência ou não para o usuário e da função que o dicionário se propõe a cumprir que da tradição lexicográfica propriamente dita. Desse modo, propomos uma alternativa de lematização que contemple outras formas além da forma canônica, pois como observa Alvar Ezquerro (2001, p. 17), “a tradição lexicográfica é uma coisa e as necessidades do usuário outra, por mais que o objeto que se descreva seja o mesmo”.

Definimos, pois, que as unidades léxicas selecionadas serão lematizadas a partir das formas canônicas (nomes masculinos e/ou femininos singular e verbos no infinitivo) complementadas por outras formas, que denominamos não canônicas, a saber: (i) plurais dos substantivos terminados em “z” (*cruces, lápices, nueces, matices* etc.); (ii) advérbios terminados em *-mente*, em especial os que apresentam diferenças de significado entre as duas línguas, como *seguramente* por exemplo; (iii) gentílicos que não sejam transparentes para o falante de português (*danés*); (iv) formas irregulares dos verbos na terceira pessoa do singular quando dessa não for possível deduzir o infinitivo (*quepa, sepa* etc.); imperativos irregulares (*pon, ve, di* etc.) entre outras.

Em resumo, para selecionar no *corpus* as unidades léxicas e lematizá-las, cumprimos as seguintes etapas:

- **Análise da lista geral de frequência:** esta análise consistiu na observação de todas as unidades presentes no *corpus* a fim de fazer uma primeira triagem

de quais ocorrências poderiam integrar a macroestrutura do dicionário. Nessa etapa foram excluídos números, plurais regulares, formas conjugadas de verbos regulares etc.

- **Seleção das unidades léxicas:** nessa segunda etapa, foram excluídas as outras formas que não fariam parte da macroestrutura tais como: siglas, nomes próprios, formas conjugadas de verbos irregulares quando desses se pudesse deduzir o infinitivo. Antes, porém da exclusão dessas formas, observamos a ocorrência da forma nominal infinitivo.

- **Comparação com o *Diccionario de Español para Extranjeros* (DEE, 2002):** a partir dessa comparação, pudemos observar que grande parte da lista que tínhamos coincidia com o dicionário. Além disso, observamos que algumas unidades que ocorriam no *corpus* não estavam registradas nesse dicionário. Atentamos, assim, para a frequência, se a palavra ocorria com alta frequência, mantivemo-la em nossa proposta.

Outro aspecto observado em nossa proposta foi a questão da variação diatópica. Sendo a língua espanhola falada em mais de vinte países, apresenta relevante variação, sobretudo léxica, que deve ser considerada na elaboração de um dicionário para aprendizes. Entretanto, como a variação na língua espanhola é um universo de possibilidades, optamos por registrar as formas variantes sempre que apareçam no *corpus*, isto é, se no *corpus* aparecem as unidades léxicas *durazno* e *melocotón*, por exemplo, as duas formas são registradas. O mesmo critério se aplica aos outros tipos de variação (diafásica, diastrática, diacrônica).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES (FINAIS)

O processo de seleção e lematização das unidades léxicas que compõem a proposta de macroestrutura que elaboramos partiu de um *corpus* organizado e delimitado por uma questão muito prática: os manuais didáticos de espanhol elaborados e publicados no Brasil e que se destinam aos estudantes do Ensino Médio. O uso do *corpus* como primeira etapa para a seleção das unidades léxicas nos possibilitou responder às questões feitas no início da pesquisa a partir de Bugueño Miranda e Farias (2008). Voltamos a elas:

Quantas unidades léxicas devem constituir o conjunto de entradas do dicionário?

Que tipo de unidades constituem ou podem constituir esse conjunto?

Como resolver o problema da escolha entre formas mais legítimas ante formas menos legítimas (*type* e *token*)?

O primeiro caso, para esse projeto em particular, não é um problema de difícil resolução. A densidade macroestrutural quantitativa está formada por um conjunto aproximado de doze mil unidades escolhidas a partir do critério de

frequência corrigido por outros critérios como, por exemplo, a comparação com o DEE (2002).

No segundo caso, sobre o tipo de unidades, seguimos parcialmente as propostas de Bugueño Miranda e Farias (2008) e Fontes Morán (1997). Entre as características do dicionário que propomos, destacamos a inclusão de formas conjugadas de verbos irregulares como entradas. Como não seria possível incluir todas essas formas, a opção foi a inclusão das ocorrências da terceira pessoa do singular.

As decisões que tomamos nessa pesquisa tiveram como objetivo principal o desenho de uma proposta de macroestrutura de um dicionário de espanhol para aprendizes brasileiros do Ensino Médio que possa, além de ajudar na resolução de problemas pontuais de língua, contribuir no processo de aprendizagem dessa língua por adolescentes brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAR EZQUERRA, M. Los diccionarios y la enseñanza de la lengua. In: AYALA CASTRO, M. C. (Coord.). **Diccionario y enseñanza**. Alcalá: Universidad de Alcalá Servicio de Publicaciones, 2001. p. 13-30.

AYALA CASTRO, M. C. Valoración del léxico recogido en la macroestructura de algunos diccionarios escolares. In: AYALA CASTRO, M. C. (Coord.). **Diccionario y enseñanza**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2001. p. 31-46.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria Lingüística (teoria lexical e lingüística computacional)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BUGUEÑO MIRANDA, F. V. O que é macroestrutura no dicionário de língua? In: ISQUIERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. v. III. Campo Grande; São Paulo: Ed. UFMS; Humanitas, 2007. p. 261-272.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. S. Desenho da macroestrutura de um dicionário escolar de língua portuguesa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LEXICOLOGIA PEDAGÓGICA, 1, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. p. 129-167.

CARVALHO, O. L. de S. **Lexicografia bilíngüe português/alemão: teoria e aplicação à categoria das preposições**. Brasília: Thesaurus, 2001.

DEE – **Diccionario de español para extranjeros**. Madrid: Ediciones SM, 2002.

FUENTES MORÁN, M. T. **Gramática en la lexicografía bilíngüe**. Morfología y sintaxis en diccionarios español-alemán desde el punto de vista del germanohablante. Tübingen: Niemeyer, 1997.

FUENTES MORÁN, M. T. Entrar en el diccionario. Apuntes sobre la selección de entradas. In: FABER, P.; JIMÉNEZ, C.; WOTJAK, G. (Eds.). **Léxico especializado y comunicación interlingüística**. Granada: Granada Lingvistica, 2004. p. 59-72.

SARDINHA, T. B. Lingüística de Corpus: histórico e problemática. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000.

UNITEX 1.2. **Manual do usuário**. Disponível em: <www.nilc.icmc.usp.br/nilc/download/ManualUnitex-PB.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

ALVES, A. N. M.; MELLO, A. **Mucho: español para brasileños**. São Paulo: Moderna, 2000.

BRIONES, A. I.; FLAVIAN, E.; FERNÁNDEZ, G. E. **Español ahora 1**. São Paulo: Moderna, 2003.

BRIONES, A. I.; FLAVIAN, E.; FERNÁNDEZ, G. E. **Español ahora 2**. São Paulo: Moderna, 2003.

BRIONES, A. I.; FLAVIAN, E.; FERNÁNDEZ, G. E. **Español ahora 3**. São Paulo: Moderna, 2003.

BRUNO, F. C.; MENDONZA, M. A. **Hacia el español**. Curso de Lengua y Cultura Hispánica. Nivel avanzado. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRUNO, F. C.; MENDONZA, M. G. **Hacia el español**. Curso de Lengua y Cultura Hispánica. Nivel básico. 6ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRUNO, F. C.; MENDONZA, M. G. **Hacia el español**. Curso de Lengua e Cultura Hispánica. Nivel Intermedio. 2ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FANJUL, A. (Org.). **Gramática de español paso a paso**. São Paulo: Moderna/Santillana, 2005.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – **ESPANHOL E INGLÊS**. Vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006.

MARTÍN, I. R. **Espanhol – Série Brasil**. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.

MELONE, E.; MENÓN, L. **Tiempo español**. Lengua y Cultura. Ensino Médio. São Paulo: Atual, 2007.

MILANI, E. M. [et al.]. **Listo**. Español a través de textos. São Paulo: Moderna, 2005.

MILANI, E. M. **Gramática de espanhol para brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 1999.

PALACIOS, M.; CATINO, G. **Espanhol para o Ensino Médio**. São Paulo: Scipione, 2004.

RÁDIS BATISTA, Livia (org.). **Español, esencial**. Ensino Médio. São Paulo: Moderna, 2008.

SOUZA, J. de O. **¡Por supuesto!**: español para brasileños. São Paulo: FTD, 2003.